

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE**

**ENXADAS DE AÇÚCAR: UM ESTUDO SOBRE ECONOMIA E
FORMAÇÃO SOCIAL NA FICÇÃO DE JOSÉ LINS DO RÊGO**

MARIANA DUARTE

**CAXIAS DO SUL
2012**

MARIANA DUARTE

**ENXADAS DE AÇÚCAR: UM ESTUDO SOBRE ECONOMIA E
FORMAÇÃO SOCIAL NA FICÇÃO DE JOSÉ LINS DO RÊGO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília Conforto

Caxias do Sul
2012

Enxadas de açúcar: um estudo sobre economia e formação social na ficção de José Lins do Rêgo

Mariana Duarte

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Processos Culturais e Regionalidade.

Caxias do Sul, 08 de agosto de 2012.

Banca Examinadora:


Dra. Eliana Gasparini Xerr
Universidade de Caxias do Sul


Dr. José Martinho Rodrigues Remedi
Universidade de Santa Cruz do Sul


Dra. Marília Conforto
Universidade de Caxias do Sul


Dra. Salete Rosa Pezzi dos Santos
Universidade de Caxias do Sul

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

D812e Duarte, Mariana
Enxadas de açúcar : um estudo sobre economia e formação social na ficção de José Lins do Rêgo / Mariana Duarte. – 2012. 103 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2012.
“Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Marília Conforto

1. História e Literatura. 2. História cultural. 3. Rêgo, José Lins do. 4. Economia – Modelos históricos. 5. Literatura - História e crítica. I. Título.

CDU 2.ed. : 930.2

Índice para o catálogo sistemático:

1. História e Literatura	930.2
2. História cultural	930.85
3. Rêgo, José Lins do	821.134.3(81).09
4. Economia - Modelos históricos	338.244.2
5. Literatura brasileira – História e crítica	821.134.3(81).09

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Márcia Servi Gonçalves – CRB 10/1500

Dedico este trabalho à memória de minha amiga e irmã Tayra Macedo.

(Que bom que poeta não morre!)

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a minha orientadora, Marília Conforto, pelos anos de trabalho e sabedoria compartilhados. Pela amizade, pela paciência, pela confiança e, em especial, por ter me apresentado as diferentes faces que a História pode ter.

Agradeço a minha família, em especial ao meu pai, Carlos Nazareno Vieira Duarte, que, mesmo através de poucas palavras, nunca me deixou desistir de nenhum objetivo.

Agradeço aos colegas de trabalho do Colégio Murialdo – Ana Rech – e do Instituto Bruno Segalla, por compreenderem minha ausência – às vezes não somente física – nesses dois anos do Mestrado.

Agradeço às colegas Caroline de Siqueira e Fernanda Bassanesi Cioato, que tornaram a ida às aulas mais prazerosas e compartilharam as angústias e os momentos divertidos dessa etapa.

Agradeço à amiga – dos tempos de ensino fundamental – Amanda Guizzo Zampieri, por ter concordado em revisar este trabalho, nos aproximando outra vez.

A todos aqueles que acreditaram e colaboraram direta ou indiretamente para que uma licenciada em História pudesse concluir um trabalho de Pós-Graduação em Letras.

RESUMO

O tema da presente dissertação consiste no estudo da contribuição econômica e social nordestina a partir de três romances do escritor José Lins do Rêgo (1901-1957): *Menino de Engenho* (1932), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943). Partindo da perspectiva do diálogo interdisciplinar entre História e Literatura, essa análise visa à identificação da contribuição dos estudos sociais e da ficção na formação econômica, dos tipos regionais e na construção da identidade cultural nordestina. A estrutura do trabalho é composta por três aspectos, que constituem o assunto principal de cada capítulo da dissertação, a partir da sua verificação nas obras de José Lins do Rêgo: a economia, a sociedade e as representações da história e da literatura nesse contexto ficcional. Como base teórica serão utilizados os estudos culturais, as aproximações entre os discursos ficcionais e históricos, o conceito de região enquanto construção cultural que se formará a partir dos textos literários e também historiográficos.

Palavras-chave: História, Literatura, Economia açucareira, Sociedade açucareira, José Lins do Rêgo.

ABSTRACT

The subject of this dissertation is the study of the social and the economic contributions of the Brazil's Northern region based on an analysis of three novels from the Brazilian writer José Lins do Rêgo (1901-1957): *Menino de Engenho* (1932), *Usina* (1936) and *Fogo Morto* (1943). From the interdisciplinary dialogue between History and Literature, this research aims at identifying the contribution of the social studies and the fiction in the economic formation of regional types and the construction cultural identity of the Northern region. The structure of the present text is composed by three aspects, which are the main subject of each chapter of the dissertation: the economy, the society and the representations of history and literature in this social context. As a theoretical basis, we use the cultural studies, the approach between both fictional and historical discourses and the concept of region as a cultural construct, which will be formed both from literary and historiographic texts.

Key-words: History, Literature, Sugar Economy, Sugar Society, José Lins do Rêgo.

*A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes
presidenciais.
Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas
casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas.
Disso eu quis fazer a minha poesia.
Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não
pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e
as coisas que não têm voz.*

Ferreira Gullar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 A literatura como leitura da história	16
1.2 O autor e as obras	17
1.3 O <i>corpus</i> da pesquisa: uma proposta de trilogia.....	20
2 UM ESTUDO SOBRE ECONOMIA: DO ENGENHO À USINA	23
2.1 “Menino de engenho”: os engenhos de cana de açúcar no nordeste brasileiro	25
2.2 “O engenho do Seu Lula”: o valor econômico	31
2.3 “A usina do Bom Jesus”: projeto de industrialização.....	36
3 UM ESTUDO SOBRE FORMAÇÃO SOCIAL: DOS ESCRAVOS, SEUS DESCENDENTES E TRABALHADORES LIVRES AOS MESTRES, CORONÉIS, SENHORES DE ENGENHO E USINEIROS.....	42
3.1 “As negras do meu avô”: escravos libertos e seus descendentes	45
3.2 “Mestre José Amaro, Seu Lula e Capitão Vitorino”: os mestres, senhores, coronéis e capitães de engenho	53
3.3 “Via-se o Santa Fé afogado”: a decadência da matéria e dos homens	65
4 A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES NA HISTÓRIA E NA LITERATURA.....	71
4.1 A História	71
4.2 A Literatura.....	77
4.3 As representações da história e da literatura na obra de José Lins do Rêgo	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS.....	93
6 REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

As formas que o ser humano busca para expressar suas Histórias, seus interesses, suas inquietações e seus sentimentos são inúmeras, incluindo a vontade de um grupo de pessoas em narrar a História do local ou do ambiente que considera seu. Obras literárias não justificam discursos históricos, mas apontam possibilidades de serem analisadas como leitura social a partir da observação de seu enredo e do contexto nos quais foram publicadas. Desse modo, segundo Conforto, pode-se entender que a leitura de um texto literário não reconduz apenas às tensões sociais, aos aspectos econômicos e às relações de poder, mas reconduz também aos discursos produzidos por uma cultura, valiosos registros para o historiador.

Este estudo propõe demonstrar a contribuição do diálogo interdisciplinar entre duas áreas das ciências humanas: a História e a Literatura. Nesta pesquisa, a análise das características históricas da colonização, da organização, do povoamento e da exploração do território do nordeste brasileiro ocorrerá por meio do diálogo interdisciplinar. Nessa perspectiva, são analisadas três obras do escritor nordestino José Lins do Rêgo: *Menino de Engenho* (1932), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943).

O modo de colonização e de ocupação do Brasil, neste caso do Nordeste, determinou aspectos culturais e sociais de sua população, os quais influenciaram ficcionistas na construção de narrativas e personagens, além de despertar pesquisas científicas acerca da identidade dos cidadãos brasileiros, pois os pesquisadores que pensaram historicamente e socialmente sobre o Brasil se preocuparam também em refletir acerca da identidade brasileira.¹

Reis (2002) analisa Capistrano de Abreu que, nos anos 1900, define o povo brasileiro como formado por três “raças” provenientes de continentes distintos e, como consequência, seus mestiços. Entre estas etnias, estavam indígenas, europeus e, para o momento da

¹ Este trabalho é um seguimento da minha atuação como Bolsista de Iniciação Científica, no período de março de 2009 a janeiro de 2010, no projeto *À brasileira: a formação social do Brasil em Gilberto Freyre, Jorge Amado e José Lins do Rêgo*, coordenado pela Dra. Marília Conforto. Parte da justificativa e contextualização temporal deste trabalho, presente no capítulo introdutório, foi construída com base no projeto *À brasileira: a formação social brasileira em Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo e Jorge Amado*, e também a partir de anotações pessoais, provenientes de textos organizados e discutidos em grupo durante as aulas de História do Brasil I e História do Brasil II, ministradas pela Profª Drª Marília Conforto durante o segundo semestre acadêmico de 2008 e primeiro semestre de 2009 na Universidade de Caxias do Sul, partindo de referenciais teóricos como: História do Brasil (1999), de Boris Fausto; Brasil em perspectiva (2001), de Carlos Guilherme Motta (org); 50 textos de Histórias do Brasil (1974), de Déa Ribeiro Fenelon e Formação histórica do Brasil (1979), de Nelson Werneck Sodré.

colonização, os “exóticos negros”. (p. 94-103) Por terem peculiaridades muito distintas, era apenas possível enxergar os três povos em termos de suas diferenças, jamais como uma unidade. Ainda na crítica de Reis sobre os escritos de Capistrano:

Os índios temiam, ao mesmo tempo em que eram fascinados pelos portugueses, seus equipamentos de caça, pesca, guerra, vestuário e objetos coloridos e brilhantes. Mas faziam-lhes guerra. Os negros, dominados, oprimidos, escravizados e estrangeiros, viviam sob a hostilidade constante do português. Hostilidade, talvez, atenuada pela solidão do branco, que o forçava a aproximar-se das negras, assim como das índias. Os índios fugiam para a floresta, os negros chegavam algemados e humilhados. Os brancos, armados de espadas e terços, humilhavam, ofendiam, estupravam, escravizavam e exterminavam índios, negros e mestiços de uns e outros, além de expulsar brancos de outras nacionalidades e religiões. Poderia sair uma nação daí? (REIS, 2002, p. 102).

No Brasil, a ideia da construção de uma nação se torna problemática, uma vez que o país era constituído, em sua maioria, por escravos, considerados meros instrumentos de trabalho. O restante do país era constituído pelos brancos pertencentes à camada mais pobre da população, que vivia sob o poder dos grandes proprietários de terras; por serem agregados destes europeus e seus descendentes diretos, os brancos haviam de defender os interesses políticos dos mais poderosos.

O Brasil conquista a independência em 1822, tornando-se o único Império entre as Repúblicas da América Latina. O Estado Nacional Brasileiro surge com características únicas, não há modificação na política naquele momento e a casa real portuguesa de D. Pedro I segue determinando os destinos políticos, judiciais e econômicos da população por meio da Constituição de 1824. As grandes propriedades rurais, a agroexportação e os senhores de terras e escravos eram os geradores da riqueza da Coroa. Mas é preciso lembrar que o processo de independência se fez sem a participação do povo, e com a participação efetiva dos escravocratas.

O ano é 1888, quando ocorre a abolição da escravatura. O Império perde o apoio dos grandes senhores de escravos, e logo, no ano seguinte, 1889, torna-se República. Com a necessidade de ocupar a enorme extensão territorial, o governo também passa a organizar a vinda de imigrantes europeus para que, juntamente com suas famílias, povoem o espaço ao mesmo tempo em que cultivam terras no Sul e no Sudeste. Além disso, as teorias raciais e radicais herdadas do final do Império pediam um processo de miscigenação que “limpasse etnicamente” os afro-descendentes da população da República.

O sociólogo e antropólogo Renato Ortiz (2003) analisa as questões da ingenuidade das teorias raciais do século XIX, alegando que estas são implausíveis. Para Ortiz, a questão

racial, tal como foi colocada pelos precursores das ciências sociais no Brasil, ao passo que adquire um contorno claramente racista, aponta um elemento significativo e constante na História cultural brasileira: a problemática da identidade nacional. (p. 13)

Evidentemente, a formação social brasileira, do modo como fora compreendida inicialmente, transformou-se de forma radical com a abolição. Esse advento marca o início de uma nova ordem, em que o negro deixa de ser mão de obra escrava e passa a ser trabalhador livre. Mas, mesmo trabalhador livre, o negro recebe o *status* de cidadão de segunda categoria.² Ainda para Ortiz, “o negro aparece assim como fator dinâmico da vida social e econômica brasileira, o que faz com que, ideologicamente, sua posição seja reavaliada pelos intelectuais e produtores de cultura” (2002, p. 19).

Analisando ainda o tema das mudanças sociais brasileiras em decorrência da abolição, observa-se que abordar a problemática da mestiçagem é, na realidade, retomar a metáfora do cadinho,³ o Brasil enquanto espaço de miscigenação, que, posteriormente, será analisado em termos culturais por Gilberto Freyre. Naquele momento, tornou-se corrente que o Brasil se constituira por meio da fusão de três raças fundamentais: o branco, o negro e o índio (2002). Para Ortiz (2002), a temática da mestiçagem é real e, ao mesmo tempo, simbólica: “se refere às condições sociais e históricas do amálgama étnico que transcorre no Brasil, conota simbolicamente as aspirações nacionalistas que se ligam à construção de uma identidade brasileira” (2002, p. 21). Com isso, em 1891, uma nova constituição procurou determinar a ideia de povo e de nação. Naquele período, os grandes proprietários de terras, principalmente os cafeicultores, são os responsáveis pela construção da República Brasileira.

No período que segue, entre os anos de 1894 e 1930, o país é marcado por uma série de revoltas e conflitos em diversos Estados, entre eles a Guerra de Canudos (Bahia, 1896-1897), a Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1904), a Revolta dos Dezoito do Forte em Copacabana (1922), entre outros. É também durante o período denominado República Café com Leite que o governo foi oficialmente reconhecido como uma democracia constitucional e, a partir de 1894, a presidência alternou entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. O período carregou este nome visto que os paulistas eram grandes produtores de café, os mineiros estavam voltados à produção leiteira e, juntos, eram os segundos maiores produtores de café do Brasil. Esta série de conflitos antecede a década de 1930, na qual duas das obras de José Lins do Rêgo serão publicadas: *Menino de Engenho*, em 1932, e *Fogo Morto*, em 1936.

² A expressão “cidadão de segunda categoria” é uma categorização elaborada por Jacob Gorender em *A escravidão reabilitada* (1990).

³ Cadinho refere-se ao local onde as raças, pessoas ou coisas se fundem ou se misturam.

O ano de 1929 é marcado pela Grande Depressão nos Estados Unidos, considerado o período de crise mais extenso do século XX, pois teve seu fim apenas no início da Segunda Guerra Mundial, em 1944. Esta crise teve consequências em uma série de países, inclusive na América Latina. No Brasil, a crise de 1929 foi alimentada pela superprodução de grãos de café. Durante dez anos, os Estados Unidos haviam passado por um período de grande prosperidade econômica, com preços de compra acessíveis, numerosas vagas de emprego e índices grandes de exportação para a Europa. O continente europeu, porém, a partir de 1928, decide barrar esse número alto de importações, pois já havia restabelecido sua economia e poderia, a partir de então, investir em sua própria produção (quase 10 anos após a Primeira Guerra Mundial).

No Brasil, no mesmo período em que os Estados Unidos viviam a Grande Depressão, houve o aceleração da industrialização devido à perda do poder político dos produtores de café, já que seus maiores importadores não tinham condições para comprar a demanda oferecida para a exportação. O projeto de industrialização do país vai se desenrolar com a chamada Revolução de 30. Por conta da restrição na importação do café brasileiro, as disputas das oligarquias rurais cafeeiras levam Getúlio Vargas ao poder nesta revolução que buscou destituir as estruturas políticas da Primeira República e abrir caminho para a modernização do Estado Brasileiro. A Revolução de 30 foi feita pelas classes médias urbanas contra o predomínio e a hegemonia das oligarquias. Para a historiadora Maria Celina D'Araujo (2004), a grande preocupação desta revolução era com a balança comercial em função da queda dos preços. Vargas criou uma política protecionista do café, chegando a queimar os estoques brasileiros para segurar os preços mundiais. (p. 21)

O ano é 1930 e Getúlio Vargas chega ao poder com o objetivo de modernizar o país, passando, inevitavelmente, pelo processo de industrialização. O que acarretou problemas sociais muito delicados que implicariam um processo de nacionalização e a reformulação da classe operária, necessária para atender aos objetivos de Vargas. Esta classe seria constituída, então, por descendentes de negros libertos e também por imigrantes. Para Velozo e Madeira (1999), neste período de 1930, seria preciso então encontrar uma identidade autêntica de cultura e identidade brasileira, não apenas realizar uma nostálgica volta ao passado, pois era preciso apresentar um possível futuro para esta população dotada de diferenças étnicas, mas a fim de um mesmo propósito. (p. 144)

A bandeira levantada por Getúlio Vargas trouxe uma nova configuração do capitalismo para o Brasil, pois pedia um ritmo intenso rumo à industrialização do país. Para Fausto (1998), a crise de 1929 trazia como consequências uma produção agrícola sem

mercado, a ruína dos fazendeiros e o desemprego nas grandes cidades. Vargas necessitava de força vinda dos braços de todas as etnias. Era evidente que o processo exigia cuidados, uma vez que ainda existia o problema social proveniente da ausência de conceito de povo brasileiro e os personagens que constituíam este povo viriam a ser a classe operária de Vargas. Para Ianni (1986), a revolução de 30 aparece como um novo arranjo de classes do ponto de vista do Estado. Esta revolução, contudo, também teve seu lado “contrarrevolucionário” pelo fato de ter impedido o crescimento das forças populares. Desse modo, foi constituído, gradativamente, um bloco industrial que estaria de acordo com os interesses do novo governo.

A classe operária pretendida por Getúlio Vargas era um grupo composto por diferentes etnias em busca de um único objetivo, até então imposto a estes trabalhadores pelo projeto de industrialização, o que tornou ainda mais difícil reconhecer-se como um povo homogêneo. E a Literatura, em 1930, exerceu papel importante na construção do significado do povo brasileiro, assim como o trabalho do antropólogo Gilberto Freyre que, ao introduzir o conceito de cultura, trouxe um certo alívio sobre as questões de etnicidade, principalmente no que diz respeito aos afro-descendentes.

É nesse contexto da História do Brasil que José Lins do Rêgo redige e publica as obras trazidas aqui para discussão. O recorte espacial e econômico também é de grande importância: abordamos aqui o nordeste do Brasil que, no período, era controlado pelos donos de engenhos movidos pela produção da cana de açúcar. Na época da abolição, a região nordeste já estava ocupada em sua quase totalidade. Os escravos libertos, antes trabalhadores dos engenhos, encontraram dificuldades para sobreviver, e as regiões urbanas passam a sustentar um excedente de população. A pressão demográfica em uma região semiárida afeta consideravelmente a economia. As condições de vida dos antigos escravos se modificam, gerando inúmeras mudanças nas redistribuições de rendas.

Duas obras são muito importantes para se compreender a estruturação tanto espacial quanto social do engenho. Em primeiro lugar, está o livro *Arquitetura do açúcar* (1990), de Esterzilda Berenstein de Azevedo. Em sua pesquisa, Azevedo (1990) reconstituiu a evolução dos complexos agroindustriais do açúcar no Nordeste, principal polo produtivo no Brasil. A autora analisa o desenvolvimento dos engenhos, das relações de produção, da chegada das novas técnicas para o fabrico, além de se deter nas mudanças econômicas sofridas pelo mercado. Para esta pesquisa, Azevedo baseou-se em documentação escrita e iconográfica, que apresenta para análise os aspectos do período colonial até as grandes crises desta economia.

Em seguida, está a obra *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835* (1988), do historiador norte-americano Stuart B. Schwartz. Neste livro, Schwartz (1988) escreve sobre a indústria açucareira no Nordeste brasileiro, em especial seu desenvolvimento no Estado da Bahia, pois o açúcar foi o produto de maior exportação da região no período colonial. O autor também descreve a vida social da mão de obra dos engenhos, apontando dados interessantes sobre os principais grupos ligados à atividade.

A indústria açucareira, mesmo antes da abolição, passou por modificações tecnológicas que, somadas às dificuldades de exportação geradas pelo início da produção de açúcar em outros países, como Cuba, vão reduzindo, gradativamente, a mão de obra nos engenhos, proliferando a miséria e as desigualdades sociais. Reflexos desse período caracterizam o nordeste brasileiro na atualidade: famílias de grandes proprietários de terra ainda estão muito próximas ou inseridas no poder político e a faixa da população em situação de vulnerabilidade social é grande.

Para Furtado (1997), a economia do nordeste brasileiro declinava à medida que a população crescia. Sua expansão refletia apenas no setor de subsistência e a dispersão da população em um sistema de pecuária extensiva, mercado que surgiu por conta das necessidades da produção açucareira, fazendo a população aumentar cada vez mais. (p. 64) Houve, então, uma involução das formas de divisão do trabalho e ausência de especialização. O aumento da população nordestina e as formas precárias de economia de subsistência estão ligados à decadência da produção açucareira que, em sua melhor época, foi o negócio agrícola mais rentável de todos os tempos para a região.

Para a presente análise, são necessárias algumas considerações sobre a eliminação do trabalho escravo e a transição para o trabalho assalariado. Para Furtado (1997), a indústria açucareira havia passado por importantes transformações técnicas, beneficiando-se de intervenções de capital estrangeiro ainda antes da abolição. (p. 139) As inovações tecnológicas e as dificuldades de importação diminuíram a procura pela mão de obra, o que, para Furtado (1997), não chega a causar mudanças significativas sobre a utilização dos recursos e a distribuição de renda. Analisando o tema da abolição de uma forma mais ampla,

comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como uma forma de organização da produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significado na forma de organização da produção e mesmo na distribuição de renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país (1997, p. 141).

A partir destas considerações, podemos verificar como ocorreu a relação entre os tipos regionais, em especial os negros, na ficção, e o lugar social no qual estão inseridos na região nordeste do Brasil, o que pode ser observado nos três trechos a seguir, presentes nas obras de Lins do Rêgo que compõem o *corpus* da pesquisa. Primeiramente, em *Menino de Engenho*: “Restava ainda a senzala dos tempos de cativo. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho” (RÊGO, 1981, p. 54). Em segundo, em *Usina*: “O negro velho Feliciano não podia mais com o cabo da enxada” (RÊGO, 1936, p. 162). E, por fim, em *Fogo Morto*:

José Passarinho, quando a viu com o peso na cabeça correu para ela.
 – Dona Sinhá, eu Levo.
 – Não precisa, não, seu José.
 – Eu levo, não senhora, eu levo.
 E o negro tomou a trouxa e saiu na frente, com os pés cambados, o corpo banzeiro.
 [...] Até que passarinho falou:
 – Sabe, dona Sinhá, o negro Salvador está de mãos estouradas (RÊGO, 1997, p. 62).

Acreditamos ser relevante chamar a atenção para a narrativa de *Fogo Morto*. Além de se apresentar como uma passagem por todos os períodos da História do engenho, ela demonstra ser uma condensação das demais obras do ciclo da cana de açúcar, bem como se mostra como um importante registro da História da escravidão do ponto de vista da pesquisa histórica para a composição do texto ficcional.

Para compreender aspectos atuais sobre cidadania, Brum (2003) aponta as consequências do período escravocrata no Brasil. A economia do açúcar contava com a mão de obra escrava e, mesmo após a abolição, os afro-descendentes ainda sofriam as sequelas do período anterior. (p. 152) Estes aspectos acerca da formação econômica do país ainda refletem em nossa sociedade: superar (o preconceito) é um imperativo da nossa condição de pessoas e de cidadãos.

As abordagens sobre a História econômica do ciclo do açúcar na região nordeste do Brasil serão entremeadas com a narrativa e com os personagens, tipos sociais que aparecem nas obras, indicando que o modo de vida e o espaço cultural vivenciado por estes estão diretamente relacionados ao trabalho e ao modo econômico do período. A escolha da temática, realizada através de um recorte histórico da formação do Brasil, proporcionou o objetivo a ser alcançado: demonstrar como a ocupação econômica influenciou cultural e socialmente a região do nordeste brasileiro, no período de 1930, presente nos romances de José Lins do Rêgo (do ciclo da cana de açúcar) para visualizar a relação interdisciplinar entre a História e a Literatura.

O conceito de cultura também é fundamental para que seja mapeada a influência da diversidade cultural no período referido. O livro *Dicionário de conceitos históricos* (2006), de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, procura definir cultura como “todo complexo de conhecimento e toda habilidade humana empregada socialmente”. A partir dessa relação, é possível pautar a cultura com a sociedade e a forma na qual a mesma é empregada na Literatura, contando com o auxílio de referências bibliográficas como Reis (2002) e Sodré (2002). A cultura fundamentalmente brasileira quer identificar no que consiste o “nacional”. As possíveis hipóteses para essa questão estão em Ortiz (2002), que pode ser analisado juntamente com Mota (1995), abrangendo também parte do recorte temporal desta pesquisa e provendo exemplos da formação social e cultural da região Nordeste do Brasil.

É importante o conceito de sociedade quando tratamos dos tipos sociais presentes nas obras que compõem o *corpus* da pesquisa. Silva e Silva (2006) relatam que a maior parte das definições de sociedade feitas pelos sociólogos é descrita como formada por uma população relativamente independente, autossuficiente, caracterizada por uma organização interna, uma noção de territorialidade e uma cultura distinta. (p. 328) Os autores reconhecem também que as sociedades criam mecanismos que garantem sua continuidade no tempo, como, por exemplo, a diferenciação de papéis sociais (papéis específicos aos indivíduos), comunicação, concepção comum do mundo, etc.

É possível para os autores, ainda, pensar a sociedade a partir da História social, pois para o historiador Eric Hobsbawm (2006), ela só tem sentido se pensada como História da sociedade. Não sendo apenas uma História especificadamente econômica, política ou cultural, deverá ser ampla o bastante para pensar a sociedade em seu todo, o que inclui, necessariamente, entender sua economia, sua política e sua cultura específicas. Pensar e fazer História social implicará uma atitude interdisciplinar. (p. 283-284)

A partir deste diálogo interdisciplinar entre as duas áreas das ciências humanas aqui investigadas, é preciso compreender questões teóricas acerca dos conceitos de sociedade enunciados. Para esta relação, escolhemos Candido (2000), que trata do papel da sociologia na obra literária, examinando a influência do meio social sobre a obra de arte e em que medida a obra literária dialoga com os problemas sociais. Candido (2000) traz também a discussão de que um livro carrega consigo, mesmo que minimamente, o sentimento do autor. Ideia que cabe ser discutida ao se tratar de José Lins do Rêgo.

Do objetivo proposto, surgem as seguintes questões norteadoras de pesquisa: Que relação pode ser estabelecida entre a construção ficcional dos personagens e o panorama social da região nordestina? O romancista reconduz, no espaço da narrativa, as realidades

sociais da zona açucareira? Como as mudanças econômicas influenciaram a construção dos tipos sociais regionais presentes nas obras de ficção? Como a História e a Literatura se aproximam enquanto leitura social do período proposto para este estudo?

1.1 A Literatura como leitura da História

Este trabalho está alocado segundo a perspectiva dos estudos culturais. Para responder aos problemas de pesquisa, o *corpus* e a teoria serão trabalhados a partir do enfoque interdisciplinar (História e Literatura). Como principais referências bibliográficas sobre as possibilidades do diálogo entre a História e a Literatura, serão adotadas as referências listadas a seguir, escolhidas primeiramente como material de base.

Entre estas obras está Baccega (2007), cuja obra consiste no estudo do papel da palavra e do discurso na vida da sociedade, assim como do papel que a mesma exerce na Literatura e na História:

O discurso da História, com a contribuição de Lucien Fèbre e outros, alargou seu campo das preocupações, inserindo nele não apenas campos escritos, mas também as representações que a sociedade faz de si própria, captadas através das várias linguagens – dos cerimoniais, da iconografia, da arquitetura, etc. O cotidiano foi abarcado por ela. Apesar disso, ao estudar determinados períodos, a “leitura” de tais manifestações muitas vezes, acaba por ser feita, predominantemente, a partir de sistemas constituídos. [...] Já a Literatura trabalha com o cotidiano em gestações, com a palavra banhando-se no contraditório das mudanças que ela encarna. Vai estruturar em universo próprio este cambiante das situações cotidianas, fazendo-o circular no universo da arte (p. 84).

Para Baccega (2007), situações do cotidiano vivido estariam presentes, em forma de arte, na Literatura. Esta investigação pode ser verificada também em Fiorin (2007), que levanta, entre outras questões, a ideia de que o discurso é o reflexo da realidade. Para o autor:

É preciso considerar, quando se diz que a linguagem reflete a realidade (seja seu nível aparente, seja seu nível de essência), que o espírito humano não é passivo e que sua função não consiste em apenas refletir a realidade. Isso significa que o discurso não reflete uma representação sensível do mundo, mas uma categorização do mundo, ou seja, uma abstração efetuada pela prática social. A percepção pura não existe. Pelo contrário, certos dados da psicologia autorizam a dizer que a percepção é guiada pela linguagem. Por que o homem age e transforma a realidade e não a apreende passivamente (p. 54).

O diálogo interdisciplinar entre História e Literatura abre um leque para diversas obras que servirão como base para esta dissertação, atendendo às respostas que o problema, o objetivo e as questões de pesquisa solicitam. O escritor E. M. Forster (1998) conclui que as diferenças entre História e ficção determinam as expressões dos personagens das obras

ficcionais e das historiográficas, pois o historiador registra e o romancista cria. Na História, não há confissões completas dos indivíduos, já, no romance, os personagens podem ser compreendidos por completo. Para abarcar os conceitos que definem o campo da História, escolhemos autores como Edward Carr e o historiador José D'Assunção Barros, que nos trazem indicações acerca do trabalho e da função dos historiadores, além do modo como trabalham com as fontes.

Para pensar a Literatura e a sua relação com a História, optamos por obras de Sandra Pesavento, como *O imaginário da cidade* (2002), na qual a autora sugere que o historiador pode desprender-se dos documentos oficiais. Também escolhemos a obra de Gilberto Freyre, *Heróis e vilões no romance brasileiro* (1979), pois um dos romancistas eleitos para a análise do antropólogo é José Lins do Rêgo.

1.2 O autor e as obras

Rever o contexto cultural das décadas em que as obras ficcionais foram escritas e publicadas contribui para a análise das questões sociais apresentadas como ficção. Para isso, apropriamo-nos dos pressupostos apresentados por Velozo e Madeira (1999), nos quais as autoras discorrem acerca da vontade de pertencimento e identificação com a nação que surge com a Independência do Brasil. Para as autoras (1999, p. 138), os intelectuais da época se incumbiram da missão de organizar a sociedade, lançando-se, para isso, em trabalhos concretos e criando um grande conjunto de instituições culturais.

Para Velozo e Madeira (1999), o modernismo como movimento cultural levou a modernidade para o pensamento social. (p. 139) A partir daquele momento, seria possível considerar a sociedade brasileira partindo das categorias de cultura e de História, baseadas em critérios universalistas da arte e da História, em oposição às ideias de raça, natureza ou geografia e sua influência sobre a população. Nesta pesquisa, José Lins do Rêgo é analisado como um dos intelectuais preocupados em explicar as questões sociais de seu tempo.

Para Sodré (1987), as mudanças ocorridas no Brasil nos anos 30 são acentuadas em toda a estrutura nacional, inclusive na cultura e, como consequência, no campo das Letras, sendo que este período configura-se como uma fase de intensa agitação política e de ideias. (p. 29) O regionalismo, neste período, dá continuidade ao projeto político-literário dos modernistas dos anos 20, valendo-se da Literatura regionalista para mostrar os problemas e as desigualdades sociais do Brasil. Jorge Amado, Graciliano Ramos e José Lins do Rêgo enfatizam o uso da linguagem coloquial e popular. José Lins do Rêgo, romancista nordestino,

é influenciado pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, autor de *Casa Grande & Senzala* (1933), e relata que sua vida nunca mais foi a mesma após conhecer a obra de Freyre: “De lá pra cá foram outras as minhas preocupações, [...] os meus planos, as minhas leituras, os meus entusiasmos” (RÊGO, 1936). A partir de 1926, José Lins do Rêgo passa um período de sua vida em Maceió e convive com Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda e Jorge de Lima. O contato com esses e outros artistas permitiu que se formasse uma consciência regionalista em torno da vida nordestina, que marcou a vida e a obra de todos, especialmente a de Rêgo. Em Maceió, ele escreve seus primeiros três romances: *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933) e *Banguê* (1934), considerados parte do ciclo de romances sobre a economia da cana de açúcar no nordeste do Brasil. O próprio romancista relata que a História desses livros iniciou com sua vontade de escrever algumas memórias não apenas suas, mas comuns a todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. Querendo narrar um pedaço de sua vida na infância, não seria estranho que outros meninos da vida real se assemelhassem aos seus personagens. (1936, p. 9-10)

A Literatura, na década de 1930, terá um papel importante na construção do significado de povo brasileiro, exatamente o mesmo período em que Lins do Rêgo dá início à sua carreira literária, marcada por personagens e paisagens identificados por muitos nordestinos.

Em *A interpretação do Brasil* (2001), o antropólogo Gilberto Freyre, autor de obras de grande inspiração para José Lins do Rêgo, enaltece o escritor, afirmando que, às vezes, este escreve como quem copia a vida, recordando fatos vividos mais do que os inventando, o que dá maior valor simbólico às suas narrativas e aos seus personagens. (p. 295)

Por meio das considerações ora dispostas, é possível constatar que Lins do Rêgo permite que inúmeras pessoas da região nordeste do Brasil – nos anos 30 – encontrem semelhanças de sua realidade na narrativa do personagem Carlos de Mello. Além da identificação nesta representação ficcional da vida real, também há um processo de evidenciar as características universais concernentes ao tema, não apenas dos atores sociais, mas também o tema do trabalho, da exploração, entre outros, conforme observado em Sodré (1987 e 2002).

Em *Literatura e História no Brasil contemporâneo* (1987), é possível acompanhar as transformações que os intelectuais e os romancistas brasileiros provocaram no país. Se forem estabelecidas relações entre o momento histórico e as manifestações da Literatura, o romancista tornar-se-ia, segundo Sodré, um historiador “legível”, possibilitando aos leitores em geral uma visão abrangente dos fenômenos e promovendo acesso sobre informações acerca da formação social e cultural do país. Já em *História da Literatura Brasileira* (2002),

as pesquisas de Sodré reconduzem o processo histórico da Literatura no Brasil, apontando a importância dos autores da década 1930 nas questões de formulação do sentimento de nacionalidade, período de interesse desta pesquisa.

A partir da escolha das obras ficcionais, foi possível eleger a disposição parcial dos capítulos, para que as leituras referentes à teoria fossem organizadas dentro de cada um dos objetivos. O debate pretendido neste trabalho será o de analisar de que forma a ocupação econômica do Brasil influenciou culturalmente a região geográfica do nordeste do Brasil e seus tipos sociais, com o enfoque nas regiões e trabalhadores dos engenhos de cana de açúcar.

Entre os objetivos, está o de enfatizar a contribuição da Literatura junto à História para a análise sociocultural da região do nordeste do Brasil retratada na ficção, bem como sua produção açucareira. Por meio deste objetivo, será possível descrever e analisar as aproximações entre os discursos das duas áreas, avaliando o material ficcional e a formação social do período e do local estudados, além de apresentar a análise e a importância destes dois discursos na construção do conceito de região econômica e sociocultural.

O próximo objetivo a ser alcançado diz respeito à investigação da formação do espaço do engenho, através da retomada de estudiosos da economia brasileira a fim de demonstrar como era a estrutura física e funcional de um engenho de cana de açúcar. Será investigada, para tanto, a formação da composição física de um engenho por meio de pesquisas históricas acerca do tema, ao mesmo tempo em que são referidas citações do *corpus* da pesquisa que apontam semelhanças nesta formação espacial da produção açucareira.

No momento da análise dos tipos sociais, as passagens do *corpus* referentes aos personagens envolvidos com o trabalho no engenho serão analisadas considerando-se o referencial teórico, que dará conta parcialmente dos objetivos propostos. Os tipos sociais investigados nas obras ficcionais referidas são os trabalhadores, sendo eles de diferentes posições sociais, etnias, gêneros e faixa etária, pois havia um grande contingente de mão de obra nos engenhos de cana de açúcar. Serão apontados também os proprietários e funcionários da usina que promoverão o processo de industrialização por meio da invasão dos engenhos.

Ao longo do estudo, também serão apontadas as mudanças econômicas advindas deste processo de industrialização. A partir de 1930, juntamente com os projetos de modernização, as relações sociais serão afetadas, assim como a formação cultural da região. Examinando como estas mudanças na economia do país ocorreram, é possível verificar de que modo elas foram tomadas como matéria ficcional, influenciando diretamente a construção dos tipos sociais presentes nas narrativas.

Por fim, serão analisadas as aproximações e as possíveis críticas entre o discurso ficcional e o social, sempre visando à demonstração da importância da pesquisa interdisciplinar na elucidação das questões de pesquisa. Cabe reiterar que será realizado um estudo da ficção literária pelo viés histórico, de modo a permitir a visualização da Literatura como fonte de questões sociais acerca do período determinado.

No decorrer do texto, serão realizadas análises que demonstram a possibilidade de as três obras escolhidas serem identificadas como uma proposta de trilogia envolvendo três das obras do chamado ciclo da cana de açúcar, de José Lins do Rêgo. Afinal, acreditamos que as mesmas abarcam o ciclo da economia açucareira, contando com o início triunfante e terminando na deterioração da matéria, do espaço físico do engenho e também com a depressão dos homens: escravos libertos e seus senhores.

1.3 O *corpus* da pesquisa: uma proposta de trilogia

Foram eleitas, para a pesquisa, três obras do romancista nordestino José Lins do Rêgo: *Menino de Engenho* (1932), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943) – obras conhecidas também por fazerem parte do “ciclo da cana de açúcar” no nordeste brasileiro. Entre os temas dispostos nas ficções estão: o trabalho escravo, o engenho, a usina (que representa a industrialização) e o trabalho livre. Estas obras foram eleitas por assinalarem um marco histórico, caracterizando economicamente o conceito de região no Nordeste. A seguir, proveremos um breve resumo do enredo de cada obra:

– *Menino de Engenho* (1932): Carlos Melo, mais conhecido como Carlinhos, é o personagem principal e também narrador, contando a sua infância vivida no Engenho Santa Rosa. Este menino vivencia a morte da mãe, assassinada pelo próprio pai, que é enviado a um hospício. Assim, Carlinhos passa a viver no engenho Santa Rosa, propriedade do Coronel José Paulino, seu avô materno. Passa a infância na companhia de uma tia, que irá fazer o papel da mãe ausente, e também junto a seus primos. Morando no engenho, Carlinhos presencia as desigualdades sociais entre os senhores de engenho e os seus empregados. Naquele local, o menino também conhece o seu primeiro amor, a prima Lili, que morre ainda criança. Depois, encanta-se com outra prima, Maria Clara, que morava no Recife e foi passar alguns dias no engenho. Maria Clara era um pouco mais velha que Carlinhos e contava-lhe as diversões e novidades da cidade. Por conta de suas atitudes demasiado travessas, ao mesmo

tempo em que sua adolescência inicia, a saída encontrada pela família para endireitá-lo é enviá-lo a um colégio interno na cidade aos 12 anos.⁴

– *Usina* (1936): Neste romance, José Lins do Rêgo descreve a vida nos engenhos de cana de açúcar e nos canaviais do nordeste. Na segunda parte do livro, há o desenvolvimento do enredo na usina, quando os acontecimentos envolvem o Engenho Santa Rosa, antiga propriedade do Coronel José Paulino, após a fuga de Carlos Melo em decorrência da incapacidade de administrá-lo, deixando, assim, seu patrimônio para parentes. O Engenho Santa Rosa se transforma na Usina Bom Jesus.

– *Fogo Morto* (1943): O título da obra faz referência à expressão dada quando o engenho não mói mais. Considerada a última obra do “ciclo da cana de açúcar”, de José Lins do Rêgo, mostra a decadência dos engenhos no nordeste brasileiro: os personagens centrais estão envolvidos em um cenário de miséria, no qual a política defende as minorias fortes. As ações narradas acontecem no Engenho do Santa Fé.

A análise das obras *Menino de Engenho*, *Fogo Morto* e *Usina* ocorrerá no sentido de propor um novo pensamento sobre a trilogia da cana de açúcar no Nordeste do Brasil. Esta se inicia com as impressões do autor sobre o engenho e seus personagens (escravos libertos e senhores), passando pela sua ascensão e, por fim, pela decadência – com a industrialização – demonstrando, assim, um ciclo na História: começo, meio e final de um período.

Excluindo as abordagens sobre a estrutura da organização da narrativa, esta escolha prende-se ao tema da pesquisa proposta por esta dissertação. Diversos pesquisadores atribuem a terminologia “trilogia da cana de açúcar” às obras de José Lins do Rêgo pelas questões socioeconômicas da produção açucareira nordestina, fato histórico responsável e inspiração para a produção ficcional do autor. A trilogia inicia com a obra *Menino de Engenho*, não apenas por ser a primeira do ficcionista estudado, mas também por poder ser verificada como um plano de trabalho intelectual que dá margem para a elaboração das demais ficções que tratam do mesmo tema. A narrativa elenca personagens e questões sociais que aparecerão nas obras que trazem o ciclo da cana de açúcar no nordeste do Brasil, incluindo as escolhidas para o *corpus* desta pesquisa.

Pesquisadores, assim como o próprio ficcionista, apontam que o “ciclo da cana de açúcar” de José Lins do Rêgo é, na realidade, composto por seis obras: *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Banguê*, *O Moleque Ricardo*, *Fogo Morto* e *Usina*. A opção pela não utilização da obra *O Moleque Ricardo* é justificada por esta ser considerada uma obra alheia às outras,

⁴ Resumo extraído de: FILHO, João Rodrigues. *Literatura: Menino de Engenho*. Disponível em: <http://www.pedagogiaaopedaleta.com/posts/Literatura-menino-de-engenho>.

mesmo tratando do mesmo tema: retrata a vida de um dos meninos que aparece como personagem secundário em *Menino de Engenho*, morador do Engenho Santa Rosa, que parte para tentar a vida na cidade. O protagonista alcança condição de proletariado, trabalhador de indústria. O enredo faz esta ficção se afastar da cronologia das outras três obras selecionadas para a análise nesta pesquisa. Outro aspecto para a exclusão da mesma é o fato de a obra ser narrada em terceira pessoa, diferente das demais.

A razão de não escolhermos as obras *Doidinho* e *Banguê* consiste no fato de que elas se direcionam a fatos demasiado pessoais da vida de Carlos Melo, o Carlinhos. A primeira obra relata sua vida em um colégio interno em Recife e seus anseios de retornar a casa, mostrando também os questionamentos e aflições da passagem da infância para a vida adulta. Já a segunda configura-se como continuação de *Doidinho*: Carlinhos, após graduar-se em Direito, retorna ao Engenho, onde encontra seu avô doente e a decadência econômica com a chegada da usina, fato mais claramente retratado em *Usina* e em *Fogo Morto*.

2 UM ESTUDO SOBRE ECONOMIA: DO ENGENHO À USINA

*Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal.*

Fado tropical, Chico Buarque

Descoberto pelos portugueses na época das Grandes Navegações, em 22 de abril de 1500, o Brasil se organiza, desde sua origem, sob o modelo de ocupação e exploração agrícola. Em seus primeiros anos, a principal matéria-prima explorada foi o pau-brasil, retirado da mata atlântica e comercializado para a Europa. Após a década de 1530, outras formas de atividades econômicas, como o extrativismo e a agricultura, passam a ser inseridas no novo território, então sob domínio português.

O Brasil se desenvolve econômica e socialmente nos séculos seguintes a partir dessa estrutura com raízes coloniais. O economista Celso Furtado (2001) analisa que a economia brasileira parece haver alcançado uma alta taxa de crescimento apenas na segunda metade do século XIX. Isso só foi possível devido ao grande número de exportações efetuadas pelo país, sendo o açúcar e o algodão os dois únicos produtos exportados provenientes do nordeste que tinham uma importância para a economia do Brasil. (p. 142-143)

Sodré (1996) aponta que, no Brasil República, período de nossa pesquisa, nos anos que antecedem a 1930, a expansão capitalista brasileira apoiava-se num sistema produtor de grandes dimensões, porém, extremamente volúvel. (p. 79) O mercado interno estava fracionado e disperso, o que acusava índices econômicos variados. Em 1881, havia cerca de 200 estabelecimentos industriais, número que chegou a 600 em 1889, ano da República. Mas esta indústria era precária, e a maior parte do país vivia da economia agrícola.

No percurso das últimas décadas do século XIX até o ano de 1930, o Brasil continuou a ser um país predominantemente agrícola. O historiador Boris Fausto (1998) aponta que, no censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas que realizavam atividades econômicas, 6,3 milhões – o que corresponde a 69,7% desta população em atividade – se dedicavam à agricultura. (p. 282-282) 13,8% se dedicavam à indústria e os demais, que correspondem a 16,5%, aos serviços que englobavam atividades urbanas como a serventia doméstica e os chamados “bicos”.

Ao pensarmos na formação econômica brasileira e realizarmos uma viagem pelo tempo, encontramos duas fontes de economia agrícola muito valorizadas economicamente ao longo da história. As produções cafeeiras e açucareiras não impulsionaram apenas a formação econômica do Brasil, mas foram responsáveis pela formação social e cultural da população residente do Nordeste. A obra de José Lins do Rêgo – *Fogo Morto* (1997) – relata a história do engenho de cana de açúcar do Santa Fé e afirma que “o engenho contava com 40 peças de escravatura” (p. 125).

Para o economista Celso Furtado (2001), duas economias atestam o espaço do nordestino do ponto de vista econômico: a de criação de gado e a açucareira, que se tornarão elementos fundamentais na economia brasileira do século XX. (p. 65) Partindo desses exemplos de Furtado sobre as formas de produção econômica, encontramos a seguinte passagem do romance *Fogo Morto*: “Família criada, engenho moente e corrente, gado de primeira ordem, partidos de cana, roçado de algodão, respeitado pelos adversários. Criara um engenho” (RÊGO, 1997, p. 125). O objeto de pesquisa dessa análise para dissertação explora o tema da economia açucareira no nordeste do país, que virá a ser fundamental para a economia brasileira no século XX e matéria de pesquisa para economistas e historiadores.

A pesquisadora Esterzilda Berenstein de Azevedo, entre os anos de 1976 e 1982, trabalhou no projeto do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Secretaria da Indústria e Comércio da Bahia (IPAC-SIC). Na época, teve a oportunidade de percorrer todo o Recôncavo da Bahia de Todos os Santos em busca de ruínas e monumentos do período açucareiro. Azevedo dirigiu sua investigação para a pesquisa das relações existentes entre as oscilações da economia açucareira e também aos ciclos de construção e ampliação dos engenhos. Em seu trabalho *Arquitetura do Açúcar* (1998), foram investigadas questões sobre o espaço produtivo dos engenhos, como as fontes de energia, equipamentos, processo de produção, as relações e as formas de produção.

A autora analisou as razões da crise açucareira e as frequentes oscilações deste modo de geração de renda de monocultura, o que vem a ser muito importante para as propostas feitas em nosso estudo. Em primeiro lugar, a obra *Menino de Engenho* (1932) descreve o funcionamento de um engenho, a rotina e os principais personagens presentes no dia a dia da história de um engenho de cana de açúcar do nordeste do Brasil. O romance *Fogo Morto* (1936) apresenta uma passagem mais completa, desde os primórdios, o tempo de ascensão, passando pelas glórias e tensões do ambiente, e, por fim, chegando até a degradação dos engenhos com a chegada da industrialização, tema abordado na ficção *Usina* (1946).

Os engenhos de açúcar têm seu período de intensa produção, geração de renda e alto valor econômico a partir dos anos 1800. Após cerca de dois séculos de grandes lucros, com o surgimento das usinas, os engenhos vão deixando de “botar”, ou seja, de moer a cana para a fabricação do açúcar, tornando-se engenhos de “fogo morto”, que apenas servem para vender a matéria-prima às usinas. Estas são introduzidas ao setor da economia nordestina brasileira por volta da década de 1930, concomitantemente ao processo de industrialização do país proposto pelo então presidente Getúlio Vargas. É também na primeira metade da década de 30 que José Lins do Rêgo publica sua primeira obra, *Menino de Engenho*, em 1932.

Se considerarmos a análise dos pesquisadores sobre a estrutura e a vida dos engenhos, este estudo terá início com a investigação da formação dos engenhos. No *corpus*, estes aspectos estão presentes na primeira publicação de José Lins do Rêgo, de 1932, *Menino de Engenho*, assim como em *Fogo Morto*, de 1943. Em seguida, na sequência cronológica dos fatos, historiadores e economistas investigam a forma na qual o projeto de industrialização afetaria os engenhos de cana de açúcar, o que será aqui verificado conforme a leitura do romance *Usina*, de 1936.

2.1 “Menino de engenho”: os engenhos de cana de açúcar no nordeste brasileiro

A história econômica açucareira do Brasil Colônia até os anos 1930 está caracterizada pela sua implantação e seu desenvolvimento ininterrupto. Esta atividade monocultora era favorecida pela liberdade de produção, pelo estímulo e pela proteção oficial da metrópole Portugal. Para Azevedo (1990), a economia do açúcar já nasce com certo porte, pois o Brasil era colônia de um dos grandes importadores de açúcar da Europa.

A produção açucareira também viria a ser beneficiada pelo ideal português de aproveitamento das terras brasileiras, a fim não apenas de ocupá-las, mas de explorá-las, ação esta que corresponde à função histórica da colônia, voltada ao enriquecimento da metrópole. A pesquisadora (1990) acrescenta ainda que eram tamanhas as despesas de instalação de um engenho em uma terra recém-descoberta e considerada hostil, que se exigiam então instalações portuárias e defensivas, e não fazia sentido realizar a construção de engenhos pequenos. (p. 24). No Brasil, até os primeiros engenhos que surgiram apresentavam maior suntuosidade diante dos espaços de outras produções monocultoras. Já nas obras que figuram nos romances, poderemos verificar que não é diferente nos engenhos dos personagens de José Paulino, em *Menino de Engenho*, e de Seu Lula, em *Fogo Morto*.

Segundo Azevedo (1990), o sucesso da produção açucareira no século XVI está ligado a diversos fatores. O primeiro vem a ser o monopólio de Portugal sobre a produção e comercialização de produtos tropicais para o mercado europeu. Somado a este aspecto está o empenho do país português em defender suas terras conquistadas na América, por isso promove a agricultura com a distribuição de terras e isenção de impostos. Já do ponto de vista tecnológico, o produtor brasileiro aproveitava de uma grande experiência acumulada pelos portugueses em seu trabalho nas ilhas do Oceano Atlântico e por uma indústria localizada em Portugal que fabricava equipamentos para engenhos. A técnica de refinação do açúcar – monopólio a princípio italiano –, foi, por exemplo, estudada cuidadosamente por Portugal. (p. 25)

Podemos considerar que foi esta importância econômica para a região e para o país, além da vontade de retratar estes trabalhadores de engenho por meio da literatura, que viriam a dar margem para o tema das primeiras obras de José Lins do Rêgo. Mesmo que publicadas nos anos 1930, a história dos engenhos havia iniciado quatro séculos antes.

Quando analisamos, por meio da história, o que é apresentado nas tramas ficcionais, como, por exemplo, em *Fogo Morto* (1936), ao descrever o nascimento de um engenho, temos que retornar aos anos 1600 para compreender qual era a situação de Portugal. Nesse século ocorre o enfraquecimento de Portugal enquanto potência colonial devido à crise entre as dinastias. Para o pesquisador Antônio de Oliveira (1990), a distribuição desigual do poder no país português gerava corrupção, fazendo com que a atenção às colônias ficasse alterada. No Brasil, portanto, a agroindústria açucareira sofreu sua primeira grande crise. Ademais, uma série de fatores coloca obstáculos no desenvolvimento da produção do açúcar devido a conflitos e guerras no interior da Colônia, pragas nas plantações de cana e fugas de escravos. Com isso, a cotação do açúcar cai.

Após este período de crises no Brasil e na metrópole Portugal, Azevedo dá sequência à sua análise dos engenhos apontando três períodos diferentes. Assim, podemos verificar que, até o século XVII, ocorreram momentos diversos de desenvolvimento da produção açucareira no Nordeste brasileiro. O primeiro, no século XVII até as primeiras décadas do século XVIII, é de plena prosperidade. O segundo e mais longo é de depressão e enfraquecimento, que chega aproximadamente ao ano de 1670. E um terceiro e último período, de recuperação e florescimento, atravessa o final do século, chegando às primeiras décadas do século XVIII. A passagem da economia açucareira até o momento monopolista para um mercado de concorrência devido ao desenvolvimento do mercado exterior resultou em grandes mudanças estruturais nos engenhos brasileiros e profundas consequências negativas. (1990, p. 29).

Furtado (2001) acrescenta que a indústria açucareira, no decênio que antecedeu a abolição da escravatura, passou por importantes transformações tecnológicas, como a modernização do maquinário para a moenda, além de se beneficiar de inversões de capital estrangeiro. (p. 139) Uma série de transformações ocorreu para que, enfim, os engenhos ganhassem a configuração física analisada por Esterzilda Azevedo (1990). Estes terão o mesmo modelo de engenho presente nos romances de José Lins do Rêgo.

Este último período, alocado ao final século XIX, corresponde a um momento de reorganização da empresa açucareira. A revolução industrial, iniciada na Inglaterra, provocou o alargamento do mercado, a valorização dos produtos coloniais e a ampliação das relações comerciais. Isso permitiu que Portugal recobrasse a posição de dominador do comércio colonial que possuía anteriormente. Durante aquele período, o valor do açúcar dobrou de preço em apenas cinco anos. Estava iniciado então um tempo de prosperidade econômica no setor açucareiro, o que provocou, além do crescimento de engenhos já existentes, a construção de engenhos novos.

Azevedo (1990) retoma que: “novos proprietários construiriam seus engenhos próximo às áreas de cultura de cana [...]. Lançam-se as fundações de uma nova arquitetura de engenhos que viria a tomar forma no século seguinte” (p. 31-32). A arquitetura dos engenhos referida pela autora em questão é a arquitetura presente do século XVI até o século XIX e parte do XX, sendo que essas últimas datas fazem parte do recorte temporal escolhido para esta dissertação.

A primeira obra escolhida é *Menino de Engenho* (1932). O narrador e personagem principal do enredo é Carlos de Melo, mais conhecido como Carlinhos, que descreve o engenho de cana de açúcar do Santa Rosa, de propriedade de seu avô.

Verificamos aqui a importância de ressaltar uma ideia ponderada acerca do romancista analisado, pois alguns estudiosos da ficção de José Lins do Rêgo acreditam que ele escreveu a obra *Menino de Engenho* (1932) baseado na história de sua própria infância. E como Gilberto Freyre (2001) teria afirmado na obra *Interpretação do Brasil*, José Lins do Rêgo às vezes mais recorda do que inventa, escreve como quem simplesmente copia a vida: “e ele tem copiado a vida a tal ponto que algumas das suas páginas são como se fossem antes de memórias [...] do que puro romancista” (p. 294-295).

Ecléa Bosi (2001) faz considerações acerca do indivíduo como testemunha, alegando que a memória se desenvolve a partir de laços de convivência familiar e também profissional. Por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo, ser único, que recorda, memoriza e tem acesso a estas camadas significativas do passado. (p. 408-411)

Já o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006) afirma que, ao distinguirmos as memórias que um indivíduo pode ter, encontramos uma memória autobiográfica e uma memória histórica, que atuam unidas. (p. 73) No que diz respeito à memória individual, Halbwachs aproxima-se dos ideais do romancista aqui investigado, já que:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outra para que a lembrança que nos fazemos recordar venha a ser reconstituída sobre uma base comum. [...] É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros (2006, p. 39).

A partir da ideia elaborada por Halbwachs, verificamos que Rêgo, ao escrever fazendo alusões ao seu passado, estaria colocando-se na posição de ser pertencente a um grupo. Este também vivenciou as mudanças econômicas e sociais no Nordeste brasileiro, levantando dados e noções comuns a outras pessoas, valorizando mais ainda a sua obra. A memória pessoal do autor, além de reconduzir estas lembranças, registra a coletividade ao qual está inserido.

Esses aspectos se fazem essenciais, pois tendo José Lins do Rêgo escrito valendo-se de sua memória ou buscando inspiração por meio de outros motivos vivenciados, em momento algum ele afirma essas hipóteses. A história da obra ficcional, então, é narrada dessa forma, por meio de lembranças e memórias do personagem principal e narrador, Carlinhos. Podemos averiguar essa questão na seguinte citação, logo nas primeiras páginas da obra: “Ainda me lembro do meu pai” (1981, p. 5).

A narrativa nos conta que, com a morte da mãe, assassinada pelo marido, pai de Carlinhos, ele é levado a viver junto ao avô materno dentro do Engenho do Santa Rosa. Assim, um novo mundo se abre para o menino. No caminho para o engenho, vai observando pela janela do trem todas as novidades: o mato, os postes de telégrafo, as estações, os meninos com roletes de cana e muita gente apressada. Ao chegar à primeira estação, vê um “pretinho” esperando por Carlinhos e por seu tio, que o acompanhou na viagem. A companhia do “pretinho” seria para chegar ao engenho “ali perto”, quando o garoto passa por sua primeira experiência de equitação. No trajeto, feito a cavalo, Carlinhos descreve:

Eu ia reparando em tudo, achando tudo novo e bonito. A estação ficava perto de um açude coberto de uma camada espessa de verdura. Os matos estavam todos verdes, e o caminho cheio de lama e de poças d'água. Pela estrada estreita por onde nós íamos, de vez em quando atravessava boi. O meu tio me dizia que aquilo tudo era do meu

avô. E com pouco mais avistava-se uma casa branca e um bueiro grande (1981, p. 8).

Estas são as primeiras impressões do nosso personagem, que narra, por meio da memória, suas lembranças do engenho, conhecidas até então por meio da fala de sua mãe. Ela descrevia o engenho como um recanto do céu, que contava com as moagens, os banhos de rio, as frutas e os brinquedos, o que fez Carlinhos idealizá-lo como um conto de fadas de um reino fabuloso. Reino este que não havia conhecido pessoalmente por impedimento de seu pai, que jamais deixara sua mãe passar uma temporada sequer no engenho.

A afirmação do tio ao falar que “tudo aquilo ali pertencia ao seu avô” demonstra a grandeza de um senhor de engenho do período, e esta riqueza pode ser avaliada pelo número de terras e pela suntuosidade da propriedade. Por não conhecer o novo espaço que passaria a habitar e por ter uma visão fantasiosa do engenho do avô, Carlinhos tem uma sequência de impressões extraordinárias acerca do que ia vendo.

Carlos é levado para conhecer a moenda do engenho e descreve:

Ficava a fábrica bem perto da casa grande. Um enorme edifício de telhado baixo, com quatro biqueiras e um bueiro branco, a boca cortada em diagonal. Não sei por que os meninos gostam tanto das máquinas. Minha atenção foi inteira para o mecanismo do engenho. Não reparei em mais nada. Voltei-me inteiro para a máquina, para as duas bolas giratórias do regulador. Depois comecei a ver os picadeiros atulhados de feixes de cana, o pessoal da casa de caldeiras. Tio Juca começou a me mostrar como se fazia o açúcar. O mestre Cândido com uma cuia de água de cal deitando nas tachas e as tachas fervendo, o cocho com o caldo frio e uma fumaça cheirosa entrando pela boca da gente (1981, p. 12).

Nas páginas 12 e 13 desta edição, encontramos a descrição da produção do açúcar branco, fazendo com que o leitor compreenda o processo de refinação e conheça as pessoas que trabalhavam nestes lugares, próximas às máquinas, que são os escravos libertos e seus descendentes: “um preto, com as mãos metidas na lama suja, cobria a boca das formas” (1981, p. 12).

Além da casa grande, que, mesmo possuindo um estilo sóbrio, demonstrava imponência, e da moenda do engenho, o narrador observa que ainda restava a estrutura da senzala dos tempos da escravidão – no mesmo formato físico de sua origem. A senzala, como nas demais narrativas aqui analisadas, não havia perdido sua função de abrigo para os negros. Junto aos outros meninos, pela senzala, Carlos mexia – sem a autorização de um adulto – nos baús velhos das negras, nas locas que elas faziam pelas paredes de taipa, em seus cofres e onde guardavam seus rosários, nos seus ouros falsificados e nos seus bentos milagreiros. Nas

paredes de barro havia sempre santos pendurados e, num canto, a cama de tábuas duras, “onde há mais de um século faziam o seu coito e pariam os seus filhos” (1981, p. 54-55). Os moleques dormiam em redes fedorentas e todos os quartos cheiravam muito como um mictório, onde era possível ver as marcas de urina da noite, mas Carlinhos tinha a sensação de que ali viviam satisfeitos, como se ocupassem habitações de luxo. (1981)

Observando outras peças e funcionários de seu avô, o menino nota que também era uma negra, a velha Generosa, que tomava conta da cozinha da casa grande, uma casa branca cheia de quartos abafados, com um alpendre na frente aonde José Paulino costumava descansar em sua cadeira de balanço.

O senhor de engenho possuía uma vasta extensão de terras, a casa de morada grande e admirável, assim como tinha em sua propriedade gado, rios e matas. Para José Paulino, ter próximo da casa-grande o engenho, com suas máquinas fascinantes e dentro desta propriedade ainda coexistir a circulação de negros, escravos libertos e seus descendentes por não terem a opção de deixar este espaço, era um símbolo de virtude de um bom administrador.

José Lins do Rêgo consegue construir, em sua narrativa, a arquitetura de um engenho disposta pela pesquisadora Esterzilda Berenstei de Azevedo (1990) na melhor época de produção do açúcar do nosso país. O engenho do Santa Rosa contava com os diversos elementos descritos por Azevedo, como a fonte de energia das quedas d'água, matas, vias de acesso e rios navegáveis. A tração animal fornecida pelas cabeças de gado, e, por fim, o braço escravo, que foi utilizado até o final do século XIX. Após, na condição de trabalhador livre, o escravo atuou em diversas funções do engenho, como no preparo da terra, na colheita e no transporte da cana, bem como em todas as atividades de produção dentro da fábrica. (p. 35-36)

Sobre a estrutura física de um engenho de cana de açúcar, é possível encontrar a visão de diferentes pesquisadores. Fenelon (1974) é um deles e assevera que o espaço do engenho de cana de açúcar no Nordeste brasileiro constitui-se de: casa-grande, senzala, capela e casa de engenho. (p. 38) Já outras construções, em número variável, serviriam de residência ao capelão, ao mestre de açúcar, aos feitores e a outros poucos trabalhadores assalariados. Como estrutura secundária, “além do núcleo de construções, sucediam-se as culturas de cana de açúcar feitas pelos escravos do próprio engenho ou pelos lavradores livres ou a ele obrigados” (FENELON, 1974, p. 38).

O valor econômico gerado pela produção açucareira era alto, suficiente para manter o senhor de engenho e sua família em boas condições sociais. Contavam, para isso, com uma

grande propriedade de terra que possuía o plantio de cana de açúcar, construções variadas e uma casa como moradia de bom tamanho de onde pudesse ser assistida a produção.

2.2 “O engenho do Seu Lula”: o valor econômico

A importância do valor financeiro dos engenhos é verificada em diferentes momentos nas obras de José Lins do Rêgo que compõem o denominado ciclo da cana de açúcar. Pela descrição de um engenho feita pelo jovem personagem Carlos de Melo, identificamos um ambiente em ascensão e de riqueza, no qual o senhor de engenho tem em suas mãos os poderes sobre seu espaço, sobre sua família, sobre seus empregados, além de um grandioso poder econômico. Segundo o historiador Argemiro Brum (2003), o açúcar tornou-se o produto de maior valor em nível de comércio mundial desde o final do século XVI. (p. 135)

Os engenhos de cana de açúcar surgem ainda durante os primeiros anos da constituição do Brasil, por volta de 1530, década à qual a coroa portuguesa passa a se interessar pela colonização do espaço como modo de ocupação e proteção. As grandes propriedades sempre são de monocultura, voltadas para a produção em grande escala de mercadorias de alto valor comercial e sua produção serve para a exportação. Fenelon (1974), citando Alice Canabrava, aponta que “nenhuma outra forma de exportação agrária no Brasil colonial resume tão bem as características básicas da grande lavoura como o engenho de açúcar” (p. 36). Os engenhos, desde os tempos do Brasil colonial, eram ideais para representar o que pode ser considerada uma grande lavoura de exportação. Este formato iria manter-se até a introdução do projeto de industrialização no país.

Canabrava, mencionada por Fenelon (1974, p. 36), descreve que, além do trabalho no cultivo do solo nos canaviais, era necessária uma série de outras operações demoradas e exaustivas para a manufatura do açúcar, além, é claro, de uma mão de obra abundante. Nenhuma outra forma de exploração agrícola foi tão complexa no seu funcionamento quanto esta.

Fenelon (1974), ao mencionar Canabrava, ainda acrescenta que o engenho de açúcar possuía em sua estrutura física “seus vários edifícios para moradia e para instalar o aparelhamento necessário” (p. 36). Para o funcionamento da produção, por sua vez, era necessário “um pequeno aglomerado humano, um núcleo de população. Representa a atividade sedentária que fecunda o solo, amanha a riqueza e lança as raízes da comunidade social” (1974, p. 37). Este aglomerado humano era responsável pelo cultivo e colheita da cana

de açúcar, que se transformaria no açúcar refinado, sendo, por fim, comercializado, gerando o valor econômico para aquele engenho.

Dentre todos os edifícios, estava a moradia dos senhores de engenho e suas famílias, a casa-grande:

É uma vasta e sólida mansão térrea ou em sobrado; distingue-se pelo seu estilo arquitetônico sóbrio, mas imponente, que ainda hoje empresta majestade à paisagem rural, nas velhas fazendas de açúcar que a preservaram. Constituía o centro de irradiação de toda a atividade econômica e social da propriedade. A casa-grande completava-se com a capela, onde se realizavam os ofícios e as cerimônias religiosas (FENELON, 1974, p. 37)

Próximo à casa-grande também estava a antiga morada dos escravos, a senzala, ambiente onde alguns escravos libertos e seus descendentes permaneceram mesmo após a abolição: “[...] Próximo se erguia a senzala, habitação dos escravos, os quais, nos grandes engenhos, podiam alcançar algumas centenas de ‘peças’. Pouco mais além serpenteava o rio, traçando através da floresta uma via de comunicação vital” (FENELON, 1974, p. 37).

O engenho abrigava todas as instalações necessárias para o preparo do açúcar. Muitas vezes essa atividade era repartida em várias construções, algumas isoladas, outras contínuas, mas cada uma destinada a um ou mais conjuntos de aparelhamentos – de acordo com as funções a que se destinavam. No eito permaneciam tambores movidos à água ou à força animal para extrair o suco da cana. São nessas configurações que estão dispostos os engenhos de cana de açúcar presentes nas obras *Menino de Engenho* e também em *Fogo Morto*.

Em *Menino de Engenho*, Carlinhos relembra os passeios aos outros engenhos, uma atividade a qual fazia sempre cheio de alegria, de todo o coração. (1932, p. 62) O menino também se impressionava com a grandiosidade de tudo o que via, não apenas dentro das terras do avô:

O senhor de engenho de lá, um primo do meu avô, o Coronel Lola, morrera deixando um palácio para os seus. Era a melhor casa de morada da ribeira do Paraíba. Tinha água encanada até na horta. E banheiro de torneira para os criados. O engenho bem tratado, com um sobradinho de varanda para se olhar o serviço. O dia que passávamos ali anoitecia depressa. Em cima do sobrado um corta-vento puxava água para os tanques de serventia. Para mim, aquele ruído do moinho, o batuque compassado dos canos, parecia uma música (1932, p. 65).

No romance *Menino de Engenho* é possível perceber que a imponência das propriedades açucareiras não era exclusividade do engenho do Santa Rosa. Eram bons tempos para os produtores açucareiros do Nordeste brasileiro.

Dando continuidade às observações sobre o valor econômico dos engenhos e para analisar seu modo de constituição na obra *Fogo Morto*, haverá uma maior dedicação à segunda parte do livro, destinada à história do “Engenho do Seu Lula”, engenho anteriormente chamando de Santa Fé, onde também se passa a maior parte da narrativa de toda a obra. Recordamos aqui que as histórias do “Engenho do Seu Lula” já são introduzidas no romance *Menino de Engenho*. O Santa Fé ficava “encravado” no engenho do avô de Carlinhos. José Paulino se orgulhava de ter iniciado seus trabalhos com um engenho pequeno, e no período da narrativa da obra de 1932 gostava de descansar os olhos em horizontes que podia chamar de seu. (1932, p. 75-76)

O engenho do Santa Rosa e o engenho do Santa Fé não se viam como dois rivais, mas, sim, como dois irmãos muito amigos, que se complementavam. Na visão do narrador, porém, esta seria a história de uma família na qual um desses irmãos recebeu proteção demais e, o outro, de menos. Dizia Carlinhos: “Coitado do Santa Fé! Já o conheci de fogo morto” (1932, p. 75). O engenho até perdera seu nome bonito; de Engenho do Santa Fé tornou-se somente Engenho do Seu Lula, por haver perdido seu prestígio. Nas considerações seguintes, será possível ver que este prestígio já fez parte da vida do engenho vizinho ao suntuoso Santa Rosa.

A trama do romance *Fogo Morto* se desenvolve durante os primeiros anos do século XX, com uma regressão no tempo que remonta à época de fundação do engenho Santa Fé, no ano de 1850. É narrada a fundação do engenho pelo personagem do capitão Tomás Cabral de Melo, com a lembrança de que este é fundado vizinho ao engenho do Santa Rosa, cenário da narrativa de *Menino de Engenho*. Era comum, segundo a pesquisadora Esterzilda de Azevedo (1990), a criação de novos engenhos próximos às terras de engenhos mais velhos.

Tomás Cabral de Melo, já proprietário de um engenho próspero, casa sua filha, Amélia, com Lula Chacon de Holanda, um primo, que, a princípio, além de não possuir interesse para dirigir o engenho, também não possui experiência. Doente, o capitão Tomás deixa que sua mulher, Mariquinha, dirija os negócios. Quando o capitão morre, seu Lula entra em embate com a sogra, acaba tomando-lhe as terras e, junto a elas, o poder. Sobre os rendimentos e a estrutura do Santa Fé, Tomás afirma:

[O Santa Fé] dava os seus mil pães de açúcar, as suas sacas de lã, e tinha pasto para as suas duzentas reses. E ainda contava com quarenta peças de escravatura. Não queria mais do mundo. Por mais de uma vez viera à sua porta bater senhor de engenho de grandes terras, para se valer de sua bolsa. Empréstava e os juros que cobrava não eram de arrancar carne de ninguém. O seu dinheiro era o sangue, a sua vida (RÊGO, 1997, p. 125).

Ser dono de uma produção monocultora de alto valor econômico, como o engenho do Santa Fé, de Tomás Cabral de Melo, ou até o engenho do Santa Rosa, de José Paulino, era uma conquista alcançada com muito esforço. Essa conquista era mantida com garra pelos seus proprietários, com a intenção de que este ambiente de trabalho fosse rentável para as seguintes gerações dos senhores engenho e capitães: “Aquela terra que ele [capitão Tomás Cabral de Melo] povoara, tratara, lavrara, talvez que, com sua morte, voltasse ao que fora, a um podre sítio, a uma pobre terra sem nome” (1932, p. 134). O presente trecho demonstra já a preocupação, uma forma de prever o futuro dos engenhos de açúcar, como se imaginassem que sua ruína não tardasse.

A preocupação em manter esta condição de vida favorável para os descendentes pode ser vista em algumas passagens de *Fogo Morto*, em que a família do capitão de engenho vivia muito bem e com muito conforto ao ser comparada com as demais famílias nordestinas:

A família do capitão Tomás, quando entrava na vila, chamava a atenção do povo na rua. E ele gozava, de verdade, a importância que lhe vinha tudo. Caprichara na parelha que puxava a sua carruagem. Via outros mais ricos do que ele mandando a família para as festas em carro de boi. Quando o carro parava na porta da igreja ficava cercado de gente que o olhava com admiração. O capitão se enchia com a grande figura que a carruagem do genro fazia. Tinha piano em casa. Só ele tivera coragem de mandar uma filha para o colégio de freira. Montado no cabriolé olhava para o mundo cheio de satisfação. [...] A escravatura era boa, os negros de boa têmpera. Tudo corria muito bem (RÊGO, 1932, p. 133).

A atividade mais rentável do período naquela região estava ligada à economia açucareira, gerando, assim, numerosos lucros para os donos da produção. Com isso, estes senhores de engenho se orgulhavam de suas conquistas e olhavam para as suas propriedades com consciência de que haviam conquistado algo grandioso, com base em seus esforços. Entretanto, nutriam a preocupação com um futuro que não poderiam prever. Mas a questão não se detinha apenas ao fato de quem administraria o engenho após a morte do capitão ou senhor, pois o projeto de industrialização estava chegando à região Nordeste do Brasil.

Fogo Morto também traz outros elementos. Além do momento da fundação e dos relatos dos anos mais rentáveis – economicamente – dos engenhos de cana de açúcar, estão presentes ao longo da narrativa os episódios de sua decadência, tanto da propriedade e bens materiais, quanto o empobrecimento dos homens. Esses eventos, que configuram o desaparecimento gradativo dos engenhos de açúcar, são descritos juntamente com a depressão de seus senhores ao não se perceberem mais aptos para administrar suas propriedades.

Podemos recordar aqui o que ocorre com o Carlos de Melo, o Carlinhos, em *Banguê* (1934), outra obra de José Lins do Rêgo que não pertence a esta pesquisa. Ao receber o Engenho do Santa Rosa de seu avô José Paulino, Carlinhos, por ser muito jovem, ter passado muitos anos distante dessas terras e por não possuir experiência nesse ramo, vê o Santa Rosa decair até ser engolido pela usina:

O Santa Rosa se findara. É verdade que com um enterro de luxo, com um caixão de defunto de trezentos contos de réis. Amanhã, uma chaminé de usina dominaria as cajazeiras. Os paus-d'arco não dariam mais flores porque precisavam da terra da cana. E os cabras do eito acordariam para trabalhar na usina. E a terra iria saber o que era trabalhar para a usina. E os moleques o que era a fome (RÊGO, 1966, p. 210).

Nesse trecho de *Banguê* já notamos a ruína devido ao aparecimento da usina. É este também fato ocorrido em *Fogo Morto*, pois Lula, conforme o que imaginava o capitão Tomás, seu sogro, não teve competência para levar adiante sua propriedade – adquirida com tempo e esforço:

O Santa Fé ficara um engenho de maldição. E quando olhavam para os cavalos magros do cabriolé, para os arreios velhos, viam a decadência, as marcas do castigo de Deus sobre as criaturas e coisas condenadas. Por toda a parte corria das rezas que seu Lula fazia em casa como de marmota de feitiçaria (RÊGO, 1997, p. 175).

Segundo Rêgo, tornava-se impossível recordar dos anos de ouro do açúcar: “quando o cabriolé servia de mirante para a uma propriedade rentável e o negro José Passarinho cantava baixo, sentado debaixo da pitombeira” (1997, p. 205):

O engenho de Maçanaga

Há três anos que não mói.
Ainda ontem plantei cana
Há três anos que não mói.

O engenho da Maçanaga há três anos que não moía. Não era verdade. Lá estava o senhor de engenho de força, tocando tudo para a frente. Todos moíam. [...] O Santa Fé moía, moía pouco, mas as bestas rodavam as almanjarras para os poucos pães de açúcar. Estava vivo. O coronel Lula não tinha força para botá-lo para fora. [...] Havia uma força maior do que as dos senhores de engenho (1997, p. 205).

Na leitura do romance de Rêgo, é possível perceber que o declínio não estava ligado apenas aos conflitos pessoais entre senhores e herdeiros; algo maior que isso se aproximava e não poderia ser contido apenas com a vontade de manter-se no poder. A usina também chegaria para alterar os caminhos da sociedade, já que a posição do usineiro era distinta da do

senhor ou do capitão de engenho. O senhor de engenho controlava a sua propriedade, a produção e seus funcionários de muito perto, sua casa situava-se ao lado da moenda e ali estava toda a sua família, vivenciando praticamente tudo o que ocorria. Já o usineiro passaria o maior tempo na cidade grande, onde estava com sua família grande parte do ano.

Tempos de amplas mudanças chegariam com o projeto de industrialização da década de 30.

2.3 “A usina do Bom Jesus”: projeto de industrialização

O projeto de industrialização no Brasil tem seu início nos anos 1930, período em que as primeiras obras de José Lins do Rêgo que compõem o *corpus* desta pesquisa foram publicadas. Conforme já analisado, Getúlio Vargas chega ao poder com um projeto de industrializar o Brasil, até então predominantemente agrícola. O setor da economia açucareira foi afetado por essa brusca mudança. Não apenas a estrutura do engenho perdeu espaço para a usina, como todo o contingente de trabalhadores da área. As consequências serão desfavoráveis não somente para os funcionários do eito, mas também para os senhores de engenho, coronéis e capitães.

O processo de industrialização no Brasil, para Fausto (1998), deve ser analisado por regiões, já que o Distrito Federal e São Paulo começam a receber seu contingente industrial com as primeiras fábricas, ainda no século XIX. (p. 286-287) Nestes Estados, assim como no Rio de Janeiro, no que diz respeito à mão de obra, havia problemas no suprimento de trabalhadores qualificados. Logo, no Rio Grande do Sul dos anos 30, nessa mesma época, o trabalho das charqueadas daria lugar aos modernos frigoríficos. Eram recrutados então imigrantes, migrantes internos e a população pobre.

Já para Sodré (1979), a produção econômica, até o momento, causava uma divisão que criava uma classe apenas formada por senhores de terra, que iria mudar com a chegada de Vargas ao poder. (p. 319) As disparidades sociais no Brasil eram grandes, causadas pelo velho regime ao qual o país havia passado, segregando classes que agora teriam de estar juntas por uma mesma causa. Era uma nova fase na economia que se iniciava, que iria resultar em mudanças para o contingente populacional responsável pelo setor da economia.

Eram necessários trabalhadores para a indústria de todas as etnias e situações sociais, questão delicada pelo fato de estes trabalhadores de classes inferiores pertencerem a distintos locais e culturas e não se reconhecerem como parte da nação, o que exigiu, além de tudo, propostas de um projeto para amalgamar essa nacionalidade.

Em meados de 1929, as oposições lançaram as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidência e, em plena campanha eleitoral, no mês de outubro, estoura a crise mundial. Crise que apanhou a cafeicultura em uma situação difícil, pois já se esperava que o ano de 1920 fosse de produção reduzida, diferente dos dois anos anteriores, dada a alternância de boas e más safras. Com a crise, os preços de importação caíram bruscamente e não havia como compensar a queda dos preços com volume de vendas. Os fazendeiros se endividaram. (FAUSTO, 1998, p. 319-310)

Em 1º de março de 1930, Júlio Prestes vence as eleições para a presidência, mas, segundo Fausto (1998), nem todos estavam felizes e conformados com este resultado; alguns tenentes civis queriam respostas pelas armas. Com a morte de João Pessoa, assassinado em meados de 1930, tornou-se mais fácil desenvolver uma articulação revolucionária. A luta de grupos na Paraíba já havia começado há muito tempo, com a preocupação de João Pessoa em garantir a diminuição de dependência financeira com Recife. A revolução estourou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul em 3 de outubro de 1930. Getúlio Vargas deslocou-se de trem até São Paulo e de lá seguiu para o Rio de Janeiro, onde chegou precedido por 3 mil soldados gaúchos. A posse de Getúlio Vargas na presidência, em 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos. (FAUSTO, 1998, p. 323-325)

Vargas assume a presidência do Brasil em meio a dificuldades econômicas crescentes: queda das exportações, desemprego nas grandes cidades, fazendeiros falidos e produção agrícola sem mercado. Este político apoiava-se na Igreja Católica, religião que possuía o maior número de adeptos no Brasil, o que levou a massa da população católica a amparar o novo governo. Com isso, surgiram, de imediato, as medidas centralizadoras. A centralização estendeu-se também ao campo econômico e o governo Vargas concentrou a política do café em suas mãos. Mas, para Fausto (1998), um dos aspectos mais coerentes do governo foi a política trabalhista, ao criar o Ministério do Trabalho, com fins de reprimir esforços organizadores da classe trabalhadora. (p. 332-335) Surgem leis de proteção ao trabalhador para arbitrar conflitos. Organizar o sistema trabalhista tornara-se essencial, já que, além de ter a proposta de industrialização, a crise da economia cafeicultora traria a população para as grandes cidades em busca de emprego, assim como a redução das importações que favoreceu também o desenvolvimento industrial devido à grande concorrência internacional.

Com a evolução do processo de industrialização e o aparecimento da indústria de açúcar e de álcool, pouco a pouco os engenhos vão desaparecendo, dando lugar às usinas: locais em que a cana de açúcar é levada após a colheita e logo processada. Trabalho efetuado por meio de um grande e moderno maquinário.

Essa mudança dos engenhos para usinas é retratada na narrativa da obra *Usina* (1946). Podemos ver, em um dos momentos, a alteração na velocidade da produção açucareira: “O que os cabras do eito faziam em dez dias, eles arrematam em cinco” (RÊGO, 1985, p. 193).

O livro *Usina* representa, na obra de José Lins do Rêgo, a conclusão do panorama econômico iniciado em *Menino de Engenho*. Em *Usina* é descrita a primeira fase do desaparecimento dos engenhos de açúcar tradicionais. Acompanhada pela tensão desta mudança, está a sua substituição pela usina. Os engenhos que não estavam aptos a aumentar a sua produtividade de modo compensador acabaram fechando ou sendo adquiridos por concorrentes mais ricos. Algumas indústrias chegaram a absorver cerca de 40 engenhos, provocando grandes mudanças sociais e deslocamento da população.

Houve também a necessidade de aumentar os espaços do plantio da cana e, para suprir as exigências das usinas, era preciso extensos campos plantados para ter a matéria-prima o mais rápido possível. Surge, assim, a nova configuração rural do nordeste brasileiro, abarrotado por concorrências, nas quais algumas usinas queriam dominar sozinhas toda uma área, propondo um monopólio regional que controlaria o valor da cana de açúcar e também da mão de obra. Para compreender as mudanças econômicas, culturais e sociais da evolução industrial do engenho para a usina, a obra de José Lins do Rêgo escolhida foi *Usina*.

Podemos destacar que *Usina* (1936) é um romance que contempla inúmeros aspectos da economia do Brasil e, em especial, da região Nordeste. A primeira parte da obra retoma a trajetória de Ricardo, cuja história completa foi contada anteriormente no romance *O Moleque Ricardo* (1935). Ricardo é um dos chamados “moleques de bagaceira” que viviam no engenho do Santa Rosa. Era conhecido de Carlos de Melo da infância e deixa sua terra natal em busca de uma vida melhor como operário da indústria na cidade grande, onde acaba preso por uma rotina de trabalho da qual acaba fugindo e tomando o rumo de sua casa, o engenho do Santa Rosa.

A segunda parte da obra direciona-se à industrialização do processo açucareiro no Nordeste do Brasil. Nas palavras do próprio autor:

Depois do *Moleque Ricardo* veio *Usina*, a história do Santa Rosa arrancado de suas bases, espatifado com máquinas de fábrica, com ferramentas enormes, com moendas gigantes devorando a cana madura que terras fizeram acamar pelas várzeas. Carlos de Melo, Ricardo e o Santa Rosa se acabam, têm o mesmo destino, estão tão intimamente ligados que a vida de um tem muito da vida do outro. Uma grande melancolia os envolve de sombras. Carlinhos foge, Ricardo morre pelos seus e o Santa Rosa perde até o nome, se escraviza (RÊGO, 1985, p. 10).

Na narrativa, Carlinhos foge em desespero, sem saber o que fazer com as terras após a morte do avô, entregando-a às mãos dos parentes. O Engenho do Santa Rosa se torna a Usina do Bom Jesus. As primeiras mudanças da transição econômica sofridas pelo Santa Rosa podem ser observadas na estrutura e na movimentação da casa-grande:

O Santa Rosa se encheu de convidados. A velha casa, onde o velho José Paulino vivera os seus oitenta e tantos anos, se reformara também. Ali na cozinha, nas portas largas por onde entravam e saíam os moradores e negras, tinha posto grades de ferro. A sala de visitas se enfeitara de poltronas, como as que se viam nas casas da cidade. Os quartos de dormir se forraram. O grande casarão tomava assim outras cores, outro jeito, outras maneiras de receber os que chegavam. Aquele ar bonacheirão, aquelas portas abertas, a cozinha sempre cheia de gente, tudo que era tão natural e tão seu, se fora. A casa-grande da usina não podia continuar a ser uma casa-grande de engenho. O Dr. Juca cuidara de dar-lhe uma cara mais decente. Aquela banca do alpendre de pau bruto, aonde o velho José Paulino dava as suas audiências, fora substituída, desaparecera para um canto qualquer. Ali agora brilhava a palha branca de umas cadeiras de vime (RÊGO, 1985, p. 75-76).

Mas a história que se inicia com muita exuberância e riqueza não termina com um bom final. Notar-se-á uma consequência triste para a vida dos usineiros, resultado da destruição de seu patrimônio por fatores econômicos e também naturais.

Dos tempos iniciais da implantação da usina, Dr. Juca de Melo, o usineiro, assistia a atividade da fábrica:

Da chaminé da usina subiam para o céu nuvens de fumaça. O rumor das máquinas, o ruído da moenda quebrando cana, das rodas dentadas, dos trens chegando enchiam os ouvidos do usineiro próspero. Os partidos se perdiam de vista, alcançando os pés da caatinga com a sua verdura. Tudo era obra do usineiro, esforço seu. Arrancara a família da rotina, do bangüê moroso, insignificante. As terras nas mãos dos antigos se esperdiçavam. E agora conheciam a força dos arados. Ele plantara cana aonde nunca o velho Zé Paulino sonhara que desse cana. Um dia subiria até a caatinga (RÊGO, 1985, p. 142-143).

O usineiro estava contente com seu progresso, obtido por conta da industrialização. Havia saído do banguê, um tipo de engenho que se movimenta a vapor, que utiliza o bagaço da cana de açúcar como combustível, tecnologia da produção açucareira que antecedeu a usina. A história da introdução dessa tecnologia no nordeste brasileiro é narrada no romance *Banguê* (1934).

Banguê, obra já referida nesta pesquisa, narra o retorno de Carlos de Melo, o Carlinhos, para o antigo engenho do avô. Lá o encontra, doente e cansado, muito diferente da imagem do senhor de engenho que possuía consigo – a imagem de um comandante forte. Carlos havia se formado bacharel em Direito e se mostra sem aptidão para as atividades rurais; passa o dia a ler, perdido em seus devaneios. Recebe o engenho do Santa Rosa como

herança com a morte de seu avô, Zé Paulino. Naquele momento, se vê sem firmeza alguma para enfrentar os funcionários do avô e, principalmente, os gananciosos usineiros que sabem o quanto a terra do Santa Rosa é produtiva. Acaba, então, vendendo a propriedade para Dr. Juca de Melo, seu tio que o levou para o engenho no episódio do assassinato de sua mãe (narrado anteriormente em *Menino de Engenho*) por um valor muito abaixo.

Recordando o enredo de *Banguê*, livro publicado anteriormente à *Usina*, podemos elencar o mesmo como uma introdução do que será relatado na publicação seguinte. As usinas estão chegando para derrubar o antigo sistema de produção e, assim, gradativamente, o fazem: o que os cabras do eito tardavam dez dias de trabalho para fazer, os sertanejos que apareciam para trabalhar na usina faziam em apenas cinco dias, ganhavam os cobres e partiam. Estes ganhavam por tarefa, sendo que um trabalhador alugado custava menos. (1934, p. 193)

O trabalho, com a industrialização, era realizado com menos mão de obra e mais rapidamente. Tudo parecia se estabelecer e seu Juca terminaria sua trajetória de vida igual ao pai, José Paulino, que construiu seu pedaço de império apoiado na economia açucareira do Nordeste do país.

Nos romances *Menino de Engenho* e *Fogo Morto*, que antecedem *Usina*, está presente todo o processo que compreende a formação e a organização de um engenho. Essas duas obras também apontam o valor econômico da produção açucareira, ao mesmo tempo em que relatam as tensões e dificuldades dos trabalhadores, sejam eles trabalhadores do eito, geralmente escravos libertos e seus descendentes. Aparecem também tensões da vida dos senhores e capitães de engenho, que, apesar da condição social favorável, passavam igualmente por conflitos pessoais.

As obras ficcionais de José Lins do Rêgo apresentam, por meio de narrativas e de diferentes personagens, o ciclo da cana de açúcar no Nordeste brasileiro. A análise busca demonstrar os cruzamentos feitos, por meio de pesquisa do contexto histórico-social do Brasil referente ao ciclo da cana de açúcar e dos romances, procurando demonstrar a ficção como uma fonte de pesquisa para o historiador. Estas fontes, provenientes da ficção de José Lins do Rêgo, retratam as mudanças econômicas e as tensões sociais que se deram no Nordeste do Brasil, permitindo um estudo que inicia pela formação do engenho.

A partir da formação estrutural dos engenhos, podemos verificar os motivos de sua imponente ascensão com o passar dos anos e o valor econômico que este meio de produção vivenciou. A decadência desse meio de produção açucareira se dará com o projeto de industrialização imposto no Brasil, uma vez que a modernização desta economia traria as usinas no lugar do engenho. Essa mudança na economia do Nordeste brasileiro, em

decorrência da industrialização, acarretou questões sociais delicadas, que implicariam a nacionalização e a formação de uma classe operária constituída então por descendentes de negros libertos, trabalhadores livres e também por imigrantes.

3 UM ESTUDO SOBRE FORMAÇÃO SOCIAL: DOS ESCRAVOS, SEUS DESCENDENTES E TRABALHADORES LIVRES AOS MESTRES, CORONÉIS, SENHORES DE ENGENHO E USINEIROS

Este capítulo tem como objetivo analisar a formação social como matéria ficcional nos romances. O estudo procurará refletir sobre quem são estes trabalhadores livres, escravos libertos e seus descendentes, assim como os detentores de maior poder, como os senhores e capitães de engenho de cana de açúcar e os proprietários de usinas. Além disso, buscaremos demonstrar como se dão as relações entre senhores de engenho e trabalhadores. Antes de descrever quais são estes personagens e de que modo são descritos nas obras, faz-se necessário estudar a formação social dos engenhos do Nordeste brasileiro até o período dos anos 30 (ano de publicação de duas das obras).

Candido (1976) procura especificar os aspectos acerca dos personagens literários, o modo como são construídos e sua importância. Na visão do autor (1976), a ficção apresenta um significado diferente a partir do qual conhecemos os fatos, por não estar comprometida com a realidade histórica, mas, sim, com a arte da literatura. Deve apenas, portanto, ser coerente com os aspectos internos da obra. (p. 18) Esse fato faz com que o romancista convide o leitor a entrar no imaginário proposto pelo romance: “É, porém, a personagem que, com mais nitidez, torna patente a ficção, e através dela a camada imaginária se adensa e se cristaliza” (1976, p. 21). Daí a importância de personagens imbuídos de forma e força, a fim de aproximar o leitor ao texto, convencê-lo e encantá-lo.

Para Candido (1976), um grande número de obras literárias inicia com a descrição de uma paisagem ou ambiente. Esse fator pode estar presente em uma carta, em um diário de viagem ou até em uma obra histórica. Do surgimento de um ser humano na trama é que resultará a totalidade de uma “situação concreta”, conforme termo usado pelo autor, em que o acréscimo de qualquer detalhe será responsável pela elaboração do imaginário do leitor. (p. 23) Para Candido, é possível dizer que “são as personagens (e o mundo fictício da cena) que ‘absorveram’ as palavras do texto e passaram a constituí-las, tornando-se a fonte delas – exatamente como ocorre na realidade” (1976, p. 29).

Por meio da observação de Candido, percebemos a função social da literatura. No romance brasileiro, a paisagem e os personagens possuem a função de apresentar ao público um passado histórico que foi transmitido tardiamente pelos livros de História. Esse papel da literatura já se faz presente desde a literatura naturalista, do século XIX, que expôs a presença

do índio, do negro e do mulato. A função social da literatura perdurou através do século XX, com o modernismo e o romantismo, suprimindo a falta deste passado histórico.

Ao nos determos especificamente no estudo da personagem, construído no romantismo, ainda na obra *A personagem de ficção* (1976) Candido destaca a importância dos personagens no romance:

Geralmente, da leitura de um romance fica a impressão de uma série de fatos, organizados em enredo, e de personagens que vivem estes fatos. É uma impressão praticamente indissolúvel: quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem, nos problemas que enredam, na linha do seu destino – traçada conforme uma certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente. O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuítos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados que o animam (1976, p. 53-54).

Assim, o personagem representa o que há de mais valioso no romance. Essas considerações se tornam ainda mais significativas, já que, conforme citado anteriormente, Gilberto Freyre (2001) analisa que o romancista José Lins do Rêgo parece mais recordar do que inventar no conteúdo de suas obras, como quem copia a vida e transcreve memórias. (p. 294-295)

Partindo da premissa de que os personagens são habitantes de um espaço ficcional, Beth Brait (2006) afirma que a matéria de que são feitos estes personagens e o espaço em que habitam são diferentes da matéria e espaço dos seres humanos, mas é preciso reconhecer que essas duas realidades mantêm um íntimo relacionamento.

A consagração da obra ficcional de Lins do Rêgo acaba sendo consolidada pela vivacidade atribuída aos personagens dos romances eleitos para o *corpus* investigado nesta pesquisa. No período de publicação, entre as décadas de 30 e 40, sua obra deu voz às classes da população nordestina envolvidas com a economia açucareira e fez com que algumas pessoas se reconhecessem e encontrassem semelhanças de suas vidas com as dos personagens.

Em *Menino de Engenho, Fogo Morto e Usina*, personagens como Carlos de Melo – ou Carlinhos –, José Paulino, Seu Juca e Seu Lula estão presentes em mais de um dos romances, de modo que o leitor pode acompanhar sua trajetória dentro de mais de um enredo, bem como as mudanças econômicas da região à qual pertencem. Isso faz com que as propostas, aqui apresentadas, de que as três obras ficcionais analisadas abarcariam um outro modelo de “trilogia da cana de açúcar” – diferentemente do já conhecido por alguns dos

estudiosos do tema, que compreende os livros *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933) e *Banguê* (1934).

Os personagens, analisados a seguir, foram escolhidos por terem relação direta ao trabalho com a matéria da cana de açúcar seja no eito, na plantação e na colheita, no engenho e no banguê, assim como na usina. Também foram eleitos para fazer parte da análise os personagens responsáveis pelo trabalho e serventia na casa grande – tarefas como afazeres domésticos e de atenção às crianças que vivem nestes cenários dos romances. Além disso, deu-se maior ênfase aos personagens presentes em duas ou nas três das ficções, como uma das formas de sustentar a proposta de trilogia aqui sugerida. Os personagens escolhidos para serem analisados neste trabalho de dissertação não deverão aparecer em ordem de cronologia, conforme a publicação das obras. Serão, outrossim, distinguidos em duas categorias de trabalho. Uma delas é composta pelos escravos ou trabalhadores livres, descendentes de escravos. Entre eles estão as pessoas que detêm as funções de trabalho da cana, como plantação e corte da planta, e outros possuem os postos de cuidado com a caldeira do engenho e atividades dentro da fábrica. Neste grupo, que compreende os trabalhadores rurais, também se fazem presentes as mulheres responsáveis pela arrumação, cuidado com as crianças e com a alimentação na cozinha da casa grande. De outro lado, compondo a outra categoria, estão os senhores de engenho, capitães, coronéis e mestres, e, por fim, os usineiros. Dentre os nomes de personagens escolhidos para a análise em *Menino de Engenho*, estão: Carlinhos, Coronel José Paulino, Tio Juca, as negras há pouco libertas da escravatura e Lula de Holanda; em *Fogo Morto*: Mestre José Amaro, Coronel Lula de Holanda (já presente em *Menino de Engenho*), Capitão Vitorino e Tomás Cabral. Por fim, em *Usina*: Carlinhos (personagem que narra a obra *Menino de Engenho*), Dr. Juca (anteriormente apresentado como Tio Juca), o negro Feliciano e Dr. Luís.

Ao analisar o modo de vida social dos membros que vivem dentro do ambiente do engenho, Peter Burke e Maria Lúcia G. Pallares-Burke (2009) observam a visão de Freyre acerca dos engenhos e sua também composição social:

O ponto essencial é a visão de todos os habitantes do engenho como se fossem uma grande família comandada pelo páter-famílias; uma família extensa, que incluía os trabalhadores da plantação e os criados da casa grande, todos eles escravos que dormiam na senzala, que ao mesmo tempo, se justapunha e se opunha à casa grande [...] (BURKE, 2009, p. 85).

A partir do estabelecimento dos dois grupos que constituem a reflexão, serão apresentados personagens em diferentes funções, muitas vezes realizando operações opostas

umas às outras, porém dividindo o mesmo ambiente de trabalho que se configura no engenho ou na usina. Como última subdivisão, o capítulo deter-se-á na degradação não apenas da matéria e das posses de cada um destes homens de maior representação social para o período estudado, mas também será possível conferir o esmorecimento psicológico dos mesmos, as decisões drásticas a serem tomadas e a decadência perante a sociedade, fato responsável pela a depressão e pelo desespero de alguns deles. Além dos trabalhadores do eito se encontrarem sem emprego e desamparados após a chegada da usina no Nordeste brasileiro, a situação de decadência social ocorrerá igualmente aos personagens de maior poder social da história do ciclo da cana de açúcar, como os próprios mestres e os usineiros.

3.1 “As negras do meu avô”: escravos libertos e seus descendentes

*Branco Deus fez
Mulato Deus pintou
Caboclo bufa de porco
Negro o diabo cagou.*

José Lins do Rêgo

O título “As negras do meu avô” pertence a um trecho de *Menino de Engenho*. Carlos de Melo, personagem principal e narrador da trama, descreve que, próximo à casa grande, ainda está a estrutura da senzala, com cerca de 20 quartos. Ali residem as escravas libertas, que não deixaram o espaço do engenho simplesmente por não terem aonde ir.

Argemiro Brum (2003) escreve que “o Brasil foi o país do mundo onde ocorreu o mais amplo e prolongado processo de escravidão nos tempos modernos. O sistema escravista viveu ao longo de quase quatrocentos anos, e a sua abolição não representou uma ruptura radical com ele” (p. 145). A pesquisadora Esterzilda Berenstein de Azevedo (1990) assinala que é pouco provável, e também não há relatos, que os escravos tenham trabalhado diretamente no funcionamento da moenda do engenho, pois a moenda era geralmente movida por tração animal ou pela água. O mesmo ocorre nas obras de José Lins do Rêgo: nenhum personagem aparece na função direta da moenda.

Azevedo (1990) assinala que empresa açucareira no Brasil já nasce baseada em exemplos bem-sucedidos de outras colônias portuguesas e numa grande escala de produção. Mesmo que o uso da energia humana nas moendas não tenha sido efetivamente utilizado, a

força do homem é aproveitada em abundância até o final do século XIX em outras atividades do engenho, como o preparo da terra, a colheita e o transporte da cana, bem como todas as outras atividades de produção dentro da fábrica. (p. 40-41)

Para o historiador Stuart B. Schwartz (1988), assim como a pesquisadora Azevedo, acerca da indústria açucareira no Brasil, a mão de obra se compunha da seguinte forma:

No mundo dos engenhos, a mobilidade que permitia a transformação de lavradores em proprietários, escravos em libertos, trabalhadores em patrões, ou simplesmente negro em branco, foi mais evidente nas categorias de trabalhadores assalariados, que sempre estiveram presentes no fabrico do açúcar. Muito embora a mão-de-obra escrava caracterizasse a economia açucareira no Brasil desde seus primórdios até o final do século XIX e os cativos sempre fossem preponderantes como força de trabalho, o caráter da produção açucareira e suas exigências específicas criaram a necessidade de um grupo de assalariados no cerne do processo. Os trabalhadores de campo eram quase sempre escravos, em geral negros, e predominantemente africanos; os senhores de engenho eram invariavelmente livres e brancos. Porém, nas funções intermediárias – administrativas, técnicas e artesanais – havia indivíduos livres, libertos e cativos, brancos, pardos ou negros. Bem no coração da economia açucareira existia um grupo de trabalhadores que, por sua própria existência, corroboravam o sistema escravista sobre o qual a indústria açucareira se alicerçava, constituindo-se em exemplos de mobilidade e progresso aos cativos (SCHWARTZ, 1988, p. 261).

A descrição da fabricação do açúcar elaborada por este estudioso da economia do Nordeste do Brasil é importante, pois nos dá uma visão geral de quem eram os trabalhadores que utilizavam especialmente sua força manual para exercerem suas funções na manutenção da economia açucareira. Já podemos, então, compreender que um negro jamais chegaria à posição social de senhor de engenho e que as atividades ocupadas por trabalhadores assalariados poderiam ser do mesmo modo árduas como no período da escravatura. Além disso, conferimos que os trabalhadores do eito sempre seriam, em sua grande maioria, os negros. A possibilidade de mobilidade de função dentro desta economia crescia ao mesmo tempo em que aumentava a valorização do sistema, o que fazia deste um setor que disponibilizava um grande número de dependentes a um senhor de engenho, mesmo que a etnia e a condição social influenciassem diretamente na posição destes indivíduos na sociedade açucareira.

Em *Menino de Engenho* (1932) algumas questões sobre a posição do negro aparecem em diferentes momentos do enredo, em especial a situação do negro após a abolição da escravidão. A partir disto, sendo trabalhador livre, de fato, este evento não acontecia. O escravo liberto não tinha condições de encontrar um emprego distante do local de onde já vivia e também prestava serviços. Com isso, muitos deles mantiveram-se ainda como subordinados de seus senhores, agora, sustentando o título de liberto, mas com mudança

alguma em sua rotina. José Lins do Rêgo narra, a partir da fala do personagem senhor de engenho José Paulino, que:

Quando veio o 13 de Maio,⁵ fizeram um coco no terreiro até alta noite. Ninguém dormiu no engenho, com zabumba batendo. Levantei-me de madrugada para ver o gado sair do pastoreador, e me encontrei com a negrada, de enxada no ombro: iam para o eito. E aqui ficaram comigo. Não me saiu do engenho um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era pra comprar e vestir negros (RÊGO, 1981, p. 90).

O senhor de engenho José Paulino conclui, assim, que a abolição da escravatura chegou a trazer vantagens para ele. O que aparentemente não soava como um bom negócio para um proprietário de terras e escravos foi lucrativo para este empreendedor, que conseguiu perceber que, anteriormente, por ter os escravos como agregados, gastava em comida e vestimenta para os mesmos, fato que deixaria de ocorrer após o dia 13 de maio de 1888. Desde esse dia, seus escravos, agora libertos e sem terem para onde ir, mantiveram-se no engenho, igualmente trabalhando, ganhando em troca de seus serviços, contudo, uma miséria que não lhes servia. José Paulino, todavia, agora passara a economizar, já que a miséria que lhes pagava era um valor ainda mais baixo do que os custos gerados anteriormente, os quais deveriam ser obrigatoriamente supridos.

A passagem presente na ficção pode ser relacionada com a ideia do economista Celso Furtado (2001):

Comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como uma forma de organização da produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significado na forma de organização da produção e mesmo na distribuição de renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país (p. 141).

A partir da análise ora realizada, podemos verificar como se dá a relação dos tipos regionais na ficção e o lugar social em que estão inseridos na região Nordeste do Brasil. Além da citação do personagem José Paulino na ficção de Rêgo, podem ser observados, nos seguintes trechos das obras ficcionais, passagens que demonstram a situação dos escravos e

⁵ 13 de maio de 1888, data da abolição da escravatura no Brasil.

seus descendentes, não a partir do olhar de um mestre de engenho, e, sim, dos próprios negros libertos. Primeiramente, em *Menino de Engenho*, há a fala do narrador Carlinhos:

Restava ainda a senzala dos tempos de cativo. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a *rua*, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos (RÊGO, 1981, p. 54-55).

Na sequência, em *Usina*, “o negro velho Feliciano não podia mais com o cabo da enxada” (RÊGO, 1936, p. 162). E após, em *Fogo Morto*:

José Passarinho, quando a viu com o peso na cabeça correu para ela.
 - Dona Sinhá, eu Levo.
 - Não precisa, não, seu José.
 - Eu levo, não senhora, eu levo.
 E o negro tomou a trouxa e saiu na frente, com os pés cambados, o corpo banzeiro.
 [...] até que Passarinho falou:
 - Sabe, dona Sinhá, o negro Salvador está de mãos estouradas (RÊGO, 1997, p. 62).

A escravidão havia terminado, mas as mãos calejadas eram as mesmas de antes, assim como o trabalho penoso, o esforço e a dedicação dirigida a seus superiores. Desse modo, a abolição parecia não fazer muito sentido aos negros recém-libertos, todavia José Lins do Rêgo aponta, em seus romances aqui analisados, especialmente em *Menino de Engenho*, que havia uma certa gratidão por parte dos escravos libertos para com seus senhores: estes estariam tão gratos pela alforria, que optaram por manter-se serventes de seus mestres até o final de suas vidas.

Dando continuidade às análises sobre as possíveis distinções entre o trabalho dos negros escravos ou libertos, em sua pesquisa, Esterzilda de Azevedo (1990) discorre sobre as demandas da força de trabalho dentro das características da manufatura açucareira, por meio da mão de obra escrava ou de alforriados. A autora afirma que a manufatura do açúcar implicava a realização de inúmeras operações apoiadas em técnicas agrícola e manufatureira razoavelmente desenvolvidas. Isso se justificava pela larga utilização de mão de obra escrava, pouco especializada. São poucas, entretanto, as informações que quantificam os escravos que trabalhavam no processo de feitura do açúcar, com atividades especificamente discriminadas. Estão disponíveis para a análise, nos dias de hoje, além das fontes consideradas clássicas de viajantes e cronistas, inventários de senhores de engenho, que dariam conta do número total

de escravos existentes na propriedade, sem, contudo, relacionar os que trabalhavam na lavoura, no transporte, na fabricação do açúcar e nos serviços domésticos, entre outras atividades confiadas aos mesmos. (1990, p. 79)

O grande número de operações de manufatura influenciava a diversificação de funções, com aproveitamento de homens, mulheres e até de crianças. As mulheres eram utilizadas na lavoura como auxiliares no corte da cana e nas lidas domésticas. Os homens serviam em trabalhos considerados mais pesados, como o transporte, o encaixotamento e o cozimento. O exemplo que diz respeito à divisão da mão de obra por funções em um engenho,⁶ analisado por Azevedo (1990), aponta que, em um engenho que possuía 44 trabalhadores discriminados, dez desses trabalhavam na casa da moenda, sendo oito mulheres. Na casa da fornalha e na caldeira serviam quinze pessoas, quase todos homens, apenas uma escrava mulher, a responsável pela limpeza das caldeiras e pela baldeação de uma caldeira para a outra. Finalmente, na casa de purgar, havia 19 pessoas, distribuídas em serviço de refino do açúcar, balcão de mascavar e de secar. (1990, p. 79-81)

Na obra *Menino de Engenho*, o personagem de Tio Juca é quem apresenta ao personagem e narrador Carlinhos a casa de purgar do engenho do Santa Rosa:

[...] Vamos agora para a casa de purgar.
Dois homens levavam caçambas com mel batido para as formas estendidas em andaimes com furos. Ali mandava o purgador, um preto, com as mãos metidas na lama suja que cobria a boca das formas. Meu tio explicava como aquele barro preto fazia o açúcar branco. E os tanques de mel-de-furo⁷, com sapos ressequidos por cima de uma borra amarela, me deixaram uma impressão de nojo (RÊGO, 1981, p. 13).

Era um negro quem trabalhava próximo à fornalha, em um trabalho pesado, que deu ao menino da cidade recém-chegado à zona rural uma sensação de nojo do ambiente e da atividade que ali era desenvolvida.

Investigando as informações e dados retirados das pesquisas de Esterzilda Azevedo (1990), verifica-se que, em engenhos de grande porte, o número de escravos ultrapassava 150 ou 200 “cabeças”. Os alocados na atividade da fábrica correspondiam a ½ ou ¼ da totalidade, enquanto os demais serviam à lavoura da cana de açúcar. O número de escravos ou

⁶ Os exemplos sobre a força de trabalho e de mão de obra nos engenhos do Nordeste do Brasil utilizados por Esterzilda Berenstein de Azevedo em seu livro *Arquitetura do açúcar* (1990) partem de dados fornecidos por Henry Koster em: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2. ed. Traduzido por Luís Câmara Cascudo. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978.

⁷ Mel que escorre das formas de açúcar nos banguês.

alforriados que se dedicavam às tarefas domésticas era estatisticamente inexpressivo, pois estes eram os afazeres da casa-grande, ou ofícios como os de pintor, ferreiro e pedreiro. Das tarefas atribuídas a negros libertos, ou brancos imigrantes, e que exigiam maior responsabilidade, estavam a de mestre do açúcar, a de tacheiro ou caldeieiro e a de refinador do açúcar. Quanto à qualificação do trabalho, a autora estudada defende que:

A divisão qualitativa do trabalho no interior da manufatura implicava escassa especialização individual, com exceção de algumas poucas tarefas entregues, muitas vezes, a assalariados. Regra geral, havia entre os escravos uma intercambialidade de funções, conforme as necessidades do momento, o que impedia a especialização (AZEVEDO, 1990, p. 81).

A observação anterior explicita que a especialização para o exercício de determinadas funções, em especial funções que não eram de confiança e nem exigiam responsabilidades, não era uma regra. Os trabalhadores teriam que se encaixar nos ofícios necessários para o momento e/ou solicitados pelo senhor do engenho. O impedimento da especialização em determinado ofício iria ser um fator prejudicial no momento da abolição dos escravos, impedindo o crescimento de saberes dos mesmos e limitando qualquer oferta de emprego distante do espaço onde já eram conhecidos e podiam exercer diferentes cargos, como costumavam fazer.

Esterzilda Azevedo (1990) sustenta sua pesquisa sobre os engenhos até as primeiras décadas dos anos 1900. Com a crescente sofisticação das técnicas produtivas e o aparecimento de empecilhos para a reposição de escravos, com o surgimento das primeiras leis com ideais abolicionistas, em especial a de proibição do tráfico de negros pelo Decreto de 23 de novembro de 1831, aumenta-se a participação de trabalhadores livres nos engenhos. Azevedo (1990) relata uma descrição do viajante Avé-Lallemant,⁸ que delineia as leis abolicionistas como uma grande ameaça aos produtores de açúcar, cujo trabalho e propriedade se baseavam na posse de escravos. A abolição da escravatura e a falta de braços para o trabalho em uma província que se mostrava tão próspera criariam uma necessidade entre estes produtores de arranjar uma solução conveniente para suprir estas faltas; nesta solução incluía-se o trabalho de escravos libertos e trabalhadores livres.

⁸ AVÉ-Lallemant, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe* (1859). v. 19. Traduzido por Eduardo de Lima Castro. Itatiaia Limitada, 1980.

No que diz respeito ao trabalho das mulheres negras dentro da casa grande, o cuidado com as crianças pelas babás representava muito mais do que uma simples atenção dada na ausência dos pais. Segundo Peter Burke e Maria Lúcia G. Pallares-Burke:

A demonstração de afeto que tanto meninos quanto meninas não tinham de seus pais, recebiam em compensação das babás escravas. As babás amamentavam, cuidavam e alimentavam (mastigando a comida para deixá-la comestível aos bebês) os filhos do senhor, contavam histórias e catavam piolhos de suas cabeças, uma prática conhecida como cafuné (termo derivado de uma das línguas mais comumente faladas em Angola, a terra natal de muitos escravos do Nordeste) (BURKE, 2009, p. 87).

Na ficção *Menino de Engenho*, Rêgo descreve – na fala do narrador Carlinhos – as lembranças de infância das negras e da companhia dos filhos delas:

Na rua a meninada do engenho encontrava seus amigos: os moleques, que eram os companheiros, e as negras que deram os peitos para mamar; as boas servas nos braços de quem se criaram. Ali vivíamos misturados com eles, levando carão das negras mais velhas, iguais aos seus filhos moleques, na partilha de seus carinhas e de suas zangas. Nós não éramos seus irmãos de leite? (RÊGO, 1981, p. 55).

Nas negras do engenho, Carlinhos percebia as zangas, mas também o carinho, pois elas tratavam os meninos brancos como seus. Já os moleques de bagaceira são descritos pelo narrador como irmãos, logo, as crianças, filhas de escravos, também tinham um papel significativo na vida do engenho. Para Peter Burke:

Os filhos dos senhores e os escravos eram, frequentemente, companheiros de brincadeiras. Meninos brancos andavam na garupa de meninos escravos (os moleques), por exemplo, expressando a dominação que mais tarde exerceriam de verdade, mas, ao mesmo tempo, construindo relacionamentos próximos que, muitas vezes, duravam a vida inteira. Havia certamente hierarquia no engenho, mas não havia muita distância (2009, p. 87).

O menino Carlinhos convive com as crianças do engenho desde os primeiros momentos de sua chegada. Laços de amizade se criam ao longo da trama e junto dos denominados moleques o pequeno Carlos de Melo viverá novas e inúmeras experiências que influenciarão sua vida:

- Vá brincar com os moleques no copiá.⁹
Os moleques estavam me esperando, mas não se aproximavam de mim. Desconfiados, eles olhavam para o meu pijama, para os meus alamares, encantados,

⁹ Alpendre, varanda contígua a casa.

talvez com a minha pompa. Porém aos poucos foram se chegando, que pela tarde já estavam de intimidade. E fomos à horta para tirar goiabas e jambos. O que chamavam de horta era um grande pomar. Muito de minha infância iria viver por ali, por debaixo daquelas laranjeiras e jaqueiras gordonas (RÊGO, 1981, p. 10).

Não era só com as crianças que o relacionamento se tornava próximo, como analisado anteriormente; o espaço da casa-grande se tornava um modo de abrigar uma grande família, em que todos estavam sob a vista do senhor de engenho:

Na grande sala de janta estendia-se uma mesa comprida, com muita gente sentada para a refeição. O meu avô ficava do lado direito [...]. Não era, porém, somente a gente da família que ali se via. Outros homens, de aspecto humilde, ficavam na outra extremidade, comendo calados. [...] Eram oficiais carpinas e pedreiros, que também serviam com o senhor de engenho, nessa boa e humana camaradagem do repasto (RÊGO, 1981, p. 11).

Carlos de Melo enxergava o engenho como um espaço de “camaradagem” que poderia abrigar – em harmonia – as mais diferentes classes de pessoal, devido à visão que tinha do avô como um bom e prestativo homem. José Carlos Reis (2002) elucida que o encontro das diferentes etnias que compõem a civilização brasileira se dará no cenário da casa-grande:

Esta confraternização ocorrerá na casa grande que não se separa da senzala, mas a inclui. Ela é uma construção tipicamente brasileira, correspondendo ao novo ambiente físico e à nova realidade atividade portuguesa: a monocultura escravista. O português, então, tornou-se luso-brasileiro, o fundador de uma nova ordem econômico-social, o criador de um novo tipo de habitação, que seria o símbolo da nova civilização. A casa grande, completada pela senzala, representa um novo sistema econômico-social e político: a monocultura escravista, o patriarcalismo católico e polígamo. Foi ali que se estabeleceu o novo dono do Brasil (p. 70).

Na trama *Menino de Engenho*, é possível perceber que, no ambiente em que a história está inserida, viviam e circulavam diferentes tipos de pessoas, mostrando uma sociedade complexa em sua formação, mas que possuía administradores de terras e também de homens, como poderemos reconhecer na sequência do estudo.

3.2 “Mestre José Amaro, Seu Lula e Capitão Vitorino”: os mestres, senhores, coronéis e capitães de engenho

*A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais.
Donos das terras.
Donos dos homens.*

Donos das mulheres.

Gilberto Freyre

Esta seção procura dedicar-se à localização no espaço, descrição e análise dos principais personagens que ocupam posições de *status* dentro da vida no engenho. Alguns exemplos são os personagens que dão nome a este item, presentes em *Fogo Morto*: mestre, coronel e capitão de engenho. Analisaremos, também, o perfil de José Paulino, avô de Carlinhos e senhor de engenho, e Dr. Juca de Melo, filho de José Paulino, que vem a ser o usineiro de maior destaque na ficção Usina.

Os senhores de engenho

O historiador norte americano Stuart B. Schwartz (1988) aponta que nenhum grupo ou classe na história do Brasil possui uma áurea de legendária magnificência tão marcante quanto a dos senhores de engenho da região Nordeste. (p. 224) Além disso, o autor cita, para defini-los, o seguinte provérbio popular do século XIX, que dizia: “senhor de engenho, morto de fome, cheio de empenho” (1988, p. 224). Esses homens mantiveram-se no ápice da hierarquia social, projetando uma imagem de nobreza, fortuna e também de poder.

Schwartz (1988) ainda apresenta uma cronologia da formação da classe dos senhores de engenho no Nordeste brasileiro. Após as atividades de extração, como, por exemplo, de madeira para a produção tintureira, estes senhores de engenho tiveram o seu *status* atribuído à posse de terras. Schwartz (1988) recorda que o filósofo Cícero, em seu conhecido *De officiis*, escreve que “de todas as fontes de renda, a vida do agricultor é a melhor, mais lucrativa e mais adequada a um gentil homem”. A posse de vastas extensões de terra e também o poder sobre os homens, afinal, os senhores de engenho possuíam também um número grande de dependentes além das terras, simbolizava para Portugal, a nobreza que a Colônia poderia representar. Estes novos ricos, desde o século XVI, no início da colonização do Brasil, almejavam ascensão social. (1988, p. 224)

Ao pesquisar dados do final do século XVI acerca da economia do Nordeste do Brasil, Schwartz (1988) verifica que havia entre 50 e 60 engenhos na região Nordeste, em especial no Recôncavo Baiano, e os senhores proprietários destes engenhos eram de etnia branca, em sua maioria nativos da Europa. Estes eram português, espanhóis, florentinos e flamengos, e a posição de dono de terras e produtor de cana de açúcar, além de gerar uma

renda favorável, oferecia *status*. Já nos anos entre 1680 e 1725, nas informações revisadas por este autor verifica-se que, de um total de 80 senhores de engenho, 56 eram nascidos no Brasil e 22 eram filhos de imigrantes, fazendo a preponderância dos senhores de engenho brasileiros crescer. (1988, p. 226)

Nos séculos XVII e XVIII, a categoria dos senhores de engenho vai se encontrando cada vez mais bem estabelecida social e economicamente. O pesquisador Stuart B. Schwartz (1988) define algumas características essenciais para fazer parte desta classe:

[...] lavradores de cana ingressavam na categoria de senhores de engenho, geralmente pelo casamento ou pela acumulação de capital através do bom desempenho de suas fazendas de cana. Os senhores de engenho constituíram um grupo em geral aberto ao ingresso de novos membros, embora estes proviessem de uma gama relativamente limitada de ocupações e fossem invariavelmente brancos (p. 227).

As características necessárias para compor o quadro social de senhor de engenho se mantêm as mesmas, em concordância com a citação de Schwartz (1988). Estes homens deveriam possuir um capital elevado, em comparação com outras profissões que também buscavam ascensão social. Eles necessitavam também manter fazendas de desempenho de produção excepcional e ser de etnia branca, aspecto não menos importante que os aspectos referentes à economia. Segundo Schwartz (1988), “os senhores de engenho procuravam afirmar-se como uma nobreza colonial por meio de funções, atos e modo de vida” (p. 232).

Gualberto (1995) define com bastante clareza quem eram estes senhores de engenho e as funções que possuíam esses homens que buscavam afirmarem-se como nobres do Nordeste brasileiro:

O senhor de engenho organizava sua unidade produtiva e sua unidade familiar ao mesmo tempo e da mesma forma, sem fronteiras bem demarcadas. Ele tinha o poder total, ele não reconhecia fronteiras entre o público e o privado. Esta é, aliás, uma das marcas definitivas da formação da sociedade brasileira. O senhor de engenho não era simplesmente um proprietário que explorava suas terras e empregado, comercialmente. O escravo não era somente mão de obra explorada. Para aquele que trabalhava para o senhor um senhor, mesmo que fosse maltratado, este mesmo senhor era sobretudo sua referência (p. 31).

É possível perceber, nos personagens senhores de engenhos de José Lins do Rêgo, em especial José Paulino, que a expressão do poder está representada não apenas no que diz respeito à produção econômica, mas também no meio familiar e nas suas emoções. Ao relatar a vida de um senhor de engenho, há uma preocupação do romancista em apresentar ao leitor todo o seu entorno espacial e familiar, fazendo com que possamos compreender as razões de

suas decisões, vitórias e até suas tristezas e medos. Na visão do antropólogo Gilberto Freyre, por sua vez, citado por Peter Burke em *Repensando os trópicos* (2009):

O senhor de engenho, sugere Freyre, tratava sua esposa e seus filhos como seus súditos, devendo-lhe obediência e se referia à “tirania” dos pais e maridos. Quanto às escravas que moravam no engenho, o autor as descreve como o “harém” do senhor. Ele enfatizou o que chamou de “coesão” da família e de sua extensão, incluindo, até mesmo, os mortos, que eram enterrados na capela, “sob o mesmo teto que os vivos”. “Santos e mortos eram afinal parte da família”¹⁰ (BURKE, 2009, p. 85).

Além de possuir um grande número em extensão de terras, o canavial e seus inúmeros agregados, entre eles família, vizinhos e trabalhadores, era tamanho o poder deste homem, que também possuía poder sobre os mortos. A afirmação de Freyre, apontada por Burke, demonstra a imensidão do poder disposto por um senhor de engenho. Segundo o narrador Carlinhos, o velho José Paulino “gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem” (RÊGO, 1981, p. 36).

O senhor de engenho José Paulino, presente nas três obras aqui analisadas em diferentes momentos de sua vida, é um homem que representa a imponência de um grande patriarca. Em alguns momentos do texto de Rêgo, José Paulino aparece mantendo a alcunha de coronel junto de seu nome. Ele era o proprietário absoluto de terras da região, podendo ser comparado a um grande político ou a um governador. Administrava tudo de perto e mantinha a característica de homem bom e generoso. Carlinhos o apresenta nas primeiras páginas do romance: “Sentado em uma cadeira, perto de um banco, estava um velho a quem me levaram para receber a benção. Era o meu avô” (RÊGO, 1981, p. 9). No decorrer da narrativa, também encontramos demais passagens que demonstram o poder e a imponência de José Paulino, assim como respeito que o povo devia a ele:

Depois do jantar o meu avô sentava-se numa cadeira perto do grande banco de madeira do alpendre. O gado não havia chegado do pastoreador. Lia os telegramas do Diário de Pernambuco ou dava suas audiências publicar aos moradores. Era gente que vinha pedir ou enredar. Chegavam sempre de chapéu com um “Deus guarde Vossa Senhoria”. Queriam terras para botar roçados, lugar para fazer casa, remédio para os meninos, carta para deixar gente no hospital. Alguns vinham fazer queixa dos vizinhos (RÊGO, 1981, p. 60).

Os mestres de engenho

¹⁰ Citações retiradas de CGS, p. 51, 52, 475.

Esterzilda Berenstein de Azevedo (1990), em *Arquitetura do açúcar*, aponta que mestre do açúcar era um cargo de confiança e de maior responsabilidade, algumas vezes indicado a escravos alforriados, a brancos imigrantes ou demais trabalhadores que já possuísem a confiança do senhor de engenho, assim como habilidade para determinado ofício. Muitas vezes o escravo passava a conhecer bem este cargo devido à vivência efetiva na moenda do engenho:

Ao mestre, contudo, era atribuída a maior parcela de responsabilidade, havendo, inclusive, quem o julgasse o verdadeiro senhor de engenho, tal a importância de suas atribuições. A ele competia julgar se o caldo estava limpo, o açúcar cozido e batido, enfim, era ele quem respondia pelo resultado e qualidade da produção. Pelas críticas formuladas, na época, ao trabalho dos mestres de açúcar e aos purgadores, concluiu-se que sua formação era puramente empírica. Vilhena refere-se com indignação aos mestres de açúcar que considerava mal preparados para uma tarefa que exigia “muita doutrina, combinações e cálculos”. Quanto às negras purgadeiras, o mesmo atribuída a ignorância destas parte a responsabilidade pela má qualidade do açúcar (AZEVEDO, 1990, p. 81-84).

Conforme observado na seção anterior, os trabalhos para as mulheres eram limitados ao espaço do eito. Cabia a elas o ofício de limpeza, por exemplo, já que avaliando relatos é possível perceber que algumas vezes a má qualidade do açúcar estava ligada ao trabalho mal feito de uma mulher, especificamente negra. Na narrativa *Menino de Engenho*, o personagem e narrador Carlos de Melo expõe suas primeiras impressões de um mestre de engenho:

[...] Depois comecei a ver os picadeiros atulhados de feixes de cana, o pessoal da casa de caldeiras. Tio Juca começou a me mostrar como se fazia o açúcar. O mestre Cândido com uma cuia de água de cal deitando nas tachas e as tachas fervendo, o cocho com o caldo frio e uma fumaça cheirosa entrando pela boca da gente (RÊGO, 1981, p. 12).

Já em *Fogo Morto* (1943), o personagem José Amaro é mestre de engenho. “O Mestre José Amaro” é o título do primeiro capítulo deste romance e o enredo desta primeira parte concentra-se na casa, às margens da estrada, no Engenho Santa Fé, de propriedade de José Amaro. O personagem se mostra um homem muito orgulhoso, característica que pode ser notada devido ao fato de se recusar a ser dominado por qualquer outra pessoa que não admire o cangaceiro Antonio Silvino.

O Mestre José Amaro incomodava-se com o coronel Lula de Holanda, proprietário das terras em que residia e, para demonstrar sua aversão pelo homem, jamais o cumprimentava quando o via pela estrada e de nada adiantava uma conversa proposta por Seu

Lula na casa-grande. Seu caráter fechado e ranzinza conferiu-lhe a fama de que se transformava em lobisomem no turno da noite, fazendo com que as pessoas tivessem medo de encontrá-lo em determinados horários. No final da primeira parte do romance, teve que mandar a sua filha para um hospício no Recife e, enfim, atendeu ao chamado do coronel Lula para a conversa, que ordenava a saída do mestre de suas terras.

Os coronéis e capitães

Gualberto, na obra *Invenção do Coronel* (1995), tece um ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. A ideia central parte de que o coronel é um dos principais personagens da história política do Brasil e que é por meio desta figura que o sistema político do país foi construído.

Para analisar, compreender um pouco deste papel tão importante para a formação social brasileira, é preciso lembrar alguns fatores históricos:

A existência da própria colônia é devida ao desejo das elites portuguesas de dispor produtos tropicais provenientes de terras americanas. Produtos para os quais já havia um mercado assegurado na Europa do século XVI. Para tornar a exploração possível, Portugal transferiu para a colônia ultramarina uma estrutura capaz de permitir a vida social e de regular relações, não somente econômicas, mas todas aquelas derivadas do processo de ocupação da nova terra conquistada.

A sociedade nascente foi fortemente marcada pelo comportamento do colonizador. Neste comportamento destaca-se a capacidade dos portugueses de misturar-se com outros povos. Esta capacidade acabou resultando numa sociedade mestiça (GUALBERTO, 1995, p. 19).

A metrópole portuguesa verificava que era preciso regular relações com a colônia Brasil não apenas economicamente, mas também socialmente. Em uma sociedade primordialmente mestiça, surgia a necessidade de um controle feito por pessoas que representassem o poder do colonizador. Conforme Gilberto Freyre (2005),

a base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor.

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde negro – na composição (p. 65).

O modo pelo qual a sociedade brasileira ia se estruturando pedia uma administração atenciosa, pois a metrópole não gostaria de ver o desenvolvimento econômico da colônia

saindo de suas mãos, mesmo que esta já possuísse, em sua essência, habitantes com a cultura do colonizador imbuída em seus ideais.

Gualberto (1995) complementa que, para compreender melhor a colonização brasileira e o papel social dos diferentes personagens políticos, é necessário entender que a produção da colônia se organizava de forma a prover aos comerciantes metropolitanos grande lucratividade. Com isso, no princípio, o trabalho livre não parecia rentável, então o tráfico de escravos e a escravidão foram os eixos que impulsionaram a vida econômica e social, estruturando o mundo colonial. A estrutura agrária e de grandes latifúndios, como a produção de cana de açúcar, estava diretamente ligada à escravidão e, com esse sistema escravocrata, a necessidade de um controle da colônia se tornava cada vez maior. (GUALBERTO, 1995, p. 23-24).

O latifúndio, como o da produção açucareira, é lugar de produção econômica e núcleo de poder e espaço de socialização no Brasil, tornando-se centro da vida social brasileira distante da metrópole, que criou a necessidade de uma nova formulação de pensamento para a vida política. O Brasil permaneceu colônia de Portugal até as primeiras décadas do século XIX, mas uma boa parte do que se produziu politicamente nesta fase colonial, que fez surgir o coronel, ainda permanece nos dias de hoje em nosso país. Para João Gualberto (1995), o aumento da população e o crescimento do interesse pelo ouro, entre os anos de 1808 e 1836, tornaram as limitações comerciais impostas por Portugal cada vez mais indesejáveis e a tomada de consciência que exigiu a independência foi tomando corpo. (p. 38-39)

Com a Independência do Brasil, em sete de setembro de 1822, muitas mudanças não foram imediatas. A coroa portuguesa ainda impõe obstáculos para uma total autonomia do jovem país e alguns privilégios e restrições seguem mantidos. Segundo Gualberto (1995):

A independência brasileira não rompeu com a ordem social anterior. Preservou seus núcleos centrais: a escravidão, a estrutura agrária dos latifúndios, o sistema político elitista e o alto nível de exclusão da população. O Brasil foi o único país americano a não experimentar experiências republicanas logo após a Independência. Tornou-se um império. Pior, tornou-se um império dirigido pelo mesmo português – Dom Pedro I – que governava anteriormente em nome de Portugal. É certo que houve modernizações, alterações de critérios de gestão social. Mas essas alterações não implicaram a destruição dos núcleos centrais do poder. Pelo contrário, eles foram absorvidos. Assim, os velhos latifundiários ganharam força com a independência política, com o fim da submissão a Portugal. Eles viram-se colocados no centro do sistema político, sobretudo porque controlavam todo o processo eleitoral, uma das bases de legitimação do Império (p. 44).

A estruturação de poder no Brasil independente aumentou o papel político do dono de latifúndio, e os senhores de engenho estavam à vontade para mandar em seus agregados e também delegar funções às pessoas de confiança para auxiliar em seu trabalho e em seus lucros. Havia milícias destinadas a defender a Constituição e a integridade do Império, como a Guarda Nacional, mas essas milícias atuavam em territórios restritos e apenas onde estavam sediadas, não atingindo os domínios dos latifundiários.

No período do segundo reinado, que engloba os anos de 1850 a 1889, houve um princípio de aristocratização do quadro de dirigentes do país, o que aumentou a corrupção eleitoral e, segundo Gualberto (1995), demarca o surgimento de uma força de oficiais sem soldados, na qual os postos mais elevados estavam reservados aos latifundiários. A articulação de interesses era complexa e o sistema político brasileiro foi se organizando por meio de uma série de pactos, dando origem aos pactos coronelistas. (p. 45-47)

Para sustentar ainda mais a análise de Gualberto (1995), Peter Burke (2009) transcreve uma ideia de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*: “A questão era que, nesse período da história do Brasil, os proprietários de terra ou plantadores de açúcar, os senhores de engenho, como eram chamados na época em Pernambuco e outros lugares, eram virtualmente independentes do governo central” (BURKE, 2009, p. 83).

Estes pactos partiam de uma hierarquização que se apoiava no sentimento de honra e no espírito cooperativo. Gualberto (1995), nesse sentido, afirma: “Uma corporação respeitável deveria ser dirigida por homens respeitáveis” (p. 50) e “uma vez consolidado o núcleo central do poder, o coronel iria ainda mais longe. Ele se transformaria na própria representação do poder” (p. 50). Ao final do século XIX, o coronel já era um personagem politicamente pronto, acabado. Estes coronéis compuseram um sistema político corrompido, no qual as bases foram firmadas pela política tradicional, pela hegemonia desses personagens e pelos acordos locais, regionais e, em especial, internos, estabelecidos entre os poderosos latifundiários e seus dependentes. Como se pode ver, este comportamento existia em tempos remotos e a continuidade da participação de determinados personagens da vida política brasileira já estava fundamentada.

Os termos “coronel” e “capitão” são sinônimos de “chefe político” quando se trata das regiões interioranas do Brasil. Para o personagem do coronel, Rêgo elege, em *Fogo Morto*, o Coronel Lula de Holanda, já conhecido no romance *Menino de Engenho*, em condições de vida desfavoráveis, distintas do perfil que é apresentado no segundo capítulo de *Fogo Morto*. Este romance realiza uma regressão temporal, com a narração do enredo, retornando ao ano de 1850, quando conta a fundação do engenho do Santa Fé pelo Capitão

Tomás Cabral de Melo, que, ao mudar para a região, em meados de 1848, casa sua filha Amélia com Lula Chacon de Holanda, seu primo, que pouco interesse ou aptidão tem para dirigir um engenho:

O diabo não era de tomar gosto pelo engenho, o que seria do Santa Fé sem ele, sem o tino do velho Tomás que lhe conhecia as entranhas da terra, que lhe dera nome, que o criara do nada? E começou o capitão Tomás a sofrer pelo futuro do Santa Fé. Ele sabia o que era uma propriedade sem senhor de fibra, tomando conta de tudo. O que fariam os negros com um banana na casa-grande, ouvindo piano, lendo jornais, tratando da barba? (RÊGO, 1997, p. 133-134).

Mas, com a morte de Tomás Cabral, Lula entra em disputa com a sua sogra e acaba por lhe tomar as terras e, com elas, todo o poder. Castiga os escravos com exímia crueldade, o que faz o povo se afastar cada vez mais de sua pessoa e, com a abolição, é abandonado até pelos escravos, que não veem vantagens em seguir residindo em sua propriedade.

Em *Menino de Engenho*, obra na qual a vida de Lula de Holanda já é mostrada em um período de decadência, o personagem de Carlos de Melo narra: “Corriam histórias da casa de Seu Lula: o povo de lá não comia, as negras viviam em jejum; uma lata de manteiga era para um mês; as vacas trabalhavam nos carros de boi. E ele tinha dinheiro de ouro enterrado” (RÊGO, 1981, p. 78). Ao sofrer um ataque de epilepsia dentro da igreja, passa a dedicar-se fervorosamente à religião e, já com pouco dinheiro e posses, gasta tudo o que fora deixado pelo sogro. É evidente a inveja sentida pelo senhor de engenho José Paulino (avô de Carlinhos) de suas propriedades e da capacidade de administrá-las.

Capitão Vitorino é o nome eleito por José Lins do Rêgo para representar a figura do capitão, presente no sertão nordestino do país. Seu nome também intitula a terceira e última parte do romance *Fogo Morto*. O personagem se confere o título de capitão por fazer parte da aristocracia dos engenhos nordestinos por conta do parentesco com José Paulino. Vitorino é um homem opositor, corajoso, que aceita todas as brigas ao lutar pelos fracos e também pela justiça aparente no Nordeste brasileiro. Na terceira parte de *Fogo Morto*, o cangaceiro Antônio Silvino, que fora apoiado pelo mestre José Amaro, invade a cidade de Pilar, ameaçando moradores, à procura de ouro escondido. O cangaceiro invade também o engenho do Santa Fé, onde capitão Vitorino faz de tudo para defender a propriedade do ataque e é agredido pelo grupo do cangaço, mas só a intervenção de José Paulino faz com que os homens desistam dos ataques. Além disso, Vitorino também é agredido pela polícia. Após estes conflitos, a vida do capitão toma um rumo difícil: é abandonado pela esposa, juntamente da filha, louca, e é expulso de casa. Por fim, acaba cometendo suicídio.

As histórias de vida dos homens de maior *status* e representação social na economia açucareira do Nordeste contam com finais tristes. O fim de suas propriedades, com a chegada da usina e as turbulências do período, no qual a máquina da industrialização chegou à região, trouxe aos homens a depressão. Esta foi muito bem representada por meio de alguns dos personagens de José Lins do Rêgo presentes nas obras que compõem o *corpus* da pesquisa, apontando, assim, não apenas a deterioração da matéria ao final do ciclo da cana de açúcar, mas também a degradação dos homens.

Os usineiros

Concluindo a análise acerca dos homens que mantinham maior *status* social, está a figura do usineiro, apresentado por José Lins do Rêgo aos leitores dos romances na obra *Usina* (1936), em que narra o final da vida do engenho do Santa Rosa, pois Carlos de Melo, ao fugir dos pavores que o atormentavam, entrega todo o seu patrimônio aos parentes. O velho engenho vai de alto a baixo, ao mesmo tempo em que a família deseja uma usina para alcançar o progresso e a modernização imposta pelas mudanças econômicas no Brasil.

Dr. Juca, filho do coronel José Paulino, o Tio Juca de *Menino de Engenho*, aparece agora com maior destaque na obra *Usina*. Ao representar o filho de Zé Paulino e tio de Carlinhos, surge primeiramente como um homem que vive a aproveitar a vida oferecida pelo dinheiro do pai. Diverte-se com as mulatas e não gera orgulho aos seus. O próprio José Paulino confessa: “Não sei pra que servem os estudos. A gente gasta um dinheirão, e eles voltam pra fazer besteiras desta ordem” (RÊGO, 1981, p. 45).

Em *Usina*, a partir de então conhecido como o Dr. Juca, o personagem toma em suas mãos todos os poderes desta transformação que a economia do nordeste brasileiro vem passando:

Era ambicioso. Aquela energia tranquila do pai, no filho era só ambição de mandar, de ser rico, de mostrar-se. A ideia de montar a usina fora sua. A decadência do banguê, aonde o velho fizera uma fortuna espantosa, animava-o a tentar a grande aventura. A São Félix, ali a dois passos, enriquecera em poucos anos aos seus proprietários. Açúcar só dava mesmo lucro compensador com as vantagens de uma usina. E a rápida riqueza da São Félix, invadindo a várzea como um bicho insaciável, devorando banguês sem pena, fizera Dr. Juca sonhar com a fábrica, com um prestígio e as importâncias de usineiros. Usineiro. Usineiro era um nome que enchia a boca (RÊGO, 1985, p. 73).

Para completar os desejos de enriquecimento e instigar ainda mais os sonhos de prestígio de Dr. Juca, como vizinha às suas terras estava a usina de São Félix, que lhe servia

de exemplo de sucesso e, principalmente, de *status* social. A ambição de Dr. Juca cresce a cada página escrita por Rêgo, apavorando e enchendo de desgosto até sua esposa, conhecida por D. Dondon.

Dr. Juca e seus parentes se mostram dispostos a encarar a riqueza da Usina São Félix, que crescera ao lado de sua propriedade, provocando imponência e o medo dos moradores do Santa Rosa. Carlos de Melo, então, deserta a casa que seu avô comandara por tantos anos e a entrega as rédeas ao governo do tio.

A usina do Bom Jesus, no entanto, já nasce com uma fraqueza: o embate entre a São Félix – cheia de ganância – e a resistência existente, até o momento, dos parentes de José Paulino. O narrador registra que “o Dr. Juca sonhava com o poder, com o despotismo que a esteira da usina impunha” (RÊGO, 1985, p. 74). O Santa Rosa seria a sede desta nova usina, pois, em seus discursos e promessas de colocar toda sua família na aristocracia do açúcar do Nordeste, surge a confiança entre a parentela: “Os jornais da Paraíba deram notícias, falando no progresso que entrava para a várzea do Paraíba, no gênio empreendedor do Dr. José de Melo, na riqueza que seria para o Estado um empreendimento daquele gênero” (RÊGO, 1985, p. 75).

Legítimo dono e senhor absoluto, Dr. Juca não contava com adversários; tudo era dele. Os parentes cediam aos seus planos e ideias, ele mandava sozinho e os lucros altíssimos que vinha recebendo o faziam calar a boca de quem quisesse lhe fazer restrições. Não saía de seu automóvel, sempre fazendo a estrada que ia da Paraíba ao Recife, e gastava sem pena tudo que recebia, assim como fazia quando jovem. Em especial, gastava seu dinheiro com os prazeres da carne, em busca de outras mulheres na “Pensão Peixe-Boi”.

Dr. Juca, porém, não poderia ser considerado um homem maldoso: não utilizava as mesmas artimanhas que o seu rival, o usineiro proprietário da usina de São Félix, chamado de Dr. Luís, que expulsava vizinhos e possuía um caráter envolvido em falsidade. O dono da São Félix poderia estar muito irritado, mas disfarçava com sorrisos e palavras doces. Dr. Juca, todavia, apresentava uma diferença grande em relação ao rival: mesmo sendo um homem primordialmente bom, não era cuidadoso com seus domínios e afazeres, e faltava-lhe ser uma pessoa mais atenciosa com a sua produção e suas economias. Dr. Luís, por sua vez, era meticuloso, sabia o tipo de cana que plantava e, principalmente, não gastava seu dinheiro com mulheres.

A cobiça e os desejos de grandeza de Dr. Juca lhe estimulam a necessidade de ampliar a usina, imperativo este que agia sobre ele como um vício. Para comprar novos equipamentos, Dr. Juca vai hipotecando seus bens; o endividamento vai se dando ao mesmo

tempo em que o valor do açúcar cai em larga escala. A vaidade e os luxos sustentados por sua família eram os fatores os quais seus parentes relacionavam com o aumento das dívidas da usina do Bom Jesus. Juca recorda, então, seu pai: “O velho pai governara o Santa Rosa por mais de oitenta anos. Lembrava-se bem dele, acordando de madrugada para o banho frio. Os troncos daquele galho apodreciam. Não havia na família inteira um moço com força de ir muito além” (RÊGO, 1985, p. 332).

3.3 “Via-se o Santa Fé afogado”: a decadência da matéria e dos homens

*Em Pernambuco havia usineiro que
há dois anos gastava como príncipe
sem poder sair de casa, por falta de dinheiro
para a passagem do trem.*

José Lins do Rêgo

O subtítulo desta seção parte de uma citação presente na obra *Usina*, em que o engenho do Santa Fé, comandado inicialmente pelo capitão Tomás Cabral de Melo, saía de cena para dar espaço ao fenômeno da industrialização que acontecia no país. Era o momento do surgimento das usinas de cana de açúcar e, junto com a decadência da matéria, estava a decadência dos homens. Anteriormente, estes senhores de engenhos, ricos e detentores de poder sobre o espaço e sobre o contingente humano, assistiriam à sua derrota e não resistiriam à perda de posição. José Lins do Rêgo retrata muito deste evento em *Fogo Morto* e, em seguida, em *Usina*, lembrando que não apenas os senhores de engenho se depreciariam com isso. Os negros libertos e seus descendentes, demais funcionários, também teriam que tomar decisões sobre seu futuro. Já em *Usina* também o final da história do usineiro Dr. Juca não é favorável economicamente.

Inicialmente, pensaremos na questão dos negros libertos, pois em *Menino de Engenho* foi possível compreender que, mesmo após a abolição, alguns negros mantiveram-se no engenho, servindo, como no tempo da escravidão, em troca de abrigo. Em *Usina*, a situação mudou no momento em que Dr. Juca decidiu que a casa grande teria de passar por mudanças para acompanhar a modernização trazida pela usina:

E as negras tiveram que procurar abrigo mais pra longe. Avelina, Luísa, Generosa, Joana Gorda, que fossem arranjar os seus teréns lá para o alto.

D. Dondon, mulher de Dr. Juca, estranhou aquilo. Falou com o marido, que aquilo não se fazia, que as negras não podiam ser tratadas como cachorros. Eram do engenho, o velho criara aquela gente. E fazer o que faziam com elas era uma ruindade sem tamanho. Então Dr. Juca deixou que o povo ficasse na velha casa de D. Inês, lá para as bandas do curral grande. Era uma casa abandonada há anos, por onde ninguém quisera habitar, com medo dos mal-assombrados. Agora a casa-grande da usina não tinha mais pra lhe tomar a frente o arruado feio de taipa, com aquelas negras sentadas pelo chão, tirando suas sestras. A casa-grande brilhava livre daquela feiúra (RÊGO, 1985, p. 76).

Às negras, com a chegada da usina, restou viver em uma casa com fama de mal-assombrada, longe do local onde passaram boa parte de suas vidas, prestando serviços e abrigando-se, recebendo do senhor de engenho José Paulino atenção e suprimento de necessidades. Elas talvez sequer soubessem viver em um ambiente diferente do qual foram acostumadas, mas no momento precisavam deixar a antiga casa-grande por conta da industrialização do engenho.

Também na análise do romance *Usina*, encontramos o sofrimento de outro negro, que, além das dificuldades impostas pela sociedade, como a escravidão, agora sofria também com a idade avançada:

Diziam que, depois do negro Manuel Pereira, ninguém, na Ribeira, era mais velho do que ele. Vivia se arrastando, magro, alto, de carapinha embranquecida, mas falando, batendo a língua como um chocalho. A usina sacudira o podre da várzea para a caatinga, arrancando-lhe o ninho que ele fizera, com seus cacarecos, os seus troços. A sua casa da várzea não seria melhor do que a outra, onde hoje morava (RÊGO, 1985, p. 162).

Além de todos os problemas enfrentados pelos negros, mesmo após a abolição da escravatura, havia a usina, que também viria para isolá-los definitivamente do sistema social o qual deveriam fazer parte como cidadãos legítimos. O maquinário de agora exigia um número menor de pessoas para a mão de obra e funcionários especializados, fator esse que dificilmente encaixar-se-ia com o perfil de um negro, ainda mais de idade avançada. Nos casos expostos em *Usina* acerca dos negros, ademais todas as dificuldades vivenciadas por essa classe até o momento dentro do ciclo de cana de açúcar, Dr. Juca fora impiedoso na hora de afastá-los de suas terras, que agora não combinariam mais com a “feiúra” da etnia negra.

Para Argemiro Brum (2003), o sistema escravista brasileiro criou no inconsciente de muitos que vivenciaram o período a ideia de que estes escravos eram coisas ou animais. Isso impediu a manifestação das expressões culturais, da formação da nacionalidade e da realização de um projeto histórico brasileiro próprio. (p. 151) Mesmo com o número de

negros livres crescendo, a discriminação mantinha-se a mesma do século anterior, comprometendo a cidadania e enfraquecendo a democracia e a nacionalidade.

José Lins do Rêgo retrata com primazia a degradação dos personagens menos abastados, presentes na economia açucareira do país – fato jamais visto pela história brasileira –, os quais seguem fazendo parte das minorias. O autor também mostra a depressão dos homens de maior poder social – aqueles que eram os donos de tudo, inclusive de outros homens. Brum (2003) analisa que, como consequência do período escravocrata no país, os afro-descendentes não apenas sofriam ao buscar espaço na sociedade em formação, mas também os senhores se desedificavam:

[...] no sistema escravista, o senhor também degradava-se, porque também se tornava dependente. Acreditava que não podia viver senão através da extração do resultado do trabalho dos outros. Ainda julgava-se detentor de todos os direitos, e de nenhum dever. Na concepção dos senhores, a lei era para os outros e, quando conveniente, impunham sua “lei” pessoal. Daí a cultura da impunidade, até hoje vigente, e a postura de muitos, que se julgam acima da lei. Daí também a cultura da dependência que, em vez do talento e do mérito, privilegia o fisiologismo, o compadrio, o apadrinhamento, o afilhadismo e o nepotismo. No centro, em essência, nos dois extremos da sociedade escravista e no miolo do sentimento geral, a negação da pessoa – sujeito de direitos e deveres, e vocacionada para a convivência harmônica em clima de respeito mútuo e responsabilidades compartilhadas (p. 150-151).

Dentre os personagens criados por José Lins do Rêgo, elegemos alguns que conheceram o poder de muito perto, mas sofreram as consequências por acreditarem na crença de que sempre haveria alguém para servi-los e recursos para sustentá-los. Em *Fogo Morto*, o personagem de Lula de Holanda passa por imensas dificuldades, demonstrando que o poder pode escapar das mãos de qualquer um que não souber ministrá-lo.

Lula Chacon de Holanda, ou Seu Lula, como ficara conhecido desde o início, ao casar-se com a filha de Tomás Cabral, grande senhor de engenho, dono do Santa Fé, não demonstra possuir interesse ou aptidão para comandar a lida rural. Mesmo assim, após a morte do capitão Tomás Cabral, enfrenta a sogra, tomando-lhe tudo. A sua falta de poder em administrar seus bens, entretanto, leva-o à ruína. *Fogo Morto*, no momento em que relata a história de Seu Lula, faz uma volta no tempo, pois se lermos as obras de modo cronológico, já é possível conhecer um pouco sobre a vida de Lula de Holanda em *Menino de Engenho*. O jovem Carlinhos narra:

Coitado do Santa Fé! Já o conheci de fogo. E nada é mais triste do que um engenho de fogo morto. Uma desolação de fim de vida, de ruína, que dá à paisagem rural uma melancolia de cemitério abandonado. Na bagaceira, crescendo, o mata-pasto de

cobrir gente, o melão entrando pelas fornalhas, os moradores fugindo para outros engenhos, tudo deixado para um canto, e até os bois de carro vendidos para dar de comer aos seus donos. Ao lado da prosperidade e da riqueza do meu avô, eu vira ruir, até no prestígio de sua autoridade, aquele simpático velhinho que era o Coronel Lula de Holanda, com seu Santa Fé caindo aos pedaços. Todo barbado, como aqueles velhos dos álbuns de retratos antigos, sempre que saía de cara era de cabriolé e de casimira preta. A sua vida parecia um mistério. Não plantava um pé de cana e não pedia um tostão emprestado a ninguém.

- Coitado do Lula – diziam os senhores de engenho em suas conversas. – Atrasou-se. E o seu engenho perdera até o nome bonito, chamavam-no somente de engenho do Seu Lula (RÊGO, 1981, p. 76 -77).

Carlinhos descreve muito bem a degradação do engenho do Santa Fé e a depressão de Seu Lula de Holanda, que precisava, sim, de dinheiro, mas seu orgulho não lhe permitia solicitar empréstimos. Percebemos ainda mais, em *Fogo Morto*, sua decadência: o personagem passava os dias sem emitir uma palavra apenas e assim ia se afastando do povo de Pilar; acreditava que tamanho atraso poderia ser oriundo de feitiçaria ou de obra do demônio. No último ano, o engenho do Santa Fé quase não moeu devido à falta de animais. A parte de *Fogo Morto* que leva o mesmo nome de Seu Lula encerra com a seguinte frase: “Acabara-se o Santa Fé” (RÊGO, 1997, p. 178).

Ainda analisando o modo como se deu o esmorecimento da figura dos homens de maior poder na obra *Fogo Morto*, está o final da vida do mestre José Amaro, homem idealista e sonhador, que sofreu por tentar defender as terras e os ideais nos quais acreditava. Abandonado pela mulher, e pai de uma filha esquizofrenia, acaba por suicidar-se. O trecho a seguir conta seus últimos momentos ao lado do negro Passarinho:

- Mestre, não quer que vá buscar água?

Fez sinal com a cabeça e Passarinho saiu com o pote para a beira do rio. Quando voltou ele estava deitado na rede. Estava dormindo. Fechou a porta e ficou no quarto que fora da menina Marta. Quando foi mais tarde ouviu uma coisa como choro. Não quis se levantar, mas acertou bem os ouvidos. Era o mestre José Amaro chorando. Deu-lhe um nó na garganta e também chorou. De madrugada saiu para tomar a fresca da aurora. Andou pela beira do rio e lá pelas seis horas voltou para ver o mestre. Entrou sala a dentro e viu a coisa mais triste deste mundo. O mestre estava caído, perto da tenda, com a faca de cortar sola enterrada no peito.

- Estava morto, capitão.

- Morto? – gritou Vitorino. – O meu compadre José Amaro morto? (RÊGO, 1997, p. 257).

Por fim, em *Usina*, a degradação do espaço físico e do homem corresponde às dificuldades enfrentadas pela usina do Bom Jesus, ao endividamento e à doença de Dr. Juca. Até os americanos haviam agido contra o Bom Jesus; tudo isso sob os olhos tiranos do Dr. Luís que, em sua ambição, queria ver o Bom Jesus sem botar. Se não fosse a água ardente que

Juca estava destilando, o pessoal da casa-grande estaria passando até fome, e a cachaça estava servindo para que a família do usineiro vivesse mais ou menos. (RÊGO, 1985, p. 327)

Dona Dondon, esposa de Dr. Juca, puxava rezas, ao mesmo tempo em que esperava que um feixe de felicidade surgisse dos céus. Enquanto isso,

o usineiro não vira remédio nem para o seu mal e nem para o mal da Bom Jesus. Parara tudo na usina, nem um trabalhador puxava enxada nas suas terras. Os partidos da usina, entregues ao mato e um resto de cana para moer, secando ao sol. A fábrica parada. Os mestres da fabricação já haviam saído a procura de trabalho por fora. Uma coisa mais triste ainda do que um banguê de fogo morto era uma usina de fogo morto (RÊGO, 1985, p. 328-327).

De nada valeu Dr. Juca se gabar por ser mais rico que seu pai. Dr. Luís comprará a Usina e Dr. Juca e sua família terão de deixá-la o mais rápido possível. Uma forte cheia invade a região, as chuvas são fortes e rapidamente a água vai tomando conta do espaço: “À tardinha o rio enchia ainda mais. A estrebaria submergida. O gado corria do curral para berrar, ali bem perto do alpendre. Um resto de gado magro. O rio entrava pelo cercado. Via-se água barrenta entrando quase na casa da usina” (RÊGO, 1985, p. 351). Não poderiam ficar ali para morrer afogados, com isso, o usineiro e sua família fogem para a caatinga. Humilhado e, sobretudo, doente, com fortes dores, o interesseiro Dr. Juca vê de longe o chaminé de sua antiga usina sem fumar. No tempo de seu pai, salvaria o que fosse possível, mas agora nada adiantava, pois nada do que estava deixando ali lhe pertencia mais.

Os personagens criados por José Lins do Rêgo que fazem parte dos romances *Menino de Engenho*, *Fogo Morto* e *Usina* são frutos da economia açucareira do Nordeste do Brasil, que durante anos viveu momentos de grandeza e riqueza, mas que foi arruinada pela chegada da industrialização na região. Buscamos analisar seres humanos bastante representativos para as obras e que tenham vivenciado diferentes momentos – altos e baixos –, aventuras e desventuras deste ciclo que impulsionou a economia do país.

Assim como há uma deterioração do engenho com a chegada da usina, também ocorrerá a decadência dos homens, que não suportaram o final do ciclo ou não souberam como lidar com as dores das perdas de seu valor monetário, ou, pior ainda, que não souberam como enfrentar a perda de seus prestígios e valores.

Antonio Candido (2000) comenta que “o público dá sentido e realidade à obra, e sem ele autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador” (p. 38). A partir dessas análises, temos a indicação de que o romancista José Lins do

Rêgo é um autor realizado, pois em sua própria fala, discorrida em nota à primeira edição de *Usina* (1936), não seria diferente que seus leitores, que vivenciaram o período do ciclo da cana de açúcar no Nordeste, se reconhecessem nos personagens das obras publicadas no período. “Sucede, porém, que um romancista é muitas vezes o instrumento apenas de forças que se acham escondidas no seu interior” (RÊGO, 1985, p. 9).

4 A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

O presente capítulo tem como objetivo demonstrar que os romances escolhidos para a análise – *Menino de Engenho*, *Usina* e *Fogo Morto* – constituem uma possível fonte de leitura social do período do ciclo da cana de açúcar no Nordeste brasileiro. Nestas obras, o ficcionista estaria reconduzindo no espaço, por meio da ficção, aspectos econômicos e sociais da sociedade de 1930.

A partir das análises realizadas em diálogo com a História e a ficção de José Lins do Rêgo, podemos observar como o ficcionista reconduz as realidades da zona açucareira do nordeste brasileiro no discurso ficcional e também explicitar como a História e a Literatura aproximam-se enquanto leitura social do período e espaço proposto para a investigação.

O historiador Mario Maestri (2002), ao analisar as relações entre a História e a Literatura, define que, desde os primórdios das manifestações culturais, os relatos históricos verídicos e o ato de contar histórias ficcionais nasceram como formas de representações únicas e indistintas e que, como parte do longo processo de tomada de consciência dos homens de sua existência social, as duas disciplinas passaram a diferenciar-se; além disso, singularizaram-se e especializaram-se. Segundo Maestri (2002) “espécies de gêmeos idênticos, Literatura e História lutaram para se separar e andar independentemente” (p. 125).

Foi na Idade Média (476 d.C. - 1453) que a busca pela autonomia de cada uma das áreas se aprofundou. Maestri (2002) escreve que, naquele período, as narrativas dramáticas e o romance compunham os escritos que se referiam aos acontecimentos humanos – sem compromisso algum com os relatos do passado, criando personagens e, ao mesmo tempo, cientes de que era arte o que redigiam. Enquanto isso, a história definiu objetivos e métodos, entendendo-se por crônica factual e puramente descritiva. (MAESTRI, 2002, p. 125)

Para o trabalho interdisciplinar entre estas duas áreas, é preciso, em primeiro lugar, compreendê-las separadamente.

4.1 A História

*Elogiar um historiador por sua exatidão
é o mesmo que elogiar um arquiteto
por usar madeira mais conveniente
ou o concreto adequadamente misturado.
Trata-se de uma condição necessária de seu trabalho,
mas não essencial.
Edward Carr, 1985*

Podemos definir a História como um campo de pesquisa e investigação que estuda o homem e suas ações no tempo e no espaço. Ao longo dos séculos, com a contribuição de diversos pensadores, a História vem ganhando diferentes linhas de pesquisa, elaboradas pelo cruzamento dos fatos e dos dados dispostos. É possível que, ao pesquisar eventos históricos, o pesquisador se depare com diferentes realidades e bibliografias, com as quais terá que traçar objetivos para atender à sua pesquisa. O historiador maneja e analisa realidades heterogêneas, sendo social a sua essência. Conforme Julio Aróstegui (2006),

O fato social não exclui nem o tratamento dos próprios indivíduos, e portanto, da psicologia, nem as bases materiais da existência humana, nem as dimensões do comportamento coletivo. O historiador defronta-se com as realidades como a demográfica, a econômica, a das relações entre indivíduos e grupos derivadas de seus interesses (ideologias), a política, as simbologias culturais, etc. nenhum dos âmbitos da atividade humana é alheio à historiografia. A complexidade entre os homens é essencial para compreender quais são as principais dificuldades da construção explicativa que o historiador pretende apresentar como “história” (p. 307).

Portanto, o historiador procura estabelecer como se comportam as realidades do homem através do tempo, sem excluir nenhuma delas. É possível dizer que o campo da História se compõe por homens estudando seus feitos, suas conquistas e derrotas, seus desejos e realizações – tudo isso investigado de fontes arqueológicas, relatos orais, mas, em especial, registros escritos.

Para Edward Carr (1985), durante muito tempo acreditou-se que os documentos podiam ser definidos como “o templo dos fatos”. Conforme o autor,

o historiador respeitoso aproximava-se [dos documentos] de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está nos documentos é porque é verdade. Mas o que nos dizem esses documentos – decretos, tratados, registros de arrecadamento, publicações parlamentares, correspondência oficial, cartas e diários particulares – quando nos ocupamos deles? Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou que aconteceria. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o (CARR, 1985, p. 18).

Ao analisarmos documentos, se faz necessário examiná-los atentamente antes de realizar qualquer uso ou de realizar alguma afirmação ao seu respeito. É preciso compará-lo aos demais documentos e fazer questionamentos, como: quando foi a publicação deste documento, quem o publicou, em que local, por quê, para quem e também para quê. Escrever a história é situar uma realidade concreta, no tempo e no espaço, relativizando um processo histórico.

A pesquisadora Maria Aparecida Baccega (2007) discorre que a palavra, como signo verbal, solidifica a prática social dos grupos, de uma classe social, de uma sociedade e, por isso, possibilita a continuidade de um processo histórico, pois embasa o novo. Segundo a autora, para analisar o tema da relação entre a História e a Literatura:

[A palavra] É, portanto, a confluência do passado/presente da sociedade que a fala: passado, porque na palavra estão contidas todas as ideias (técnicas e artes) desenvolvidas por aquela sociedade para chegar a esse presente histórico; e presente, no sentido de que é a palavra mesma que, possuidora dessa história, vai possibilitar a construção, elaboração e reelaboração de ideias, técnicas e artes no caminho futuro. O indivíduo/sujeito, “emissor” e “receptor”, é o paciente/agente desse processo. É ele quem, através da palavra – sobretudo, mas não só -, recebe o passado de maneira ativa, reelaborando-o, tornando-se ele próprio presente e futuro (BACCEGA, 2007, p. 63).

A partir da análise de Baccega (2007), é possível verificar a importância da palavra para a História, pois é ela que traz os acontecimentos do passado para o presente, possibilitando reflexões acerca do futuro. A palavra age como um centro irradiador, relacionando e permitindo a compreensão do passado histórico. Sendo assim, a palavra é a matéria-prima dos discursos históricos, que permite as interpretações, auxilia na formulação de hipóteses e consente com que tudo isso seja transmitido.

Para Baccega (2007), toda a dinâmica da sociedade em que vivemos está impregnada pela palavra por todos os lados. Para compreendermos que a mesma palavra utilizada pela História pode fazer parte de diferentes discursos, Maria Aparecida Baccega (2007) remete a uma citação de Bakhtin:

[A palavra] penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de um caráter político, etc. as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas

acumulações quantitativas que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais¹¹ (BACCEGA, 2007, p. 64).

Com base na citação anterior, percebemos a necessidade de definir questões acerca da ideologia. José Luiz Fiorin (2007) escreve que este termo é encontrado nos dicionários da língua portuguesa como: um conjunto de ideias, convicções e princípios políticos, sociais e/ou filosóficos, que caracterizam o pensamento de um indivíduo, de um grupo, de uma época, sociedade e/ou de um determinado movimento.

Fiorin (2007), a partir do materialismo histórico, escreve que a ideologia é caracterizada como um conjunto de ideias que serve para explicar e justificar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens, mas essa definição configuraria o que é comumente chamado de ideologia.

A ideologia é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade. Se há inversão da realidade, a ideologia está contida no objeto, no social, não podendo ser reduzida apenas em consciência. Segundo este autor (2007), a ideologia existe independentemente dos agentes sociais. (p. 28-29)

Os assuntos acerca da relação entre a História e a Literatura se mesclam com as questões sobre a ideologia e também a realidade; realidade está que a História estaria comprometida a analisar e divulgar. Sobre a realidade e a linguagem, o autor cita que:

É preciso considerar, quando se diz que a linguagem reflete a realidade (seja seu nível aparente, seja seu nível de essência), que o espírito humano não é passivo e que sua função não consiste em apenas refletir a realidade. Isso significa que o discurso não reflete uma representação sensível do mundo, mas uma categorização do mundo, ou seja, uma abstração efetuada pela prática social. A percepção pura não existe. Pelo contrário, certos dados da psicologia autorizam a dizer que a percepção é guiada pela linguagem. Por que o homem age e transforma a realidade e não a apreende passivamente (FIORIN, 2007, p. 54).

Signo neutro, a palavra pode estar presente em distintos discursos, mas só assumirá seu significado quando percebida como um todo, em cada realidade e ideologia. Dando continuidade à análise de Baccega (2007) sobre presença e a função da palavra na História, cabe enfatizar a afirmação da autora de que “se considerarmos que é o indivíduo, com sua consciência verbalmente constituída, quem assume a palavra, deve ser a História, processo no qual se dá a existência humana, a primeira abordagem” (p. 64).

¹¹ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Traduzido por Michel Lahud et al. São Paulo: Hucitec, 1988.

O historiador José D'Assunção Barros (2010) procura esclarecer quais são as funções da História nos dias de hoje: “O oceano da historiografia acha-se hoje povoado por inúmeras ilhas, cada qual com a sua flora e sua fauna particular” (p. 9). Fala-se, hoje, de diferentes tipos de História: o historiador pode ser um historiador econômico, um historiador especialista em história da mulher, um historiador social ou um historiador cultural.

Uma das características do homem é a de produzir cultura, atuando sobre os processos culturais e elaborando novas realidades, ao mesmo tempo em que se modifica com esses processos. Ainda se pensássemos na antiga máxima que apresenta a disciplina da História como um meio de “estudar o passado, para compreender o presente e não repetir os mesmos problemas no futuro”, mesmo se tratando de erros semelhantes, os problemas jamais serão exatamente os mesmos. Ao explicitar seu pensamento acerca dos reais motivos para estudar História, Baccega (2007) expõe:

O que buscamos quando estudamos história, quando procuramos conhecer o passado, é saber como os homens, em culturas diferentes, portanto com outros meios, lutaram por seus valores; buscamos compreender o passado como construtor do nosso presente, o qual já traz em si o futuro; buscamos avaliar, interpretar como ocorreram as transformações do homem no seu relacionamento com o mundo, no processo de construção das sociedades. Para que esse objetivo seja alcançado, é preciso ter “ouvidos para ouvir” e “olhos para ver” a história dos vencidos, dos silenciados pela força. Essa é a história que a história oficial não contempla (p. 66).

Com base na citação, verificamos que, para construir o discurso da História, é necessário utilizar-se de textos que possibilitarão ao homem reconstruir cada geração passada. Baccega (2007), citando o historiador francês Lucien Febvre, defende que o discurso da História deve ser resultado de todos os discursos:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem; mas ela pode fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permiti-lhe utilizar, para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da Lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem¹² (p. 67).

Concordamos com Lucien Febvre ao pensarmos na Literatura como fonte de leitura social de um período. Acreditamos que José Lins do Rêgo, nas obras escolhidas para o *corpus*

¹² FEBVRE, Lucien. *Combate pela história*. 2. ed. Traduzido por Leonor M. Simões. Lisboa: Presença, 1985.

da pesquisa, apresenta literariamente as realidades da economia do nordeste açucareiro no Brasil, assim como os aspectos da formação da sociedade desta mesma região.

Podemos utilizar como exemplo o tema da escravidão. Sabemos que a abolição da escravatura se deu em 13 de maio de 1888, após algumas leis abolicionistas e muitos embates entre abolicionistas e escravocratas. Mas, após essa data, segundo os pesquisadores Brum (2003) e Schwartz (1988), pouca coisa mudou no modo de vida destes afro-descendentes. E isso pode ser lido na ficção *Menino de Engenho*. O personagem de Mestre José Paulino dialoga: “Levantei-me de madrugada para ver o gado sair do pastoreador, e me encontrei com a negrada, de enxada no ombro: iam para o eito. E aqui ficaram comigo” (RÊGO, 1981, p. 90) – referindo-se à madrugada após a festa realizada pelos escravos libertos na noite de 13 de maio de 1888.

A ciência histórica, que se manifesta no discurso da História, não busca leis gerais como as ciências exatas. Laços ligam a disciplina de História com outras disciplinas, também da área das ciências humanas. No caso dessa análise, a História está construindo relações com a Literatura.

Segundo Roger Chartier¹³ (2002), os textos – documentais ou literários – jamais irão anular um ao outro:

A relação do texto com o real constrói-se de acordo com modelos discursivos e recortes intelectuais próprios a cada situação de escritura. O que leva a não tratar as ficções como meros documentos, supostos reflexos da realidade histórica, mas a estabelecer sua especificidade enquanto texto situação em relação a outros textos e cuja organização e forma visam a produzir algo diferente de uma descrição. [...] O real assume assim um novo sentido: o que é real, de fato, não é somente a realidade visitada pelo texto, mas a própria maneira como ele a visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escritura (p. 56).

Refletir acerca da estratégia realizada ao elaborar um texto não é de importância apenas para a História, mas é igualmente fundamental para pensar a Literatura como fonte histórica, já que ambos são construídos por homens dentro da cultura de cada espaço. Reconduzir eventos históricos no discurso literário também é um método de analisar esses fatos.

Ainda para Baccega (2007), um pesquisador dedica-se a elaborar fatos e reconstruir o passado no momento presente. Esse trabalho do historiador sempre será permeado por

¹³ Do mesmo autor, sobre o mesmo tema em questão, está o artigo disponibilizado pela revista Topoi. *Debate: literatura e história*. CHARTIER, Roger. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_debate01.pdf.

ideologia e estará inscrito no período socioeconômico em que se dará sua pesquisa: “a linguagem verbal, que foi suporte para a formação do historiador, é aqui suporte do resultado do seu trabalho” (p. 70).

O projeto de industrialização tem seu início efetivo nos anos 1930, época em que a usina toma o lugar do engenho, e é em 1932 que José Lins do Rêgo publica seu primeiro romance. Com o desenvolvimento do projeto de industrialização, os engenhos vão desaparecendo, cedendo lugar às usinas onde a cana de açúcar é levada após a colheita e logo processada, um trabalho efetuado por meio de um grande e moderno maquinário. Essa passagem na História, acerca do progresso do país, é narrada no romance *Usina*: “A família queria uma usina, alcançar o progresso, igualar-se com outras, que haviam subido de condição com as turbinas e vácuos” (RÊGO, 1985, p. 73).

O sentido dos diferentes acontecimentos históricos e dos processos específicos deve ser buscado nos próprios acontecimentos. As fontes e os documentos, assim como a linguagem verbal, não configuram um espelho fiel da realidade, mas a representação de um dado momento em relação ao objeto que está sendo estudado. Neste caso, discorre-se sobre um estudo que utiliza as obras de José Lins do Rêgo como fonte representativa do período da economia açucareira no Brasil, do século XIX até o início dos anos 1930.

4.2 A Literatura

*A obra de arte é fruto da tensão entre universal e particular,
Indivíduo e sociedade, e é nessa medida que
a arte pode expressar modos de ser da coletividade,
formas de sociabilidade, de diferenciação,
criadas a partir do convívio intersubjetivo entre os indivíduos,
o que é sempre fruto de uma luta,
de um embate, de uma procura.*

Weber, 1991

Ao nos referirmos sobre o discurso, na História, procuramos demonstrar, por meio da leitura de Bacegga (2007), que o discurso histórico procura enfatizar o real e que o sujeito é ativo e faz parte deste conhecimento. Ao falarmos sobre o discurso literário, é preciso recordar que a Literatura aparece definida como a arte da escrita e da reescrita colocada em prática, é a composição e o estudo de escritos artísticos.

Partimos da ideia de que a Literatura, tal como a arte, desperta no homem fenômenos e ações que provocam prazer ou desprazer, satisfação ou insatisfação, riso ou lágrimas, de acordo com o momento histórico e com uma determinada cultura. Como resultado, forma-se no leitor a consciência estética, que está diretamente relacionada a um grupo social. Para Bacegga (2007), a obra de arte, resultado de elaboração do indivíduo, consiste na relação estética do homem com a realidade objetiva da qual ele faz parte, logo: “ao se procurar o estético, não se pode buscar a ‘beleza’, de modo genérico, e sim os objetos, ações ou fenômenos nos quais ela se situa” (2007, p. 72).

Ressaltamos que a obra de arte é o resultado da relação entre a consciência estética e a realidade objetiva que a gerou; ela é o entrelaçamento do indivíduo esteticamente formado com a consciência social. Bacegga (2007) complementa essa ideia com a seguinte observação: “Fazer Literatura, diferentemente de fazer História, supõe uma consciência estética que permite ao artista colocar certos problemas sobre a realidade que ele vive ou que lhe é relatada e responder artisticamente a estes problemas” (p. 74).

O discurso literário pode ser visto como uma elaboração do pensamento ou da visão de mundo do escritor. O ficcionista dirige, cria e organiza os acontecimentos que fazem parte de um romance, geralmente, por meio de um narrador e de outros diversos personagens. Apresentando estes acontecimentos e personagens, caberá ao leitor fazer parte da História e encantar-se, ou não, reconhecer os aspectos condizentes com a realidade ou não.

Para Pierre Bourdieu (1996), o escritor é dotado de um importante poder, e não há atestado melhor que separe a escrita literária da escrita científica. O poder referido por Bourdieu refere-se ao amor puro pela arte que o romancista detém e a capacidade de condensar em uma trama e em personagens uma história concreta, diferenciando-se da complexidade da análise científica histórica, desdobrando a realidade e a estendendo laboriosamente. (p. 39-40)

No caso dessa análise, Gilberto Freyre (1979) observa a forma como José Lins do Rêgo compõe suas obras que se desenrolam no ambiente do engenho. O romancista expõe ao leitor como se dão as relações de poder. No caso, o rico senhor de engenho José Paulino, avô de Carlos de Melo. Para Freyre:

Aí aparece a figura do todo-poderoso senhor de engenho. São vários os romances que se desenrolam nos engenhos. José Lins do Rêgo, extraordinário romancista pernambucano, dedica toda sua notável obra ao cotidiano dos engenhos. Tanto narrando os deliciosos quitutes feitos pelas mãos hábeis das mucamas, ou os festejos tradicionais do início das moendas, como os castigos ao pessoal do engenho, na maioria das vezes, imerecidos pelo barão do açúcar (p. 150).

Correspondendo à citação de Freyre (1979), o castigo dado a um agregado do engenho é ordenado pelo “barão do açúcar”: “O meu avô mandou botar o cabra no tronco. E nós fomos vê-lo, estendido no chão, com o pé metido no furo do suplício” (RÊGO, 1981, p. 42).

Gilberto Freyre (1979) dá continuidade à análise da obra do romancista desenvolvida no espaço dos engenhos nordestinos:

[...] os autores geralmente caracterizam os proprietários de engenho como vilões que escolhiam o marido ideal para as filhas, ou definiam a profissão dos filhos, quer vocação para profissão liberal, quer vocação religiosa. Homens de atitudes duvidosas, de mau gosto no vestir, de educação quase sempre tendendo para a média, enquanto que com os filhos esse tratamento era na maioria das vezes oposto. Talvez, inconscientemente, os autores procurassem influenciar os jovens que provavelmente se tornariam no futuro senhores de engenho, a fim de mudar o ambiente de marginalização dos engenhos (p. 150).

Mais uma vez, podemos relacionar a consideração de Freyre (1979) com o mestre José Paulino. Este personagem possuía um filho, Dr. Juca, e um neto, Carlinhos, ambos diplomados, mas sem habilidade para administrar uma propriedade como o velho. Carlinhos foge, vendendo sua herança por um valor insignificante ao tio Juca. Este, envaidecido pela transformação do engenho em usina, vê seus domínios escaparem de seu controle por conta de sua falta de organização, tanto na vida financeira, quanto na pessoal. Em *Usina* encontramos a passagem: “Não havia na família inteira um moço com força de ir muito além” (RÊGO, 1985, p. 332).

Para os poderosos do açúcar, era habitual querer encontrar um casamento digno para as filhas. Conhecemos em *Fogo Morto* as filhas de José Amaro, Tomás Cabral de Mello e de Lula de Holanda. A primeira, Marta, é uma moça solteira e sofredora, que, no decorrer da trama, vai enlouquecendo aos poucos. A segunda, Olívia, é esquizofrênica e perturba a casa-grande com seus gritos. Por fim, a filha de Seu Lula, conhecida por Neném, impedida pelo pai de casar-se, é uma garota melancólica e feia. As três possuem enredos semelhantes, onde o sofrimento de suas vidas é ampliado pela figura dos pais vilões.

Segundo Miridan Knox Falci, em obra organizada por Mary Del Priore (2000), as mulheres do sertão nordestino brasileiro já nasciam com comportamentos, posturas, atitudes e até pensamentos impostos, fossem elas ricas, pobres, cultas ou analfabetas, livres ou escravas. As hierarquias rígidas, nas quais em primeiro lugar estavam o homem, preferencialmente fazendeiro ou político local, determinavam que a mulher ideal para o casamento era a filha de

um proprietário de terras, herdeira de escravos e do gado. (p. 241-242) Como visualizamos na obra de Rêgo, pais que passavam a buscar o casamento digno para as filhas, algumas vezes, causavam um grande sofrimento às moças.

O casamento acertado era um compromisso familiar, e não um aceite entre o casal. Eram os pais os responsáveis em orientar as filhas e apresentá-las à sociedade em saraus festivos que demonstrassem a riqueza da casa-grande em que moravam. Falci acrescenta que o casamento era uma preocupação constante dos poderosos da região, que temiam que o nome da família ficasse sem descendência. Mas, em alguns casos, a grande dificuldade de encontrar parceiros à altura mantinha a filha solteira e magoada. (2000, p. 256-257)

Podemos concluir, segundo Gilberto Freyre (1979), que, se, inconscientemente, o ficcionista queria transmitir aos jovens um conselho para que não repetissem as mesmas ações errôneas que ocorreram nas zonas de engenho, acreditamos que o público-alvo encontrará vivências semelhantes aos personagens da obra. Para Bourdieu (1996), a estratégia literária de alguns autores conduz o leitor para o verdadeiro espaço onde as relações acontecem. (p. 40) Confirma-se, assim, que seus romances, que narram o ciclo da cana de açúcar no Nordeste do Brasil, apresentam possibilidades históricas, pois são questões do cotidiano do período e do recorte espacial analisado.

Dando continuidade à sua análise sobre o discurso literário, Maria Aparecida Baccega (2007) investiga que este, às vezes, sofre influências do meio literário da sociedade do qual faz parte e influencia a sociedade em geral. Para Candido (2000), a literatura dos anos 1930 vive um momento no qual os laços com o público estão cada vez mais estreitos, devido ao surgimento de novos meios de comunicação. Os romancistas do período percebem nisso uma possibilidade de resgatar o passado e abrir novos caminhos para o futuro. (p. 137)

Conferimos, anteriormente, que, a partir no ano de 1926, José Lins do Rêgo passa a viver em Maceió-Alagoas, e neste período de sua vida convive com Graciliano Ramos, Rachel de Queiróz e Aurélio Buarque de Holanda. As conversas com estes e outros escritores fazem com que surja uma consciência regionalista em torno da vida do Nordeste Brasileiro, que marcou a vida social e, conseqüentemente, a obra de todos eles. Esses diálogos resultaram em grandes intercâmbios, e Baccega (2007) define esta posição como “o discurso dialógico por excelência”. É por excelência que a formação das ideias do romancista sempre estarão imbuídas de aspectos e confidências de seu meio. Para a pesquisadora, a obra literária é, porém:

Uma “encruzilhada”, um ponto de encontro: aí se imbricam os diversos fenômenos de linguagem, os diferentes procedimentos linguísticos; é o ponto de encontro das influências histórico-sociais daquela sociedade, manifestadas não só pela utilização da palavra enquanto matéria-prima básica de que se serve, como também pela conformação artística dessas influências, que a própria palavra lhe permite. É ainda o ponto de encontro entre o indivíduo/sujeito que a elaborou, que deu vida a suas escolhas – o autor implícito -, com o leitor, o qual, a partir de suas características de indivíduo/sujeito, re fará o percurso do discurso literário, de onde resultam as condições para o elo seguinte da cadeia de compreensão crítica da realidade (BACCEGA, 2007, p. 79).

Os romances poderiam então ser definidos como um território de um jogo de hipóteses e possibilidades sobre a vida da sociedade a qual o autor narra. Ainda que exista a presença do autor e de suas atribuições e anseios, suas frases não são apenas um conjunto de palavras justapostas; elas apresentam um conjunto de relações sociais que constitui o meio vivido e, no momento da criação da redação, enunciado por este autor. Essa ressalva vale tanto para o discurso literário, quando para o discurso histórico, pois, segundo Mario Maestri (2002), “a produção de um romance histórico exige que o ficcionista realize investigação sistemática sobre a época que abordará” (p. 135). No momento da produção, o ficcionista realiza, consciente ou inconscientemente, o trabalho de historiador. Sua sensibilidade e função de produtor artístico não inibem que seu discurso evoque realidades, mas é preciso ressaltar que, no caso de uma análise histórica, a pesquisa deve ser sistemática, diferente da ficção.

4.3 As representações da História e da Literatura na obra de José Lins do Rêgo

Estamos analisando duas áreas do conhecimento que se munem de material escrito, pensado e elaborado por homens a partir de sua sociedade, em uma determinada época, com sua intenção explícita, ou não, desde a sua primeira análise. E, na maioria das vezes, esse material é dirigido a um determinado público. A história oral e os escritos históricos traçam um compromisso com a verdade, enquanto a Literatura, para Arendt e Conforto, trabalharia da seguinte forma:

[...] sua pretensão¹⁴ não é a de formular um conhecimento objetivo, como acontece com a História, pois, como afirma Peter Gay¹⁵, ‘a verdade é um instrumento opcional da ficção, não sua finalidade essencial’. O mesmo autor também propõe que o notável, ‘na ficção, enquanto se diferencia da história, não são seus limites, mas sim sua liberdade (ARENDR, CONFORTO, 2004, p. 61).

¹⁴ A pretensão da Literatura.

¹⁵ GAY, Peter. *O estilo na história*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhandt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Ao longo do tempo e dos estudos, houve a real preocupação sobre o relacionamento disposto entre essas duas áreas. Não é possível afirmar que uma completa a outra ou que são simplesmente diferentes formas de reflexionar aos leitores um mesmo fato. Ainda para Arendt e Conforto (2004), mesmo havendo consciência da existência deste embate entre a História e a Literatura, ainda não há um consenso entre os estudiosos e esse episódio permite um leque de análises. (p. 61)

A palavra, vinculada às ações humanas, está presente tanto no discurso da Literatura, quanto no da História. Baccega (2007) afirma que:

O discurso da história, com a contribuição de Lucien Fèbre e outros, alargou seu campo das preocupações, inserindo nele não apenas campos escritos, mas também as representações que a sociedade faz de si própria, captadas através das várias linguagens – dos cerimoniais, da iconografia, da arquitetura, etc. O cotidiano foi abarcado por ela. Apesar disso, ao estudar determinados períodos, a “leitura” de tais manifestações muitas vezes, acaba por ser feita, predominantemente, a partir de sistemas constituídos.

Já a literatura trabalha com o cotidiano em gestações, com a palavra banhando-se no contraditório das mudanças que ela encarna. Vai estruturar em universo próprio este cambiante das situações cotidianas, fazendo-o circular no universo da arte (p. 84).

Para a pesquisadora, as situações do cotidiano estariam presentes em forma de arte e apresentadas de forma estética na Literatura. Devemos, ao analisar um texto literário, considerar o processo histórico e a apropriação pelo leitor quanto à leitura. Ao realizar suas considerações sobre a relação entre História e Literatura, Baccega (2007) considera que os textos históricos estariam presos a “séries” do estudo de uma sociedade, assim estando amarrados à ciência e à consciência social, enquanto a ficção estaria amarrada à consciência estética. (p. 81, 90)

Baccega (2007) nos traz a ideia de que tanto no discurso histórico, quanto no discurso literário, as relações entre sistemas ideológicos já constituídos e a prática cotidiana estão presentes. Em seu texto, recorda uma citação de Terry Eagleton (1978) sobre a obra literária:

Está contida na ideologia, mas consegue também distanciar-se dela a um ponto em que nos permite “sentir” e “aprender” a ideologia de que nasceu. [...] A ciência dá-nos um conhecimento conceptual de uma situação; a arte dá-nos a experiência dessa situação, o que é equivalente a ideologia. Mas fazê-lo, permite-nos “ver” a natureza dessa ideologia e começa, assim, a conduzir-nos no sentido da compreensão plena da ideologia o que é conhecimento científico¹⁶ (BACCEGA, 2007, p. 80).

O escritor inglês E. M. Foster (1998) analisa que o discurso ficcional e o discurso da história determinam as expressões dos personagens das obras ficcionais e historiográficas,

¹⁶ *Marxismo e crítica literária*. Traduzido por Antônio S. Ribeiro. Porto: Afrontamento, 1978, p. 31.

pois o historiador registra e o romancista cria. Na História, não há confissões completas dos indivíduos, já no romance os personagens podem ser compreendidos por completo. Para este escritor (1988), “sendo o romancista um ser humano, há uma afinidade entre ele o seu assunto” (p. 44).

A biografia de José Lins do Rêgo demonstra que o autor conheceu desde sua infância o dia a dia de um engenho, e é na obra *Menino de Engenho* que ele descreve esse ambiente de grande importância para a economia do Nordeste e do país. O narrador Carlinhos descreve de forma poética suas primeiras impressões do lugar: “Eu ia reparando em tudo, achando tudo novo e bonito. [...] O meu tio me dizia que aquilo tudo era do meu avô. E com pouco mais avistava-se uma casa branca e um bueiro grande” (RÊGO, 1981, p. 8). O ficcionista acaba por prezar o valor estético por meio do encantamento do menino, e a grandeza de um engenho em seus melhores anos também pode ser observada em escritos históricos, como os da historiadora Dea Fenelon (1974): “o engenho e a casa-grande constituíam o centro de projeção de toda a atividade econômica e social da propriedade no período” (p. 37).

O ficcionista tem a liberdade de criar, e geralmente cria sobre temas com os quais possui afinidade. Logo, no caso do historiador, segundo Sandra Pesavento (2002), este não precisa encontrar uma posição além do bem e do mal, mas se coloca no plano epistemológico de construir seu discurso acerca do real, quando ele mesmo se insere num contexto determinado, pois é portador das contingências do seu meio, sua época, sua formação cultural, etc. (p. 11) Este evento serve de base para ilustrar como o romancista se apropria das questões do cotidiano para reconduzi-las como matéria ficcional.

Sobre a relação entre a História e a Literatura, Sandra Pesavento (2002) escreve:

Não que o texto literário se substitua à história-arquivo e a documentos oficiais, mais associados com o historiador. O texto literário, no caso, permite um olhar que se some a toda uma bagagem própria ao ofício do historiador. O que importa é adotar uma postura que veja, na literatura, uma forma de pensar a história (p. 12).

Ao falar do intelectual nordestino e de sua obra, é possível pensar a formação do Brasil, tanto econômica, quanto cultural e social. Verificam-se também as tensões dos anos 30 e que a grande gama de personagens criados por ele, os denominados tipos sociais, vivenciam situações semelhantes ou equivalentes aos acasos da realidade.

Para o antropólogo brasileiro Gilberto Freyre (1979), no momento em que se trata da simbolização e oralização de linguagens no romance brasileiro – por meio do tipo de fala de seus personagens –, conclui-se que existem símbolos que, ao mesmo tempo em que fictícios,

destacam ou acentuam o real. Para ele, em vários casos a função da ficção é criar uma relação com a realidade através de seus símbolos, com a ciência, com a filosofia, com o folclore, com os vários tipos de arte e até com a religião. (p. 73) A partir disso, ressaltamos a utilização da Literatura como fonte de pesquisa; por meio dela, assuntos não literários e até não estéticos podem ser compreendidos: “Porque é rara a criação literária que seja puramente, intransigentemente, virginalmente literária” (FREYRE, 1979, p. 75).

Freyre (1979) destaca que a expressão literária é, em diversos casos, uma revelação criada pelo escritor por meio dos símbolos:

O criador de literatura tende sempre a revelar-se – em alguns casos de modo direto, autobiográfico, noutros, através de autobiografias dissimuladas – e a revelar, apologética ou negativamente, complacente ou criticamente, mais através de símbolos que de modo linear, um sistema de valores: aquele a que se acha mais ligado. Daí tais revelações conterem material que interessa tanto ao intérprete do que nelas seja estético como do que nelas seja social ou cultural, não estético. Daí a crítica literária ou estética precisar de ser completada pela antropológica ou sociológica, psicológica ou histórica. Daí o especialista em qualquer das Ciências do Homem não pode fechar-se ao que sobre o Homem situado em meios e tempos sociais que o condicionam vem sendo relavado em obras de expressão literária (p. 84).

Sobre a possibilidade de o ficcionista escrever com um caráter autobiográfico, narrando revelações de suas vivências, observamos outra vez o caso de José Lins do Rêgo. O mesmo apresenta ao público as próprias considerações acerca das suas primeiras obras publicadas: *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933) e *Banguê* (1934):

Com Usina termina a série de romances que chamei um tanto enfaticamente de “Ciclo da Cana-de-açúcar”.

A história desses livros é bem simples - comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. Seria apenas um pedaço de vida o que eu queria contar.

Sucede, porém, que um romancista é muitas vezes o instrumento apenas de forças que se acham escondidas no seu interior.

Veio após o Menino de Engenho, Doidinho, em seguida Banguê. Carlos de Mello havia crescido, sofrido e fracassado. Mas o mundo do Santa Rosa não era só Carlos de Mello. Ao lado dos meninos de engenho havia os que nem o nome de menino podiam usar, os chamados "moleques de bagaceira", os Ricardos. Ricardo foi viver fora do Santa Rosa a sua história que é tão triste quanto a do companheiro Carlinhos. Foi ele do Recife a Fernando de Noronha. Muita gente achou-o parecido com Carlos de Mello. Pode ser que se pareçam. Viveram tão juntos um do outro, foram tão íntimos na infância, tão pegados (muitos Carlos beberam do mesmo leite materno dos Ricardos) que não seria de espantar que Ricardo e Carlinhos se assemelhassem. Pelo contrário.

Depois do Moleque Ricardo veio Usina, a história do Santa Rosa arrancado de suas bases, espatifado, com máquinas de fábrica, com ferramentas enormes, com moendas gigantes devorando a cana madura que as suas terras fizeram acamar pelas várzeas. Carlos de Mello, Ricardo e o Santa Rosa se acabam, têm o mesmo destino, estão tão intimamente ligados que a vida de um tem muito da vida do outro. Uma

grande melancolia os envolve de sombras. Carlinhos foge, Ricardo morre pelos seus e o Santa Rosa perde até o nome, se escraviza (RÊGO, 1936, p. 9-10).

Para compreender as motivações de Rêgo, é necessário compreender, mesmo que de forma breve, um pouco de seu trajeto de vida. José Lins do Rêgo Cavalcanti¹⁷ nasceu no engenho Corredor, no município de Pilar, Estado da Paraíba. Órfão de mãe e com o pai ausente, foi criado como seu personagem Carlos de Mello, o Carlinhos, também no engenho do avô materno. Aprendeu as primeiras letras ainda no interior da Paraíba, na cidade de Itabaiana, e depois na capital. Fez o curso superior na Faculdade de Direito no Recife.

Começou a escrever contos e artigos de temática política ainda quando estudante. Nessa mesma época, mais precisamente no ano de 1923, conheceu Gilberto Freyre, recém-chegado da Europa. Junto dele, integrou o chamado “Grupo Modernista do Recife”. Rêgo dizia que, após conhecer o sociólogo e escritor Gilberto Freyre, sua vida nunca mais foi a mesma. Passou a ter outras preocupações; seus planos, suas leituras e até seus entusiasmos foram modificados. E é sob a influência de Gilberto Freyre que Rêgo começa a escrever seus romances regionalistas. Em seu livro de estreia, *Menino de Engenho*, publicado em 1932, recebe o prêmio da Fundação Graça Aranha. Muito bem recebido pela crítica, a edição de dois mil exemplares foi quase totalmente vendida no Rio de Janeiro.

Em 1935 foi nomeado fiscal do Imposto de Consumo e foi para o Rio de Janeiro, onde viveu o resto dos dias de sua vida. Esteve em países sul-americanos, na Europa e também no Oriente. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em setembro de 1955. Apenas dois anos depois, em setembro de 1957, faleceu e foi enterrado no mausoléu da Academia, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

José Lins do Rêgo publicou ao todo 12 romances, um volume de memórias, um de Literatura Infantil, além de livros de viagens, conferências e crônicas. Seus romances são geralmente classificados em forma de “ciclos” – séries de obras tratando sobre os mesmos temas. O “ciclo da cana de açúcar” inclui *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Banguê*, *Usina* e *Fogo Morto*. O “ciclo do cangaço, misticismo e seca” diz respeito à *Pedra Bonita* e a *Cangaceiros*. Acrescentamos que, neste trabalho, é apresentada a possibilidade de uma outra visão do “ciclo da cana de açúcar”, pois as três obras que compreendem o *corpus* da pesquisa – *Menino de Engenho*, *Usina* e *Fogo Morto* – demonstram dar conta do tema da economia

¹⁷ As informações aqui descritas sobre a vida e obra de José Lins do Rêgo foram retiradas do livro de sua autoria, *Fogo Morto*, da edição publicada em 1997, pela Klick Editora, para o Jornal Estado de São Paulo, fazendo parte da coleção “Ler é Aprender”, que tem como consultor técnico, da coleção e desta obra, Frederico Barbosa, medidor cultural, promotor cultural, poeta, crítico literário e professor de literatura pernambucano.

açucareira do Nordeste do Brasil no período da formação dos engenhos até a modernização, com a chegada da usina.

Assim como José Lins do Rêgo adicionou o valor do estudo dos escritos e da convivência com Gilberto Freyre para a sua formação como escritor, em *A interpretação do Brasil*, do antropólogo nordestino, autor de obras de grande inspiração para José Lins do Rêgo, verifica-se o enaltecimento de seu conterrâneo nordestino:

Às vezes, José Lins do Rêgo – espécie de William Faulkner brasileiro – escreve como quem simplesmente copia a vida; e ele tem copiado a vida a tal ponto que algumas das suas páginas são como se fossem antes de memórias – escritas, é certo, com vivacidade e vigor - do que de puro romancista. Tem ele, porém, a tendência para exagerar ou deformar algumas das figuras que recorda - pois recorda mais do que inventa - como para dar-lhes valor simbólico (FREYRE, 2001, p. 295).

A partir das considerações anteriores e da breve biografia do romancista, é possível constatar que José Lins do Rêgo, através da ficção, faz com que inúmeras pessoas do Nordeste do Brasil dos anos 30 se encontrem – continuamente – conhecendo e revisando sua história, suas questões sociais, políticas e econômicas; identificando-se com "Carlinhos" e "Ricardos" da vida real e, ao se reconhecerem como parte integrante de uma narrativa regional, mesmo que ficcional, verifiquem o *status* de sua identidade como pertencentes a um grupo específico. Grupo este que, pelas palavras de José Lins do Rêgo, faz-se parecer nacional pela importância dada pelo "autor-ator" e pelos intelectuais literários no período em que as obras foram escritas e publicadas.

As obras consideradas regionais são definidas por Candido (2000) como narrativas dotadas de um gênero pretensioso. Elas são responsáveis por criar no leitor um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, a pretexto de amor a terra, pois encaram com os olhos nacionais, e não europeus, os desejos do encontro da nacionalidade proposto pelos intelectuais de 30. (p. 113-114) Freyre (1996), em seu *Manifesto regionalista*, datado dos anos 20, escreve sobre o temor de que as tradições nordestinas estejam em crise ou descaracterizando-se. (p. 67) Para ele, ser regionalista, no Nordeste, não significa apenas: “gostar de mobília de jacarandá ou de casa colonial, de igreja antiga e de azulejo velho”, mas, sim, respeitar as bases da cultura regional. (p. 69)

Em outra obra, Freyre (2001) descreve que o movimento regionalista nasce no Nordeste, local o qual considera detentor de história e cultura particularmente ricas. O ideal era o de não permitir que essa região chegasse a uma monotonia cultural, ou fosse atingida em sua totalidade pelos ideais capitalistas norte-americanos. (p. 156-157) Ao escrever romances

regionalistas, Rêgo, através de tramas sobre a sociedade e a economia nordestina, aproxima o leitor dos alicerces culturais desta região brasileira, permitindo com que esses conheçam seu passado e disseminem sua história e cultura.

Para Freyre (1979), o leitor também assume um papel de suma importância, porque além de reconhecer aspectos de sua identidade nas narrativas românticas, o mesmo assume o papel de ouvinte das confissões do autor:

Em vários casos o leitor, o público, desempenha, para a obra de expressão literária, papel semelhante ao do sacerdote que ouve os pecadores em segredo: o leitor ou o público ouve senão pecados, revelações de experiências reais ou verossímeis, lendo livros de expressão literária, além de analíticos, reveladores. Reveladores por vezes equivalentes de pecados (FREYRE, 1979, p. 85).

Para sustentar esta vontade do escritor em querer transmitir ao seu público eventos reais e seus desfechos, é necessário rever o contexto cultural das décadas em que as obras ficcionais dispostas para a análise foram escritas e publicadas. Pensar no período histórico também traz as noções da importância que viriam a ter para o momento vivido. A vontade de se sentir parte pertencente a uma nação e identificar-se com a mesma surge com força a partir da Independência (1822), atravessa a Primeira República e se acentua no Modernismo. Segundo Mariza Velozo e Angélica Madeira (1999), na obra *Leituras Brasileiras*,

o intelectual sempre nutriu um certo "complexo de culpa", por ser letrado, provindo da elite, num país de analfabetos. Sempre se deteve em preocupações com as chamadas questões sociais. Nas décadas de 1920 e 1930 [...] o intelectual se imbui da vocação, da missão de organizar o Brasil, de organizar a cultura e, principalmente, de identificar e de construir uma identidade nacional que fosse autêntica, que fosse enraizada na própria história brasileira (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 139).

As mudanças na literatura brasileira acompanharam o processo de modernização e as mudanças decorrentes no país. Devido a estas modificações, as relações sociais também foram alteradas e, desde o período modernista, questões de cultura e etnia foram inseridas nos textos e um olhar maior para o passado, para a geografia e para a história da sociedade foi levado em consideração.

Antonio Candido (2002), em *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*, aponta que houve na literatura brasileira dois momentos que mudaram os rumos e vitalizaram a inteligência literária do país. Foram eles o Romantismo, no século XIX (1836-1870) e o chamado Modernismo (1922-1945). (p. 112) Enquanto, porém, o primeiro procurava superar as mazelas e sofria graves influências da colonização portuguesa, o

Modernismo demonstra desconhecer Portugal e ir muito além de, nas palavras de Candido, uma mera “conversa de salão”.

No Modernismo, os escritores buscavam exprimir a forma e a essência de seu país, resgatando a busca pela brasilidade. Com isso, as obras publicadas abrem o leque para pesquisas sociológicas e históricas, além de incorporarem o movimento ao pensamento de nacionalidade. Sob esse ponto de vista, os anos de 1930 compreendem uma década de publicações significativas, assim como a de Gilberto Freyre. Antonio Candido destaca a qualidade de José Lins do Rêgo quanto escritor, pois suas obras representam a decadência da aristocracia rural e a formação da classe proletária do país:

A prosa, liberta e amadurecida, se desenvolve no romance e no conto, que vivem uma de suas quadras mais ricas. Romance fortemente marcado pelo neonaturalismo e inspiração popular, visando aos dramas contidos em aspectos característicos do país (CANDIDO, 2000, p. 123).

Para Veloso e Madeira (1999), ser moderno era encontrar em nossa própria cultura algo de civilização e de universalidade. O acesso ao mundo moderno se daria por meio de uma mediação da identidade nacional. A nação deveria ser compreendida, para ser concebida como parte componente do universal. (p. 140-141)

As análises realizadas, embasadas no referencial teórico e em trechos do *corpus* da pesquisa, configuram o ficcionista José Lins do Rêgo como um escritor que revelou o cotidiano da economia açucareira da região Nordeste e indagou sobre a condição e também o destino do homem brasileiro. Retratando a sociedade não apenas influenciada pelo europeu, mas reconhecendo o evento da mestiçagem. Os romances *Menino de Engenho* e *Usina*, publicados na década de 30, assim como *Fogo Morto*, datado de 1943, caracterizam-se pelo grande destaque dado aos personagens, suas forças e suas fraquezas. Para Candido (2002), nos livros de José Lins do Rêgo:

A humanidade singular dos personagens domina os fatores do enredo: meio social, paisagem, problema político. Mas, ao mesmo tempo, tal limitação determina o importantíssimo caráter de movimento dessa fase do romance, que aparece como instrumento de pesquisa humana e social, no centro de um dos maiores sopros de radicalismo da história (p. 124).

Analisando as considerações anteriores, realizadas por diferentes estudiosos sobre as relações entre a Literatura e a História, conhecemos a Literatura como arte, portadora de um compromisso com a estética, enquanto a História deve cumprir um compromisso com a realidade, sendo fiel aos fatos. Porém, ao tratar da literatura moderna do Brasil, Gilberto

Freyre (2001) reconhece que essas duas áreas das ciências sociais podem estar intimamente relacionadas:

A literatura e a arte não pertencem apenas ao domínio de crítica literária ou de arte: incidem também no domínio do sociólogo, do historiador social, do antropólogo e do psicólogo social. Porque através da literatura e da arte é que os homens parecem mais projetar a sua personalidade, o seu *éthos* nacional. Através das artes eles descrevem as condições mais angustiosas do meio em que vivem e refletem os seus desejos mais revolucionários. E ainda, através das artes, exprimem os aspectos mais particularmente oprimidos, tanto com os mais vigorosamente dinâmicos, da sua personalidade e seu *éthos* nacional (p. 281).

O *éthos*, citado por Freyre (2001), corresponde aos valores, à ética e aos hábitos dos artistas. O caráter verossímil dado aos personagens por eles criados, que atinge, segundo Candido (2002), o meio social, os problemas políticos e também o ambiente, é produzida no período dos anos 30 com a finalidade de narrar o período histórico e político vivido. As inquietações da época precisavam ser explicadas e a literatura, assim como outras formas de artes, serviu de palco para os diferentes temas a serem questionados pela população, geralmente desembocando na necessidade da formação do sentimento de nacionalidade.

Nelson Werneck Sodré (1987) comenta que o alastramento dos ideais modernistas pelo país se deu em razão das questões políticas e sociais do período. O Brasil passava por uma fase de intensa agitação e nos anos que seguem o ano de 1930 tudo passa a ser discutido e questionado em fervorosos debates. É desta turbulência que a prosa moderna define uma renovação literária, muito em especial com a ficção nordestina. Com isso, as mazelas antigas, acobertadas desde o período da escravidão, passam a ser denunciadas. (p. 43) Além dessas contribuições, Sodré (1987) define o romance *Fogo Morto*, de 1943, como um momento alto do modernismo na ficção do Nordeste, mesmo sendo publicado muito depois de obras de suma significância para o movimento.

Os anos compreendidos entre a década de 30 no Brasil criaram obras de valor duradouro, mas, principalmente, proporcionaram um extraordinário impulso aos estudos sobre o próprio Brasil. Para Werneck Sodré (1987), “é a época da ficção documentária e libelista, desvendando o terrível quadro das populações abandonadas e exploradas secularmente” (p. 45). Conforme Sodré (1987), algumas formalidades da historiografia tornaram obscura a compreensão dos processos culturais; a arte e a sociedade devem, então, ser investigadas lado a lado, pois a produção ficcional de um autor como José Lins do Rêgo já nasce com a possibilidade de tornar-se uma fonte para o estudo das ciências humanas.

Lisana Terezinha Bertussi (2004) escreve que a História busca recursos de outras áreas do conhecimento, abrindo, dessa forma, possibilidades de considerar o texto literário como material de pesquisa, mudando os interesses dos historiadores e levando-os para interesses de afetos e sentimentos, por exemplo, que anteriormente só interessavam à Literatura.

Acrescentamos a esses novos interesses, então, a vontade de encontrar, nas linhas dos textos literários, o que não foi relatado em textos oficiais, a necessidade de dar ouvido às vozes dos demais tipos sociais, ausentes no discurso oficial da História, porém não menos importantes. Não buscamos estabelecer comparações entre os dois tipos de texto, mas, sim, sintetizar experiências humanas, importantes para a compreensão de diferentes eventos do passado.

Concordamos com Baccega (2007), ao escrever sobre as aproximações entre a História e a Literatura: ambos, historiador e romancista, trabalham com signos já fornecidos pela sociedade; enquanto o primeiro os elabora dando sentido e forma, o ficcionista dá uma nova conotação a estes signos e os devolve à sociedade que o criou. Os discursos – literários e ficcionais – estão relacionados com as posições que seus agentes assumem no campo das lutas pela sociedade e das lutas ideológicas. Haverão temas e posições disponíveis a serem eleitas pelo historiador e outras pelo ficcionista – eles serão os responsáveis por utilizarem em seu discurso cada uma delas.

Forster (1998) afirma que o ficcionista diz o que pode ser verdadeiro, mas de modo algum a verdade. Entre as representações da História existentes no romance, destacamos a vocação da narrativa para descrever, sintetizar e exemplificar singularidades do passado. Sendo assim, para Maestri (2002):

[...] o historiador viu o romance histórico como leitura impertinente de um passado possível de ser desvelado apenas com os instrumentos da historiografia e jamais da fantasia arbitrária do ficcionista. [...] para essas interpretações, o romance histórico seria uma ficção do passado, incapaz de aproximar-se de suas singularidades profundas (p. 132).

Retomando as ideias aqui apresentadas por Forster (1998), juntamente à opinião de Mario Maestri (2002), a ficção narra o que pode ter acontecido, mas, para averiguá-la como fonte de pesquisa histórico-social, é necessário o auxílio da historiografia. Caso contrário, não é possível afirmar que o autor de um romance, mesmo influenciado por seu meio e disposto a levar ao público eventos não explicitados pelas obras de História, esteja narrando um episódio real.

Por meio dos recursos artísticos, neste caso, a literatura de José Lins do Rêgo é assumida como uma ficção de cunho histórico, mas que não cria possibilidade de ser substituída pela História. Nesse sentido, Maestri (2002) elucida: “A narrativa ficcional possui abrangência de público e sobrevida temporal dificilmente alcançada pela historiografia” (p. 133). Esse fato contribui para a formação das representações de uma comunidade sobre o passado e esse conceito não pode ser descartado. Para Baccega (2007),

É só na história que o homem *existe* e a literatura nada mais é do que o discurso da existência humana, das suas próprias possibilidades. A história é o desdobramento no tempo dessas várias possibilidades.
O homem é personagem, que é homem. E o escritor é o criador de personagens que se incorporarão em homens (p. 89).

Os mesmos homens que fazem a História são os homens que a relatam, assim como são os escritores. O personagem de um romance histórico é um representante de uma luta e uma classe social e a ficção é responsável por concentrar sua vida em um recorte temporal, de modo abreviado, a fim de conquistar o leitor. A História e a Literatura, em suas diversas linguagens, agem de modo a remodelar a essência do real, e não o reflexo de uma imagem em um espelho.

A respeito da relação entre a História e a Literatura, Sandra Pesavento (2000) assevera:

[Mas se] o historiador, na sua busca de construção de um conhecimento sobre o mundo, quer resgatar as sensibilidades de uma outra época, a maneira como os homens representavam a si próprios e à realidade, como não recorrer ao texto literário, que lhe poderá dar indícios dos sentimentos, das emoções, das maneiras de falar, dos códigos de conduta partilhados, da gestualidade e das ações sociais de um outro tempo?

E, no caso da literatura, como pode deixar de se voltar, também, para o resgate da narrativa histórica que, reconstruindo o jeito intelectual, revelando com isso a historicização das formas de uma escritura que busca dar ordem ao mundo?

Parece que as duas narrativas se empenham nesse esforço de capturar a vida, re-apresentar o real e, mesmo que as suas estratégias de argumentação possam diferir, um diálogo ou um cruzamento de olhares entre os domínios das duas musas pode ser, além de gratificante, esclarecedor (p. 7-8).

Foi possível perceber, através do estudo bibliográfico aqui realizado, que os dois tipos de narrativa resgataram eventos da vida social e econômica da região analisada. Nas obras literárias de José Lins do Rêgo, foram captados sentimentos dos personagens, posturas e emoções daquele período, o que não está no referencial teórico, que narrou as mesmas questões sociais e econômicas embasado em documentos e pesquisas científicas.

Podemos definir como uma das funções da História o ato de escrever, em forma de teoria, o comportamento tendencial, geralmente, das classes dominantes. A Literatura realiza o mesmo processo, mas por meio da transfiguração da realidade, utilizando personagens para recriar as ações e as tendências de uma classe de indivíduos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Com o objetivo de finalizar as ideias que conduziram este estudo, faz-se necessário retomar as questões de pesquisa propostas para a análise: o ficcionista reconduz, no espaço da narrativa, as realidades sociais da zona açucareira? Como as mudanças econômicas influenciaram a construção dos tipos sociais regionais presentes nas obras de ficção? Como a História e a Literatura se aproximam enquanto leitura social do período proposto para este estudo?

Partimos, para tanto, da premissa de que os intelectuais e os ficcionistas da década de 1930 buscavam, por meio de suas narrativas, contribuir para o debate em torno das noções da nacionalidade brasileira que, naquele momento, eram objeto de discussões no meio intelectual do país. Concordamos que a escrita literária, além de arte, é um meio de comunicação. O romancista, portanto, estaria contribuindo para que as questões de regionalidade, sociedade e trabalho também fossem conhecidas pelo público-leitor.

O capítulo “Um estudo sobre economia: do engenho à usina” dividiu-se em três seções, nas quais foram explicadas questões acerca da formação estrutural de um engenho. Foram encontrados diferentes aspectos condizentes entre a narrativa ficcional e a narrativa histórica. Este fato é levado em consideração, pois o ficcionista José Lins do Rêgo, ao descrever a parte física e social de um engenho de cana de açúcar no nordeste brasileiro, utiliza-se da memória e cria o personagem Carlinhos. Este personagem expressa, através do discurso infantil, as agruras dos poderosos do engenho, assim como dos trabalhadores, em respeito à situação da economia brasileira da região nordestina.

As seções do segundo capítulo buscaram descrever os engenhos e seu valor econômico, o que indica a importância da economia açucareira para a região com o passar dos séculos. A ficção reconduz esse aspecto em sua narrativa e o *corpus* escolhido para a análise procurou demonstrar esses aspectos. Por fim, a última seção, denominada “‘A usina do Bom Jesus’: projeto de industrialização”, buscou destacar o processo de industrialização no país, que encontrou forças com a chegada ao poder de Getúlio Vargas. O processo de modernização que a indústria trouxe também foi significativo nos engenhos de cana de

açúcar. Com isso, as antigas formas de produção – o engenho e o banguê – deram lugar às máquinas modernas das usinas. Essa grande mudança econômica afetou de maneira drástica a formação social da região.

Considerando-se a importância do momento histórico e social, e que as mudanças econômicas afetam a sociedade, escolhemos, para a análise de nossas questões de pesquisa, personagens representativos no contexto da obra de José Lins do Rêgo. Além disso, o contexto sociocultural, e em especial os personagens, foram fundamentais para a análise da proposta de trilogia. Para isso, foi elaborado o terceiro capítulo, “Um estudo sobre formação social: dos escravos, seus descendentes e trabalhadores livres, aos mestres, coronéis, senhores de engenho e usineiros”, também dividido em três seções.

Para contextualizar os objetivos propostos para este capítulo e responder à questão de como as mudanças econômicas influenciaram a construção dos tipos sociais regionais presentes nas obras de ficção, foi preciso, em primeiro lugar, compreender de que modo o ficcionista cria um personagem. O compromisso de encantar o leitor, valorizando a obra e dando vida às paisagens criadas pelo romancista cabe ao personagem. Na função social da literatura, no romance brasileiro, os personagens foram criados com a função de apresentar ao público um passado histórico que tardou ou sequer foi transmitido nos livros de História, dando voz às minorias. Esta função social procura suprir a falta de um passado histórico não registrado. Foram analisados, neste trabalho, os personagens escravos libertos e seus descendentes, bem como os trabalhadores livres, mestres, senhores, coronéis e capitães de engenho – que detinham maior poder na corporação do engenho.

Contudo, narrador e personagens registram não apenas o poder destes homens, mas também a falência, por motivos das mudanças econômicas sofridas na produção, pela falta de capacidade de administração e também pela ambição de alguns. Para abarcar esse evento, o subitem “‘Via-se o Santa Fé afogado’: a decadência da matéria e dos homens” aponta o que ocorreu durante o processo de industrialização. As consequências da derrocada do engenho, que deu lugar à usina, causaram a depressão de muitos dos homens de maior poder das obras. Já os escravos libertos, uma vez cativos ou descendentes dos mesmos, sentiriam as consequências da época da escravidão nos tempos que seguem os anos 1930. Desse modo, concluímos que as mudanças econômicas no Nordeste afetaram de distintas formas a população e a formação da sociedade, mas, conforme representado por José Lins do Rêgo, a maioria de seus personagens teve um destino duro e decadente.

Considerando que foram aqui analisadas duas áreas – a História e a Literatura –, fez-se necessário compreendê-las separadamente, em subtítulos, antes de indagar suas aproximações

e formas de representação. Esta investigação foi realizada no capítulo quatro, “A construção das representações na História e na Literatura”, no qual foram relativizados os estudos culturais de Gilberto Freyre e autores como Roger Chartier, Antonio Candido e Maria Aparecida Bacegga.

Acreditamos que a possibilidade de o historiador se voltar para as produções literárias ocorreu porque ambas as representações são importantes registros da história de um determinado período cronológico. Sendo formas narrativas, é preciso ser criterioso no momento da análise, já que uma não substitui a outra. Em análise sobre Chartier, Pesavento (2002) cita que “cabe ao historiador encontrar as representações passadas na sua irredutível especificidade” (p. 13).

O romancista escolhido para o trabalho apropriou-se de questões cotidianas da vida e da sociedade do nordeste do Brasil, reconduzindo fatos importantes da história econômica do país por meio da criação de personagens fictícios. Ele escreveu influenciado por seu meio, suas lembranças, pelo período de publicação das obras e também foi entusiasmado pelos seus ideais e pelo seu engajamento no movimento regionalista. Seus romances correspondem e reconduzem à ideia dos homens e dos fatos do tempo o qual propôs escrever e que pôde ser comparado por meio do referencial teórico escolhido. Para Pesavento (2002), citando Ricouer: “na Literatura, os fatos narrados ‘são reais acontecidos’ [...] O historiador busca recriar o que teria passado um dia, e o escritor de Literatura cria um enredo que poderia ter acontecido” (p. 13). Segundo Gilberto Freyre (1979),

não serão os romancistas ou novelistas, como aliás, os dramaturgos, os compositores, os filósofos ou os pensadores, os ensaístas, os sociólogos de certo tipo, criadores, como os poetas, os artistas plásticos, os místicos do tipo da católica Santa Teresa e do batista Bunyan, de formas, de categorias, de tipos e, principalmente, de símbolos – menos símbolos declarados que em potencial: germens de futuros símbolos – através dos quais a vida, o passado, a camada natureza humana, e, dentro dela, o chamado caráter nacional de uma sociedade, projetando-se sobre o seu próprio futuro, se tornam perceptíveis, sensíveis e até, em alguns casos, compreensíveis e inteligíveis? Não haverá sempre uma novela, ou num romance, que seja, senão literalmente válido, sociologicamente significativo, símbolos em potencial ou tipos potencialmente simbólicos, socialmente expressivos? (p. 60).

Os romances analisados neste estudo são consideradas obras de grande expressão, pois nos permitem interpretar, até um determinado ponto, seu narrador e a sua atitude para com a sua época e o seu meio. Freyre (1979) ainda complementa que o público-alvo destas ficções é que irá corresponder positiva ou negativamente a esta provocação.

As produções literárias escolhidas para a análise nesta pesquisa tiveram como objetivo principal demonstrar como o romancista reconduziu parte da história da economia do nordeste do país que influenciou diretamente a formação social daquela região. Foi possível refletir sobre a forma com a qual José Lins do Rêgo reconduziu aspectos do modo como as transformações econômicas influenciaram sociedade, etnia e culturas do período estudado. Também é importante ressaltar que a escolha das produções literárias condiz com a proposta de trilogia indicada neste trabalho, diferente da já conhecida e descrita por outros pesquisadores.

O trabalho de pesquisa não se encerra nesta conclusão. As ideias aqui expostas surgiram a partir das questões propostas para a pesquisa, fazendo com que, no decorrer da reflexão, demais perspectivas de análise se fizessem presentes. A investigação de *Menino de engenho*, *Usina* e *Fogo Morto* permitiu visualizar um panorama sobre a economia açucareira da região Nordeste, a fundação e os anos de ouro dos engenhos, a decadência e a chegada do projeto de industrialização no país junto às suas consequências. Foi possível apreender a formação social do período e como ela se encontrava na década de 1930, desde o período da escravidão até a situação pessoal dos usineiros. Para próximas pesquisas, podem ser acrescentadas outras obras do romancista que abarquem o mesmo tema, ampliando a gama de personagens para a análise, assim como o olhar maior sobre o espaço físico da zona do açúcar e da produção deste produto.

Finalizando, consideramos que, a partir da ficção, foi possível verificar a ampliação do conhecimento sobre o tema acerca do diálogo interdisciplinar entre a História e a Literatura, já que a ficção, em nosso entender, é uma importante fonte de pesquisa das questões sociais e econômicas. Quando lida em conjunto com a historiografia, as leituras aumentam não só as possibilidades de pesquisa, como também enriquecem as diversas narrativas históricas, tais como: a história social, a história das mentalidades e a história econômica, apenas para citar alguns dos exemplos possíveis.

REFERÊNCIAS

Corpus da pesquisa

RÊGO, José Lins do. *Fogo Morto*. Edição especial para o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Klick, 1997.

_____. *Menino de Engenho*. 30. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. *Usina*. 12. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Demais referências citadas

ARENDDT, João Cláudio; CONFORTO, Marília. Cruzamentos: a representação da História no texto literário. In: CHAVES, Flávio Loureiro; BATTISTI, Elisa (orgs.). *Cultura regional: língua, história, literatura*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Traduzido por Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do açúcar*. São Paulo: Nobel, 1990.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso: história e literatura*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. *Teoria da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BERTUSSI, Lisana Terezinha. Literatura e História: uma retomada do diálogo problemático. In: CHAVES, Flávio Loureiro; BATTISTI, Elisa (orgs.). *Cultura regional: língua, história, literatura*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

BORIS, Fausto. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Traduzido por Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRAIT, Beth. *A personagem*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 23. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

BURKE, Peter. *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. In: BURKE, Peter; BURKE, Maria Lúcia G. Pallares. Traduzido por Fernanda Veríssimo. São Paulo: UNESP, 2009.

CANABRAVA, Alice. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir). *História geral da civilização brasileira*. tomo I, v. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

CANDIDO, Antônio. *A personagem de ficção*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CARR, Edward H. *O que é história*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Traduzido por Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CONFORTO, Marília. *À brasileira: a formação social do Brasil em Gilberto Freyre, Jorge Amado e José Lins do Rêgo*. Programa de Pós Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul, 2008. (Projeto de Pesquisa)

D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004.

FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do sertão nordestino*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FENELON, Dea Ribeiro. *50 textos de história do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1974.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre ; apresentação de Fernando Henrique Cardoso*. – 50. ed. São Paulo: Global, 2005. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1)

_____. *Manifesto regionalista*. Organização e apresentação de Fátima Quintas; prefácio de Antônio Dimas. 7. ed. Recife: FUNDAJ, Massagana, 1996.

_____. *Heróis e vilões no romance brasileiro: em torno das projeções de tipos sócio-antropológicos em personagens de romances nacionais do século XIX e do atual*. São Paulo: Cultrix/ Universidade de São Paulo, 1979.

_____. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processos de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FORSTER, Edward Morgan. *Aspectos do romance*. 2. ed. Traduzido por Helena Martins. São Paulo: Globo, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GUALBERTO, João. *A invenção do coronel: ensaios sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1995.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Traduzido por de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IANNI, Octavio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Sociologia e literatura. In: SEGATTO e BALACLAN (org). *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 9-42.

LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MAESTRI, Mario. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EdUPF, 2002.

MOREIRA, Maria Eunice. Charqueadas e Xarqueada: a vida saladeiril na província gaúcha. *Letras de Hoje*, v. 42, n. 2. Porto Alegre: PUCRS, junho, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Ideologia da cultura brasileira* (Pontos de partida para uma revisão histórica). 9. ed. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 1994.

OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, Antônio de. *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino, 1580-1640*. Lisboa: Difel, 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jathay (org). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PINTO, Virgílio Noya. *Comunicação e cultura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

RÊGO, José Lins. *Banguê*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

_____. *Menino de engenho*. 18. ed. Coleção Agarana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. (Edição comemorativa ao cinquentenário de lançamento).

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentimento do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Kalina Vanderlei.; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Evolução social e econômica do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

_____. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *História da literatura brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

_____. *Literatura e história do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 – 1835*. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VELOSO, Mariza.; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.